

===== **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM VINTE E NOVE DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS:** =====

===== *Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, pelas 17 horas e 30 minutos, nos termos do artigo 3º da Lei nº 1-A/2020 de 19 de março, e posteriores alterações, reuniu, em Sessão Ordinária, na Sala Polivalente da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sob a Presidência de **Bernardo Amaro Moreira Simões**, secretariado por **Manuel José Tavares Soares** - Primeiro Secretário e por **Daniela Patrícia Oliveira da Silva** - Segunda Secretária, com a seguinte Ordem de Trabalhos: =*

- 1. Primeiro Período de Intervenção do Público;** *(intervenção, mediante inscrição prévia ou preenchimento do formulário disponível no site do Município - Assembleia Municipal, a enviar por via eletrónica para am.azemeis@cm-oaz.pt dirigido à Mesa da Assembleia.)* =====
- 2. Informações Gerais;** =====
- 3. Período de Antes da Ordem do Dia;** =====
- 4. Ordem do Dia;** =====
- 5. Segundo Período de Intervenção do Público** *(intervenção, mediante inscrição prévia ou preenchimento do formulário disponível no site do Município - Assembleia Municipal, a enviar por via eletrónica para am.azemeis@cm-oaz.pt dirigido à Mesa da Assembleia.)* =====

===== **Pontos da Ordem do Dia:** =====

===== **Ponto um:** - Ata nº 03, Sessão da Assembleia Municipal de 25-02-2022 - Aprovação;

===== **Ponto dois:** - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município - Apreciação; =====

===== **Ponto três:** - Ação de Controlo ao Município de Oliveira de Azeméis, Relatório nº 2019/208 da IGF - Autoridade de Auditoria - Conhecimento e tomada de posição; =====

===== **Ponto quatro:** - Certificação Legal das Contas do Município - Relatório sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras - Conhecimento e apreciação; =====

===== **Ponto cinco:** - Prestação de Contas do Exercício 2021 (I/24653/2022) - Apreciação e Aprovação; =====

===== **Ponto seis:** - Autorização e aprovação do procedimento de concessão do direito de uso privativo de espaço público para a instalação de pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos em locais públicos de acesso público no Concelho de Oliveira de Azeméis, pelo período de dez anos (I/14915/2022); =====

===== **Ponto sete:** - Minuta de Contrato interadministrativo de delegação de competências com a Junta de Freguesia de Carregosa - Requalificação da Zona envolvente ao Cemitério de Carregosa (I/24911/2022) - Autorização; =====

===== **Ponto oito:** - Regulamento Municipal “Prémio de Fotografia Fernando Paúl” (I/14558/2022) - Aprovação; =====

===== **Ponto nove:** - Participação do Município no Fundo Nacional de Reabilitação do Edifício e Protocolo de Adesão celebrado com a Fundiestamo (I/22316/2022) - Autorização/Revogação; =====

===== **Ponto dez:** - Acordo de colaboração celebrado com o IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana - 1.º Direto Programa de Apoio ao Acesso à Habitação (I/24648/2022) - Autorização/Ratificação; =====

===== **Ponto onze:** - Procedimento de alteração simplificada do PDM - Rua Arnaldo Costeira (I/25222/2022) - Aprovação; =====

===== **Ponto doze:** - Plano de Urbanização da Zona Industrial de Nogueira do Cravo/Pindelo (I/16696/2022) - Revogação; =====

===== **Ponto treze:** - Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro da Cidade de Oliveira de Azeméis (ARU) e da respetiva Operação de Reabilitação Urbana (ORU), consubstanciada no Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (I/20234/2022) - Aprovação; =====

===== **Ponto catorze:** - Proposta de desafetação de parte da Rua Duarte Alves da Costa, da Freguesia de S. Roque (I/25205/2022); - Aprovação; =====

===== **Ponto quinze:** - Renovação do Protocolo para a Igualdade e Não Discriminação (Nova Geração) celebrado com a CIG (I/24649/2022) - Autorização/Ratificação; =====

===== **Ponto dezasseis:** - Designação de representantes da Assembleia Municipal - Equipa para a Igualdade na Vida Local (EIVL) (I/24659/2022); =====

===== **Ponto dezassete:** - Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal de Oliveira de Azeméis (I/19020/2022) - Eleição de um autarca de Freguesia / União de Freguesias;

===== **Ponto dezoito:** - Pedido de Reconhecimento Público Municipal do Projeto de investimento na modernização industrial e na melhoria das acessibilidades por parte da empresa INDULAC - Industria Lácteas, S.A. (I/24065/2022) - Aprovação; =====

===== **Ponto dezanove:** - Moção de Recomendação Apresentada pelo Bloco de Esquerda “Tarifários do serviço de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais”; =====

===== **Ponto vinte:** - Pedido de colocação de Sinalização Vertical no estacionamento frente ao condomínio Sr.ª da Graça, Rua Central de Cesar - freguesia de Cesar (I/66317/2021) - Aprovação; =====

===== **Ponto vinte e um:** - Alteração da postura de trânsito da Rua Comandante Carlos Carvalho, Rua José da Silva Pinto e Rua de Lações, Oliveira de Azeméis (I/9722/2022) - Aprovação; =====

===== **Ponto vinte e dois:** - Aquisição de serviços de Fornecimento de refeições e Fornecimento de fruta para os alunos do concelho de Oliveira de Azeméis (Proc. n.º 35/22 - PI/2548/2022) - Repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico e compromisso plurianual (I/24689/2022) - Aprovação; =====

===== **Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:**=====

===== **PARTIDO SOCIALISTA (PS):** José Lopes Gaspar, Maria Odete Martins Tavares Gomes Roma de Resende, Luís Filipe Moreira da Silva de Bastos Oliveira, José Ramos da Silva, João Pedro Santos Costa, Rui Jorge Duarte Rios Santos Rocha, Susana Cristina Pinto Azevedo Campos, Bruno Miguel da Silva Costa, João Manuel Oliveira Castro, Maria João Xará Martins, José António Domingues Marques Lourenço, José Manuel Marques Ribeiro, Constança Correia de Melo, Óscar José Santos Teixeira, Vítor Manuel Cardoso Andrade, António Manuel Leite Marques da Silva, Simão da Costa Godinho, Gaspar de Sá Almeida e Manuel Alberto Marques Dias Pereira. =====

===== **PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PSD):** António Filipe Costa Valente Almeida Ferreira, Francisco José Gomes da Silva, João Rebelo Martins, Maria José Ribeiro de Barros Calix, Fernando Manuel Gomes Pais Ferreira, Diana Janete da Cunha Semblano, Carla Susana

da Silva Reis, António João Cabral Paiva Ferreira dos Santos, Ana Rita Gomes Costa, José da Silva Queirós, Nuno Miguel Amaral da Rocha e José Rodrigues dos Santos. =====

===== **PARTIDO POPULAR (CDS-PP)**: António Pinto Moreira. =====

===== **CHEGA (CH)**: Rudolfo Lourenço Ventura Rodrigues. =====

===== **BLOCO DE ESQUERDA (B.E.)**: Alcino da Silva Martins. =====

===== **INDEPENDENTE POR CESAR (IC)**: Augusto Moreira da Silva. =====

===== **JUNTOS PELA NOSSA UNIÃO (JPNU)**: Susana Clara Mortágua Gomes. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade dos seguintes membros: José Lopes Gaspar que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de partido Bruno Armando Aragão Henriques, José Ramos da Silva que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de partido Márcia Oliveira Gomes, Susana Cristina Pinto Azevedo Campos que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de partido Marisa Lopes de Sousa, António Filipe Costa Valente de Almeida Ferreira que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de partido Helga Alexandra Freire Correia, Carla Susana da Silva Reis que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de partido Maria da Graça Marques Casimiro Almeida, e Nuno Miguel Amaral da Rocha que marcou presença nesta Assembleia para substituir a Presidente de Junta da Freguesia de Macieira de Sarnes - Florbela Neves da Silva, em virtude dos mesmos terem solicitado a sua substituição. =====

===== ***Estiveram presentes por parte do Executivo Municipal:*** =====

===== *Presidente da Câmara: Joaquim Jorge Ferreira; Vereadores: Rui Jorge da Silva Luzes Cabral, Inês Dias Lamego, Rogério Miguel Marques Ribeiro, Ana Filipa Pinho de Oliveira, Carla Maria de Pinho Rodrigues, José Domingos Campos da Silva e Joana Sofia da Silva Ferreira.* =====

===== ***O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início à Sessão declarando:*** =====

===== *Boa tarde. Já temos quórum, portanto, vamos dar início à sessão da Assembleia Municipal de 29 de abril.* =====

===== INFORMAÇÕES GERAIS =====

===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito:* =====

===== *Neste ponto informar que, por motivos de maternidade, a segunda secretária Márcia Gomes pediu a sua substituição e, caso a assembleia esteja de acordo, eu propunha a Daniela Silva para a substituir. Estão todos de acordo. Por favor, Daniela, pode ocupar o seu lugar na mesa da Assembleia. Seguidamente, irei fazer uma evocação ao 25 de Abril e 1º de Maio. E, por último, temos para aprovação três votos de louvor e dois votos de pesar.* =====

===== *Evocação ao 25 de Abril e 1º de Maio, datas memoráveis da História de Portugal. “Após 4 dias do 25 de Abril e antes 2 dias do 1º de Maio, são 6 dias que mudaram as nossas vidas. As Assembleias municipais democráticas são disso um simples exemplo. É verdade que já vivemos mais dias em liberdade e democracia do que em ditadura e opressão, cujas consequências muito nos fizeram sofrer e, ainda, hoje, condicionam o nosso desenvolvimento. Muitos, os que já nasceram em democracia e consideram a liberdade como um bem adquirido, não têm vivência de comparação. No entanto, para todos, é reconfortante poder comemorar, festejar e saborear os valores de Abril que, com diferenças de interpretação e entusiasmo relativo, atrevo-me a dizer que é saboreado por mais de 95% dos portugueses. Sim! O 25 de Abril é universal e magnânimo, de todos e para todos. Mesmo dos mais céticos e daqueles que se servem da liberdade para o procurar subverter. Apesar desta convergência e quase unanimidade, sopram ventos adversos, sinais de intolerância que nos devem manter atentos e vigilantes. A celebração em festa do 1º de Maio, como dia do Trabalhador, foi (é) a primeira grande conquista do 25 de Abril. Esta comemoração que nos remete às sangrentas lutas operárias, em que muitos trabalhadores perderam as suas vidas, pela jornada das 8 horas de trabalho, orienta-nos, hoje, para uma nova dimensão de luta, uma campanha, pelo Trabalho Digno e remunerações justas, envolvendo toda a sociedade. Sendo este um dos princípios da Agenda 2030 que aborda os objetivos de desenvolvimento económico e sustentável, o emprego pleno e o trabalho digno para todos, sejam os grandes desígnios dos Trabalhadores, Empregadores e Governos em saudável concertação social. Podia haver celebração do 1º de Maio, Dia do Trabalhador, sem o 25 de Abril, Dia da Liberdade? Sim! Podia e havia. Mas não era celebração de festa, não! Era mais um dia garantido de repressão. Obrigado. Viva o 25 de Abril. Viva o 1º de Maio.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou os seguintes votos de louvor, subscritos por todos os grupos municipais presentes na assembleia:* =====

===== *Voto de louvor à União Desportiva Oliveirense: “No ano do seu centenário, a União Desportiva Oliveirense garantiu a subida à II Liga das Competições Profissionais de Futebol da*

Federação Portuguesa de Futebol - a Liga Placard. Na sua longa história, muitos foram os feitos alcançados pela União Desportiva Oliveirense, fruto do esforço máximo dos seus atletas, preparados pelos treinadores que, antes de todos, têm que acreditar na sua capacidade. Deste esforço coletivo fazem parte os seus dirigentes, os sócios e adeptos. Fazem também parte os beneméritos que, ao longo de décadas, ajudaram a criar condições para que estes resultados sejam possíveis. O acesso à II Liga é um feito extraordinário, com simbolismo acrescido num ano tão especial. A Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, reunida em Sessão Ordinária no dia 29 de abril, aprova um voto louvor à União Desportiva Oliveirense, à dedicação e ao profissionalismo de todos os que trabalharam para alcançar este feito desportivo - atletas, treinadores, dirigentes, associados e adeptos. Representando Oliveira de Azeméis, representam também o melhor da nossa comunidade, constituindo-se como exemplos de esforço, dedicação, trabalho e superação constante para todos os oliveirenses, particularmente para os jovens.”==

=====Voto de louvor ao Futebol Clube Pinheirense: “O Clube Desportivo “Futebol Clube Pinheirense”, ao longo da sua história de cinquenta e cinco anos, tem tido um papel importante na elevação do nome de Pinheiro da Bemposta no panorama desportivo regional, reforçado agora pelo excelente resultado alcançado no Campeonato Distrital 2021/2022 da Associação de Futebol de Aveiro, pela subida de divisão para o Campeonato Elite AF Aveiro. Esta conquista é o resultado da aposta na formação de jovens atletas da União de Freguesias e dos territórios limítrofes. É também o resultado da construção de uma estrutura base sólida e de um coletivo forte que são sustentabilidade a este projeto desportivo. A Assembleia Municipal, reunida em 29 de abril de 2022, presta público louvor à dedicação e ao profissionalismo de todos os que colaboraram, trabalharam diariamente para este feito desportivo e delibera homenagear o Clube Desportivo “Futebol Clube Pinheirense” reconhecendo o papel de divulgação e elevação do nosso concelho que as vitórias alcançadas tiveram e continuam a ter a nível regional e saúda os jogadores, equipa técnica e dirigentes pelo trabalho, empenho, disponibilidade e dedicação, que mais uma vez permitiram engrandecer o clube e a nossa terra. A Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, reunida em Sessão Ordinária no dia 29 de abril, aprova um voto louvor à dedicação e ao profissionalismo de todos os que trabalharam para alcançar este feito desportivo: atletas, treinadores, dirigentes e associados. Representando Oliveira de Azeméis, representam também o melhor da nossa comunidade, constituindo-se como exemplos de esforço, dedicação, trabalho e superação constante para os todos os oliveirenses, particularmente para os jovens. =====

=====Voto de reconhecimento e louvor ao Sporting Clube de Bustelo, pelo centenário da sua fundação: “Em 22 de março de 1922, ligado à dinâmica da indústria vidreira no lugar de Bustelo, Vila Chã de São Roque, é constituída a primeira direção do Sporting Clube de Bustelo, o primeiro clube desportivo do concelho de Oliveira de Azeméis e fundador da Associação de Futebol de Aveiro. Desde então, mais do que os êxitos desportivos, que são muitos, com ousadas

e meritórias passagens pelos escalões nacionais, é de realçar o brio, a capacidade, a competência, a sobriedade e a gestão exemplar que as suas sucessivas direções sempre souberam imprimir ao clube durante estes 100 anos. É reconfortante ouvir os seus associados, com brilho nos olhos, falar sobre o seu Bustelo: “Temos boas condições para a prática desportiva, excelente relvado, duas bancadas cobertas, balneários amplos e funcionais. Somos um clube modesto, mas que sabe receber como ninguém. Clube humilde, que dignifica o desporto pelo seu comportamento dentro e fora das suas instalações”. Por este estimulante passado de que o município muito se regozija, a Assembleia Municipal, na sua reunião de 29 de abril de 2022, endereça ao Sporting Clube de Bustelo, direção, atletas, associados e patrocinadores, um voto de reconhecimento e louvor. ===

===== Colocados à votação os votos de louvor apresentados, foram os mesmos aprovados por unanimidade. =====

*===== Seguidamente, o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra a **Manuel José Tavares**, Primeiro Secretário, que apresentou o seguinte voto de louvor: “O presente e o futuro dos municípios e das populações não se podem desligar da identidade do passado, construída ao longo do tempo, através da concretização de projetos e da escolha de múltiplas opções em momentos determinados da história dos concelhos. Em Oliveira de Azeméis, a revista “ComTradição”, personificou a divulgação cultural e patrimonial do município, chegando ao fim este percurso com a publicação da última edição. Saúda-se este esforço editorial, de muitos anos, de defesa de identidade de Oliveira de Azeméis, lamentando-se o final deste projeto, ficando sempre mais pobre o espaço público e democrático quando um órgão de comunicação social, seja ele qual for, encerra a sua atividade.” =====*

===== Colocado à votação o voto de louvor apresentado, foi o mesmo aprovado por unanimidade. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia foram apresentados os seguintes votos de pesar, subscritos por todos os grupos municipais presentes na Assembleia: =====

===== Voto de pesar pelo falecimento do Prof. Manuel Lima: “Os Grupos Municipais representados nesta Assembleia Municipal propõem a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Prof. Manuel Lima, aos 82 anos de idade. Manuel Ribeiro Lima, foi eternizado pelos milhares de alunos e alunos que formou, como Prof. Lima. O seu percurso e a sua vida confundem-se com a história da Escola Secundária Ferreira de Castro, que ainda recentemente celebrou o seu 50º aniversário. Uma comunidade é o reflexo das suas escolas e dos professores que as marcam, porque a herança da formação se perpetua na nossa forma de ser e de estar. Ao seu percurso como docente, associou um exercício de cidadania como presidente da Universidade

Sénior de Oliveira de Azeméis, membro dos órgãos sociais da Casa-Museu Regional e dirigente do Lions Club de Oliveira de Azeméis. Uma vida plena de entrega à sua comunidade. A Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, reunida em Sessão Ordinária no dia 29 de abril, aprova um voto de pesar pelo falecimento de Manuel Ribeiro Lima. Num momento particularmente difícil, endereçamos à sua família e a toda a comunidade que reconhece esta perda, as mais sentidas condolências.” =====

===== *Voto de pesar pelo falecimento do Arq. Gaspar Domingues: “Os Grupos Municipais representados nesta Assembleia Municipal propõem a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Arq. Gaspar Domingues, aos 96 anos de idade. O Arq. Gaspar Domingues escreveu das páginas mais bonitas da nossa história recente e foi, para muitos oliveirenses, um exemplo máximo de entrega à comunidade e de consciência cívica. Envolveu-se social e politicamente e deixou que a sua arte e a sua paixão - a Arquitetura - transpirasse num território que ajudou a construir e a engrandecer. São seus alguns dos projetos que se tornaram emblemáticos no concelho e que preenchem o imaginário de Oliveira de Azeméis: o Cineteatro Caracas, o Hotel Dighton, a Estalagem de São Miguel ou a Biblioteca Ferreira de Castro, em Ossela. Foi um exemplo de abnegada dedicação e de uma generosidade ímpar na criação, desenvolvimento e acompanhamento da execução de projetos de habitação, respostas sociais, humanitárias e desportivas. Sempre de forma benemérita. A sua história e o seu percurso ficam ligados à direção de clubes desportivos, associações culturais e sociais e da Rede Social do Concelho de Oliveira de Azeméis e da sua Comissão Concelhia da Saúde. Foi, durante 24 anos, Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Oliveira de Azeméis, granjeando o maior respeito e reconhecimento da sociedade oliveirense. Foi candidato à Câmara e Assembleia Municipais nas listas do Partido Socialista e, nessa qualidade, é ainda hoje uma das suas grandes referências. A Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, reunida em Sessão Ordinária no dia 29 de abril, aprova um voto de pesar pelo falecimento do Arq. Gaspar Domingues. Num momento particularmente difícil, endereçamos à sua família, e a toda a comunidade que reconhece esta perda, as mais sentidas condolências”.* =====

===== *Colocados à votação os votos de pesar apresentados, foram os mesmos aprovados por unanimidade.* =====

===== *Fez-se um minuto de silêncio.* =====

== **1º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 23º DO REGIMENTO)** ==

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição dos munícipes José Manuel Santiago, André Costa, Vítor Januário e Óscar Oliveira.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **José Manuel Santiago**, residente na freguesia de Loureiro.* =====

===== *Boa tarde. Venho aqui intervir na qualidade de responsável pela administração do condomínio do edifício sito na Rua do Pombal, n.º 150, na freguesia de Loureiro. Fui incumbido de vos transmitir uma situação grave que ali se passa e que não pode, nem deve, passar ao lado do poder político. Devido à inexistência de rede pública de saneamento naquele local, existem neste momento descargas de habitações que são feitas diretamente para a via pública, nomeadamente para a rede pública de escoamento de águas pluviais. Esta situação suscita odores intensos, insuportáveis, que colocam em causa a saúde pública e dos próprios moradores, que devido ao cheiro nauseabundo não podem abrir sequer as janelas das suas casas. Por exemplo, no dia de Páscoa, dia das famílias estarem reunidas, foi completamente impossível abrir as janelas das habitações. Penso eu que este não será o cartão-de-visita que, tanto a autarquia como a junta de freguesia, querem para quem escolhe o município para viver e para quem o visita. Esta situação assume elevada gravidade, não só por questões sanitárias, mas também por ser uma prática ilícita e ilegal por todos os que as efetuam. Mesmo já tendo decorrido imenso tempo, sendo uma situação conhecida quer do executivo municipal, já foram enviados vários emails, como da Junta de Freguesia de Loureiro, com a qual já tivemos uma pequena reunião a dar conhecimento da situação, mas até ao momento nenhuma resposta foi dada aos moradores. Assim sendo, e para garantir o respeito pela legislação ambiental, bem como pela salubridade do local, para além das questões de saúde que aí ocorre em pleno século XXI, vimos denunciar esta situação aos Senhores Membros desta Assembleia Municipal para que dentro das vossas competências e apelando ao vosso sentido de responsabilidade, diligenciem ações para que esta situação cesse com a maior brevidade possível. Caso não aconteça, os condóminos terão todo o direito de recorrer à denúncia desta prática junto das entidades responsáveis, nomeadamente entidades ambientais e de saúde, o que esperamos poder ser evitado. Muito obrigado.* =====

===== *Posteriormente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **André Costa**, residente na freguesia de Carregosa.* =====

===== *Boa tarde a todos. Chamo-me André Costa, vivo em Carregosa, integrei as listas da CDU nas últimas eleições autárquicas e o que me traz aqui é a freguesia onde resido, Carregosa, e falar do saneamento. Apesar de estarmos em pleno século XXI continuamos com um atraso que não pertence a este tempo. No que diz respeito à canalização e ao tratamento de esgotos, é inaceitável que a rede de saneamento ainda não esteja concluída e a instalação que existe, designada por ETAR, onde supostamente se faz o tratamento de águas residuais de algumas habitações e posterior rejeição para o rio, não possua licenciamento para a utilização de recursos hídricos. De acordo com a informação obtida junto do SEPNA, o saneamento é um serviço*

essencial para o desenvolvimento das localidades, ajudando à fixação de pessoas e, por isso, a sua instalação e inspeção devem ser prioridades. Já no anterior mandato foi dito na assembleia de freguesia, pela Senhora Presidente da Junta, que Carregosa não tinha apresentado candidatura, visto que não reunia as condições para tal. No entanto, posteriormente, veio a afirmar que o serviço do trator-cisterna teve um aumento na sua requisição de cerca de 300%. Sendo assim, se tem estes valores, por que razão Carregosa não reúne as tais condições não explicadas? Não obstante esta dificuldade enorme, os Carregosenses são ainda sujeitos a um cheiro nauseabundo provocado pela designada ETAR anterior referida, sobretudo no verão e particularmente sentido pelos habitantes da área adjacente. É urgente averiguar os impactos ambientais das descargas no rio e os efeitos sobre os campos. É urgente servir a população com rede de saneamento. Obrigado. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Vítor Januário.* =====

===== *Boa tarde a todos e a todas. Trago aqui duas preocupações de que resultam dois contributos, sugestões, propostas, como lhes queiramos chamar. Um deles, com distância no tempo para que com tempo tudo decorra bem, que são os processos eleitorais; e, o outro, é o processo de desagregação das uniões de freguesias, a possível desagregação das uniões de freguesias. Sobre o processo eleitoral, a proposta que aqui pretendo trazer é de que se faça sempre reunião preparatória, sessão preparatória para capacitação de todos aqueles que garantem o ato eleitoral, seja o presidente de junta, sejam os membros das secções, sejam os próprios delegados. E isto resulta naturalmente, não intempestivamente com esta distância temporal, mas de resposta e de prévia solicitação feita pelo Partido Comunista Português à Comissão Nacional de Eleições, dada a reiterada incompreensão de alguns procedimentos, nomeadamente, no nosso concelho. Como nos parece que as discordâncias têm de facto um mecanismo legal no próprio ato eleitoral, que é o de se recorrer à reclamação, ela só deve ser utilizada utilmente, caso contrário será apenas um ruído no processo. Nós nunca o fizemos, que não fosse apenas para contribuir para a melhoria do processo, caso contrário, quando ela não é útil, poderá conduzir àquilo que seria uma queixa por obstrução ao processo eleitoral. E, portanto, como reiteradamente isso sucedeu, nós fizemos um apelo à Comissão Nacional de Eleições para que faça chegar às assembleias de voto esses esclarecimentos, que se encontram no decreto de lei e, portanto, não devem no ato eleitoral e nas secções levar ao debate entre delegados e membros das mesas sobre matéria que facilmente se esclarecia na lei lendo-a. Por isso a explicitação, o esclarecimento prévio em sessão, ajudaria e daria um contributo. As forças políticas também o fazem, creio eu, sabemos que pode haver dificuldades muitas vezes, porque a vida não permitirá, mas esta proposta que se faça uma sessão prévia. Não sei se chegou esse esclarecimento às juntas de freguesia para que depois as assembleias de voto os tenham em atenção, nomeadamente quem faz escrutínio, delegados, os*

procedimentos, o que é que se exige, se se está a bloquear um processo por causa de um procedimento meramente formal, se se exige que se entregue uma certidão, se não se exige, se só se tem de exhibir. Portanto, isso parece-nos que não deve ser algo de qualquer debate no momento do ato eleitoral, porque facilmente se resolve. A segunda sugestão, diz respeito à desagregação de freguesia e agora com uma dimensão temporal mais próxima. Parece-nos que a desagregação a haver por vontade das populações seja tida em consideração exatamente por essa razão, por responder às legítimas aspirações das populações e não por as vincularmos aos critérios exarados na lei, porque não se pode restituir o que se tirou criando critérios. Até por que quando se tirou o critério ao qual se vinculavam todos os outros era um critério de percentagens para reduzir freguesias, exatamente inscrito na lei em 2012. E, portanto, era muito importante também que os órgãos autárquicos assumissem o papel de luta pela satisfação das necessidades das populações. Madail, tem o mesmo direito a ser ressarcida. Como? Restituindo-lhe a freguesia a que tem direito e a que aspiram as populações. Da mesma forma que têm outras que cumprem todos os critérios e algumas que, neste momento, não têm todos os critérios que se encontram na lei. Portanto, criar critérios para aquilo que se tirou não parece de grande legitimidade. Houve autarquias que fizeram um apelo à Assembleia da República para que se reparasse esse erro de inscrever critérios quando o que se deveria fazer era restituir as freguesias automaticamente. Já agora lembro que, em 2019, o Partido Comunista Português fez uma proposta de lei que foi recusada na Assembleia da República. Já em 2021, no ano em que foi aprovada esta lei, foi recusada pelo PS, PSD e todos os partidos à direita na Assembleia da República. O apelo que se faz é que o debate se possa fazer e devo lembrar também que nenhuma vontade manifesta pelas populações, pelo facto de não encontrar inscrita a fundamentação que a lei procura obrigar as populações quando fazem apresentação de proposta na Assembleia de Freguesia, seja recusada porque isso é recusar uma formalidade e recusar uma formalidade significa evitar que as populações possam ter direito a essa legítima aspiração. Portanto, que nos ponhamos do lado dessa luta e que já agora se possa subscrever o abaixo-assinado que está a circular em Pindelo e em Madail e que outros se façam. Devo lembrar que este propósito de desagregação é desejado pelas populações. Desagregação esta que foi feita a régua e esquadro, que não foi desejada por ninguém, pelo menos no nosso concelho. Que essa desagregação se possa fazer para criar condições de desenvolvimento às próprias freguesias. É esse o objetivo e não criar uma formalidade, porque se nós incorrermos no mesmo erro, porque ela se fez por uma razão administrativa economicista, uma razão administrativa e uma vontade política e nós neste momento podemos incorrer no mesmo erro ao estar a vincular as populações em critérios e não lutar por essas freguesias. Portanto, que o debate não se circunscreva a isso e não se arrede por essa razão. Este é o apelo que eu faço a esta assembleia e também ao executivo camarário nesta luta, nesta luta necessária para que as freguesias tenham direito a essa reposição. Sem mais, não se restitui pedindo critérios. Obrigado.

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Óscar Oliveira.* =====

===== *Boa tarde. O assunto que aqui me traz, em nome do PCP, tem a ver com a aplicação da lei sobre o suplemento de risco, penosidade e insalubridade. Desde que foi discutido diversos projetos na Assembleia da República sobre esta situação e no âmbito da nossa intervenção em contacto com diversos trabalhadores, e concretamente com os trabalhadores deste município, quando nós questionávamos se o suplemento estava a ser atribuído com a devida legitimidade que tinham direito para com estes trabalhadores, aquilo que nos respondiam era que o suplemento de risco, penosidade e insalubridade ainda não estava a ser aplicado aqui no concelho de Oliveira de Azeméis. Sabemos que os sindicatos dos trabalhadores da administração local têm vindo também a reivindicar a atribuição deste suplemento pelo município. Eu acho que a câmara e os senhores vereadores têm conhecimento da atual lei. O Decreto-Lei n.º 53-A/98 de 11 de março que regulamenta as condições de atribuição do suplemento de risco, penosidade e insalubridade, consagra aos titulares as figuras de compensação suplementar e demais regalias a atribuir aos trabalhadores das áreas de recolha e tratamento de resíduos e afluentes, da área de higiene urbana, da área de saneamento e outras funções de risco. Trabalho este prestado pelos trabalhadores da administração pública, cuja regulamentação nunca foi efetuada em diversos municípios do país, com grande prejuízo para os trabalhadores que nunca viram os seus direitos garantidos. Com a publicação e entrada em vigor da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro foi revogado expressamente o decreto-lei que acima referi, ficando previsto os suplementos remuneratórios com componente da retribuição sem, no entanto, os designar, ou seja, continuando os trabalhadores a executar os trabalhos em condições de risco, penosidade e salubridade sem qualquer reconhecimento das suas condições, nem pagamento da compensação devida. A obrigatoriedade do suplemento remuneratório passa a ser tipificada na lei de trabalho da função pública, a qual revoga a lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, mas sem determinar o seu âmbito de aplicação, regra de cálculo e modo de pagamento deste suplemento bem como dos respetivo complementos atribuídos em acréscimos ao referido suplementos, permanecendo esta obrigatoriedade num vazio e os trabalhadores visados sem o pagamento de qualquer suplemento ou complemento que compense os danos eventuais ou efetivos do trabalho executado em condições de risco, penosidade ou insalubridade. Tal como por todo o mundo, também no nosso concelho passamos por um período muito difícil, o surto epidémico. E neste quadro ficou demonstrado a importância da atribuição deste suplemento aos trabalhadores com as tarefas que acima referi, porque são trabalhadores mais expostos pelas tarefas que desempenham. O papel dos trabalhadores nas autarquias que asseguram os serviços essenciais com forte exposição ao perigo devem merecer de todos nós o maior regozijo e forte valorização do trabalho que efetivamente estão a desempenhar em prol de todos os oliveirenses. Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Assembleia Municipal, temos conhecimento que na reunião de câmara de 02/12/2021*

foi aprovado o que aqui acima referi, ou seja, a atribuição deste suplemento com percentagens e valores diferentes. Gostaria e pretenderia que o Senhor Presidente informasse se os trabalhadores que exercem funções de risco vão ser recompensados nesta atribuição da Lei. Também perguntar se vai haver os respetivos retroativos, como têm esse direito, e quantos trabalhadores vão receber esta remuneração. Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== Muito boa tarde a todos e a todas. Dando resposta às intervenções que aqui foram feitas no período do público, se não vissem nenhum inconveniente responderia às duas questões porque elas são muito parecidas, ambas se referem a problemas de saneamento: a intervenção do José Manuel Santiago e do André Costa. Dizer-vos que em relação ao problema de Loureiro, pelo que percebo estamos a falar de uma situação onde há descargas de águas residuais na rede de pluviais e, portanto, essa situação tem que ser apurada, tem que ser detetada. Às vezes o mais difícil é mesmo detetar o infrator ou prevaricador, mas podem ficar com o meu compromisso de que tudo farei para tentar detetar quem é que tem essa prática ilícita que prejudica gravemente a vossa qualidade de vida. Obviamente que percebo e me solidarizo com o facto de vocês estarem constrangidos e naturalmente quererem ver esta situação corrigida. Os emails que enviaram, seguramente foram para o Senhor Vereador do Ambiente Eng.º Rogério Ribeiro, lembro dele ter falado comigo, agora não queria incorrer em erro, mas há uns meses atrás. Sobre este problema, julgo que se chegou a implementar uma abordagem no sentido de fazer uma campanha de sensibilização através da distribuição de uns flyers, folhetos, procurando alertar as pessoas para o facto de esta prática ser ilícita e incorreta que lesa os interesses e a qualidade de vida dos moradores do vosso prédio. A resposta é simples, é tentar descobrir os autores, não é fácil fazê-lo através dos sistemas tradicionais que existem, mas procurar perceber quem é que está a mandar águas residuais para a rede de pluviais e a partir daí atuarmos. Em relação à intervenção do André Filipe, obviamente todos sabemos que o principal problema que nós temos no nosso concelho, o problema mais grave que coletivamente temos que resolver no nosso concelho, é o problema da rede de saneamento. Não é um problema exclusivo da freguesia de Carregosa, é um problema que infelizmente afeta muitas das nossas freguesias, felizmente são menos, mas efetivamente são muitas as freguesias que ainda têm este problema por resolver e por isso é que desde a primeira hora também temos trabalhado para o resolver. É evidente que surgiram alguns avisos, que têm determinado tipo de exigências ao nível do número de fogos, ao número de população servida, ao nível de existência de sistemas para onde drenar as águas residuais recolhidas, mas mais importante do que isso é termos projeto de execução para podermos candidatar-nos a esses avisos. Portanto, os projetos de execução foram encomendados, estamos a investir mais de € 200.000,00 nesses projetos de execução para toda a rede de água e de

saneamento do concelho, procurando assim estarmos preparados para que aquelas zonas do concelho que ainda não tinham projetos de execução, logo que surjam avisos possamos também candidatar essas freguesias e resolver esses problemas. É evidente que esta fiscalização das descargas que prejudicam os campos é um problema semelhante ao problema de Loureiro e, portanto, vamos pedir a atenção não só dos serviços camarários, mas também da entidade que tem a responsabilidade dessa fiscalização, a SEPNA e naturalmente também à entidade concessionária que presta serviços na rede de baixa. Em relação à intervenção do Sr. Vítor Januário sobre o processo eleitoral, estou inteiramente de acordo que se tenham reuniões preparatórias para capacitação dos membros que participam nos atos eleitorais e para não que não tenhamos dúvidas que tenham que ser redimidadas durante o próprio ato eleitoral ou no final do ato eleitoral. Esse é um trabalho que é feito pelos partidos também, não tenho dúvidas rigorosamente nenhuma sobre isso, mas se o trabalho não for suficiente faz todo o sentido despoletarmos essa situação. Eu sinceramente desconheço, mas não tenho que conhecer todas as situações, mas desconheço uma prática reiterada de incumprimento dos procedimentos, desconheço, pelo menos não me foi feito chegar essa prática reiterada, mas obviamente acredito que ela existe e que fará sentido nós termos a preocupação de que tudo corra bem e de forma transparente no processo eleitoral. Em relação à desagregação de freguesias, não é o tempo nem o momento de discutir aqui esse processo. Nós, executivo camarário, tivemos já a oportunidade de promover uma reunião com os presidentes de junta onde para além da explicação da lei, dos procedimentos, dos critérios a observar, a principal mensagem foi de que este processo fosse completamente diferente do processo anterior porque, como disse, foi uma reorganização a régua e esquadro que não teve em conta, por um lado, os interesses da população e, por outro lado, o interesse do desenvolvimento do próprio território. Portanto, fará todo o sentido que este processo seja alvo de uma profunda reflexão, uma profunda discussão, de forma sensata, de forma ponderada, de forma razoável. Não vou discutir consigo se o critério é exclusivamente esse de acabarmos por regressar ao tempo da Lei 11-A/2013, mas obviamente o que importa aqui discutir é o modelo que sirva, por um lado, os interesses da população e, por outro lado, o desenvolvimento do território. Em relação à intervenção do Sr. Óscar Oliveira, sobre o suplemento de risco, penosidade e salubridade, apenas tenho para lhe dizer que são falsas as afirmações que proferiu, não sei quais foram as fontes. O suplemento está a ser pago na Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis com a preocupação da retroatividade. Houve uma correção ao diploma que integrou mais categorias profissionais abrangidas pelo suplemento e nós tivemos a preocupação de fazer a retroação ao diploma inicial. Portanto, é falso que nós não estejamos a pagar a esses trabalhadores. Quando pergunta quem são os trabalhadores abrangidos, naturalmente que são aqueles trabalhadores cuja Lei permite que se pague o suplemento. Quanto à quantidade, se tiver interesse em saber quantos são, eu far-lhe-ei chegar esse número. São 24 trabalhadores que recebem o suplemento de risco, penosidade e salubridade nas condições tipificadas na Lei. Eram estas as informações que eu tinha para vos dar em relação às intervenções no período do público,

manifestando mais uma vez a minha preocupação em relação aos problemas objetivos que aqui foram colocados relativamente às questões do saneamento e a minha preocupação também de procurar dar resposta para que não tenhamos outra vez aqui um dilatar de um tempo para uma solução, que eu não sei se é fácil, mas que pelo menos temos a obrigação de ensaiar. =====

===== PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (Art.º 21º DO REGIMENTO) =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início ao período de “Antes da Ordem do Dia”. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de José Ribeiro, João Rebelo Martins, Rita Costa, Rudolfo Rodrigues, Óscar Teixeira, Maria José Calix, Fernando Pais Ferreira, António João Santos, José Lourenço e José Queirós. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **José Ribeiro**, do PS. =====*

===== Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, membros da mesa, Sr. Presidente da Câmara Municipal e membros do executivo, colegas deputados, Srs. Presidentes de Junta, público presente, comunicação social e a quem nos acompanha pela transmissão da AzeméisTV, sintam-se todos cumprimentados, na pessoa do Sr. Presidente, Amaro Simões. Volvidos mais de dois anos de uma pandemia que a todos afetou, de uma ou de outra maneira, de uma pandemia que alterou o modo de vida e a forma como nos relacionamos, que criou um novo normal que aos poucos vamos começando, felizmente e finalmente, a vivenciar e a experimentar, venho hoje aqui, precisamente, falar deste novo normal e das consequências ou da alteração das vivências, que até então sempre demos como garantidas. Neste período, nestes dois anos, fomos privados de uma das mais necessárias condições humanas, que é a vivência social e a vida em comunidade, a convivência entre família e amigos, limitada ou impedida por uma ameaça maior, que nos obrigou a inventar e a reinventar, formas e maneiras de estar, para podermos voltar a conviver e partilhar momentos com a família e amigos. Uma dessas privações de que fomos vítimas foi o Mercado à Moda Antiga, evento porventura de maior expressão cultural do concelho e de maior afirmação das diversas Associações, que ‘vestindo a camisola’ emprestavam ao evento toda a sua dinâmica, permitindo que este tenha alcançado a fama e a projeção que lhe reconhecemos. Depois de uma interrupção de dois anos, era chegada a hora de o município e restantes entidades organizadoras, envidarem esforços, para que, se possível, pudéssemos ter já este ano, o regresso do Mercado à Moda Antiga. Sabemos que a Câmara Municipal, em colaboração com a FAMOA, convocou as associações do concelho e apresentou a forma e as condicionantes impostas pela entidade de saúde pública, para que este evento se pudesse realizar, cumprindo com todas as normas e

restrições em vigor. Sabemos agora, que dessa reunião, onde estiveram presentes cerca de 30 associações, ponderadas todas as condicionantes impostas e em vigor, à data, decidiram por esmagadora maioria, que não se reuniam as condições para que o evento se pudesse realizar em 2022. Esta decisão, não foi do Presidente da Câmara, ou da FAMOA, nem mesmo da maioria das associações presentes. Foi uma decisão das circunstâncias. Sabemos que nada tem de municipal! Como vai acontecendo um pouco por todo o país, há eventos cancelados e outros que se conseguem realizar. Assim como cá, resultam da ponderação das condições. Tivemos diversos exemplos aqui mesmo à nossa volta. Todos percebemos o alcance e o impacto desta decisão. Primeiramente nas pessoas e na sua vontade de voltarem rapidamente ao novo normal e à sua vontade e necessidade de voltarem a conviver. Em segundo, o impacto na atividade anual das associações, que encontravam no Mercado um importante gerador de receitas para o seu funcionamento e para a realização das mais diversas atividades ao longo do ano. Temos pela frente um ano desafiante. Um ano em que estas associações se podem voltar a erguer, voltar a funcionar, montar novamente dinâmicas antigas que estavam paradas e outras novas por força do novo normal. Um ano para voltarem à atividade, um ano para se prepararem e adaptarem, para que em 2023 tudo possa funcionar. Ao longo destes dois anos, a autarquia procurou das mais diversas formas, ajudar à gestão destas associações para que estas pudessem fazer face a alguns dos seus custos fixos. Com esta impossibilidade, as dificuldades podem prolongar-se por mais tempo. Por isso mesmo, Sr. Presidente, gostaria de lhe perguntar: 1. Que esclarecimentos nos pode dar sobre esta opção da não realização, para que não haja aqui a politização que já se tentou, felizmente sem sucesso, durante a pandemia. 2. Depois, e porque é isso que importa, qual a disponibilidade da autarquia para continuar a apoiar as associações, ajudando-as na medida do possível e das suas responsabilidades ao longo deste ano, para que possamos contar com elas revigoradas e ansiosas pelo Mercado à Moda Antiga de 2023, continuando a fazer deste evento o maior evento cultural do concelho de Oliveira de Azeméis. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **João Rebelo**, do PSD. =====*

===== Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, Srs. Presidentes de Uniões e Juntas de Freguesia, Srs. Vereadores, Srs. Deputados. Aqui nesta sala, há uns anos, aprendi com o João Soares, camarada de muitos socialistas que estão aqui presentes, o que querem dizer “5 minutos”. E nas palavras do João Soares os “5 minutos” é algo que se faz desde o tempo em que se diz “5 minutos” até estar realmente concluído. Podem ser 5 minutos ou podem 5 meses. É algo que se faz, não se sabe é quando. É algo tipicamente português com a capacidade de irritar quem não esteja no mesmo registo de quem profere os “5 minutos”. Lendo as diversas atas das reuniões de Câmara e da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente Joaquim Jorge é um presidente “uma semana, quinze

dias”, porque é essa a expressão que mais se vê e é algo parecido com os “5 minutos” de João Soares, mas dá logo a ideia que é mais longo, porque “uma semana, quinze dias” é mais longo do que “5 minutos”, e dá essa resposta a obras que não avançam, problemas que ficam por resolver. Que se vão fazer? Acredito que sim, acredito que se façam; mas o senhor não pode dar uma resposta como se fosse uma conversa de café com os seus amigos. Estamos num órgão que representa os oliveirenses, todos nós estamos aqui a representar a vontade dos oliveirenses. Não pode dizer, como faz regularmente, com tom alarmista “não me obriguem a falar”, outra expressão que o Senhor Presidente utiliza muitas vezes. Nós estamos aqui a falar, senhor presidente, e quando nós fazemos questões queremos falar, discutir essas questões de uma forma séria. E, por isso, sobre as obras da Casa Sequeira Monterroso, que estão paradas há quase um ano, depois da inauguração da obra por parte da Sra. Ministra Ana Abrunhosa, e no seguimento da reunião ordinária desta Assembleia a 06 de Dezembro de 2021, em que depois de uma intervenção minha, o senhor presidente respondeu e vou citá-lo: “(...) A obra do Fórum Municipal, já avançou. Está equivocado. Ela está é interrompida. Está suspensa. (...)”; “O Tribunal de Contas visou a obra, porque é obrigatório. E visou-a sem o estudo geotécnico, porque não era possível fazer o estudo geotécnico sem condições de segurança para o fazer. Porquê? Porque as ruínas estavam todas no interior do edifício. Portanto, foi preciso limpar todo o edifício (...)”; “(...) O empreiteiro diz que, estará em condições de retomar os trabalhos no princípio de janeiro”; “Os prazos e os financiamentos podem ser alterados. E os projetos podem ser alterados. E por isso é que são prorrogados (...). (...) E o prazo de execução da obra, aquilo que se prevê é que se consiga cumprir o prazo. Se não conseguirmos cumprir o prazo, aquilo que vamos procurar fazer é prorrogar o prazo até que a obra seja concluída.” E visto que as obras estão no mesmo estado do dia 06 de Dezembro, eu venho pedir ao senhor presidente o seu empenho para fazer chegar a esta assembleia, a todos os partidos que constituem esta assembleia, a documentação trocada entre a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis e o Tribunal de Contas e entre o Tribunal de Contas e a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à deputada **Rita Costa**, do PSD. =====*

===== Caro Senhor Presidente e Secretários da Mesa da Assembleia, caro Senhor Presidente da Câmara e restantes Membros do Executivo, caros Deputados desta Assembleia, Comunicação Social e demais presentes. A bancada do PSD vem dar voz ao descontentamento demonstrado pelos Oliveirenses pelo cancelamento de mais uma edição do Mercado à Moda Antiga em Oliveira de Azeméis. Trata-se de um dos maiores eventos de promoção cultural do nosso concelho, que permite a muitas coletividades angariar fundos para a realização do seu plano de atividades anual que honra a memória coletiva dos nossos antepassados e tradições e que traz cor e vida à nossa cidade. O Mercado à Moda Antiga representa uma marca da

identidade do nosso concelho que em 2019 juntou milhares de participantes de diferentes pontos do país, contando com 2000 figurantes, 60 artesãos, 90 associações, escolas e outras instituições do concelho. Foi por isso com grande surpresa que recebemos a notícia do cancelamento do evento. Consideramos ter havido uma falta de preparação e de vontade política para a realização deste evento. A entidade promotora é a Câmara Municipal e por isso é da sua responsabilidade criar as condições necessárias para incentivar a participação das coletividades, apresentando soluções para ultrapassar todos os condicionantes à semelhança dos concelhos vizinhos. Através do comunicado emitido pela Câmara Municipal foram apresentadas as razões para o cancelamento deste evento que se prendem e passo a citar: “as insuficientes condições operacionais do próprio movimento associativo devido à paragem forçada da sua atividade por força da Covid 19 e às exigências das condições higiénico-sanitárias que poderiam descaraterizar o evento”. Perante estas razões questionamos: que soluções apresentou o executivo para incentivar e ajudar as associações a reorganizar a sua atividade e enfrentar estes condicionantes? A dificuldade em compreender esta decisão torna-se ainda maior quando constatamos que eventos com características semelhantes e até de maior dimensão estão a ser realizados. Isto pressupõe que a preparação de eventos como, por exemplo, a Feira de Março que terminou a 25 de abril ou a Feira do Chocolate, em Óbidos, tenham sido planeados em plena fase crítica das restrições. No entanto, nestes casos parece ter havido vontade e determinação das autarquias e parceiros para que os eventos se realizassem. Gostaria ainda de referir o exemplo da Viagem Medieval, em Santa Maria da Feira, uma vez que as restrições sanitárias, nomeadamente a utilização de plásticos e higienização dos materiais também poderiam constituir um entrave à sua realização. Contudo, houve planeamento atempado e vontade para fazer regressar aquele que é o evento culturalmente mais representativo deste concelho vizinho. Finalizo a minha intervenção com um último exemplo, que mostro a capacidade de planeamento e organização de uma entidade local, o Azeméis CUP. Este torneio, que teve lugar entre 14 e 10 de abril, reuniu visitantes de diferentes partes do país, dando visibilidade ao nosso concelho e mostrando que quando há vontade se conseguem ultrapassar todos os obstáculos. Depois de dois anos de pandemia, de isolamento, durante o qual as coletividades e comércio local passaram por diferentes dificuldades, não conseguimos compreender como é que não se anteciparam medidas de retoma à normalidade. Lamentamos profundamente a decisão tomada e gostaríamos de saber que medidas estão a ser tomadas para que outras iniciativas, como por exemplo a Noite Branca, não tenham o mesmo desfecho que o Mercado à Moda Antiga. Obrigada. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Rudolfo Rodrigues**, do CH. =====*

===== Cumprimento todos na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia. Na última sessão desta assembleia, o Senhor Presidente do Executivo depois de ter sido interpelado por mim

e pelo Partido Chega, disse o seguinte e passo a citar: “em relação aos documentos para encaminhamento e tratamento pelas empresas certificadas eu depois far-lhe-ei chegar esses documentos que solicitou”. Ora, a esta altura ainda não recebemos nenhum documento, nem sequer uma justificação. Por isso, venho aqui pedir o seu empenho para que nos possa fazer chegar esses documentos o mais depressa possível. Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Oscar Teixeira**, Presidente da Junta de Freguesia de Fajões. =====*

===== Cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia, caros secretários, Senhor Presidente da Câmara e Executivo, Presidentes de Junta, Membros da Assembleia, Comunicação Social e Público presente. A poluição das águas e qualquer alteração nas suas características físicas, químicas e biológicas, que possa causar prejuízo à saúde da população, compromete a fauna e a utilização dos recursos hídricos para usos benéficos. Milhares de rios são poluídos por todo o mundo todos os dias, num problema ambiental sério que nos países desenvolvidos e nos territórios desses países não tem razão de ser. A expansão urbana desordenada, aliada ao desenvolvimento da indústria e das atividades agrícolas são as principais causas da poluição dos rios. E as atividades domésticas, industriais e comerciais geram poluentes característicos que influenciam de diferentes formas a qualidade das águas. O Rio Antuã tem a sua nascente a escassos metros do limite do concelho de Oliveira de Azeméis e de Fajões. Há vários anos que é alvo de poluição constante, principalmente quando chove. A Junta de Freguesia e a população alertaram algumas vezes nos últimos anos o departamento do ambiente da Câmara Municipal e a GNR do Ambiente, que efetivamente se dirigiu ao local para averiguações. As descargas que às vezes acontecem e que geram uma massa de água branca e gordurosa que atravessa a freguesia de Fajões, têm sido muito visíveis também na freguesia de Carregosa. O trabalho que a Associação Carregosense de Melhoramento do Ambiente e do Património tem executado, de limpeza das margens dos rios, mostrou ainda mais esta realidade que pesa muito nestas duas freguesias. Limpezas feitas, percursos das margens lindíssimas, mas é desanimador saber que o rio corre poluído tal como atravessa o centro da freguesia de Fajões. Sr. Presidente, o Rio Antuã a poucos metros da sua nascente, já se apresenta poluído. Infelizmente não é difícil perceber quem poderá ser o poluente. Sr. Presidente, sei que é conhecedor desta realidade e sei que a inexistência de redes de água e saneamento na minha freguesia dificulta imenso a resolução desta situação. Peço-lhe que o Departamento de Ambiente da Câmara Municipal possa continuar a fiscalizar estas situações e a identificar o poluente para que o Rio Antuã seja um local aprazível e atrativo. Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====*

=====
Em relação às intervenções dos deputados José Ribeiro e Rita Costa, se me permitissem responderia a ambos em conjunto, porque abordaram o tema do Mercado à Moda Antiga. Nós entramos no ano de 2022 em plena crise pandémica e com a vigência de medidas restritivas que nos condicionavam a todos e condicionavam as nossas vidas. E, portanto, aquilo que nós fizemos foi esperar pelo dia 17 de fevereiro, onde tivemos uma Resolução do Conselho de Ministros, que passou a situação de calamidade no país para a situação de alerta, julgo eu que até ao dia 07 de março. Nesse mesmo dia nós enviamos para a Autoridade de Saúde Local um pedido de parecer sobre a realização do evento Mercado à Moda Antiga. Quer isto dizer, obviamente, que se nós não estivéssemos interessados na sua realização não teríamos a preocupação de perceber se existiam condições higiénico-sanitárias para promover o evento. Foi respondido em 25 de fevereiro pela Autoridade de Saúde Local, foi dado um parecer favorável e para além das condições sanitárias, foram definidas um conjunto de condições de higiene e segurança alimentar. Portanto, aquilo que nós fizemos foi notificar a FAMOA no dia 28 de fevereiro, 2 ou 3 dias depois, para que fizesse o favor de convocar os associados da FAMOA para uma reunião no dia 04 de março, aqui neste mesmo espaço. A FAMOA no dia 02 de março disse que ia proceder à convocatória dos seus associados. Tivemos aqui cerca de três dezenas de pessoas, que representaram ranchos folclóricos, bandas de música, grupos de teatro, que representaram várias coletividades e a essas pessoas foi-lhes explicado aquilo que foi dito no parecer e foi-lhes perguntado se existiam condições para a realização do evento. Quem esteve presente sabe que é verdade, a grande maioria das intervenções foi no sentido de que não se realizasse o evento pelos mais variados motivos. Esse obviamente da descaraterização do evento se tivéssemos que recorrer aos materiais descartáveis, mas a própria dificuldade na higienização dos utensílios e dos espaços, na criação de condições de distanciamento social em relação sobretudo ao público. Não se esqueçam que a alteração do estado de calamidade para o estado de alerta resolveu problemas de contacto de risco, resolveu problemas de teletrabalho, aliviou um conjunto de restrições, nomeadamente a desnecessidade de se utilizar o certificado digital, mas manteve nos espaços internos a obrigatoriedade do uso da máscara. Portanto, aquilo que aconteceu foi que as associações argumentaram que em resultado de dois anos de pandemia havia uma fortíssima desmobilização dos elementos que integram as associações, que era muito complicado conseguir dinamizá-los e obviamente que também foram elencadas outro tipo de dificuldades, mas estas eram as mais substanciais. Foram discutidas várias possibilidades, mas a grande maioria das pessoas aconselhou a que não se realizasse o evento em 2022 e que se concentrasse as energias do movimento associativo a preparar um grande Mercado à Moda Antiga em 2023. Esta é a verdade dos factos, não há outra verdade, não é possível outra verdade, tudo aquilo que for dito e que saia disto ou é especulação ou é mero aproveitamento político, mas é sobretudo um enorme desrespeito pelo nosso movimento associativo que são a alma e a essência deste evento. O nosso movimento associativo foi absolutamente claro naquilo que transmitiu e naturalmente aquilo que foi dito pela FAMOA e que foi dito pela Câmara Municipal nesse evento,

é que, quer uma entidade, quer outra, respeitaria a decisão soberana do movimento associativo e foi isso que aconteceu. A prova inequívoca de que nós queríamos realizar o Mercado à Moda Antiga é que vamos realizar todos os grandes eventos que se vão verificar no concelho, são da nossa exclusiva responsabilidade. Todos os eventos que envolvam a presença do movimento associativo e cujo movimento associativo é absolutamente determinante para o evento, é evidente que vamos auscultá-los porque se não fizéssemos depois seríamos criticados por não o fazer e vamos perceber se existem condições para a realização desses eventos. Acabou por referir um, o Azeméis Cup, que teve efetivamente cerca de 9000 pessoas a assistir, 1300 atletas, 90 equipas, 30 clubes, estamos a falar de um grande evento de massas que correu muito bem e que a Câmara Municipal em parceria com a União Desportiva Oliveirense teve todo o gosto em organizar como teria todo o gostar em organizar o Mercado à Moda Antiga. Qual é a disponibilidade da autarquia para apoiar as associações? Essa questão é uma questão a que se responde facilmente, não é uma questão de disponibilidade, é uma questão de obrigação, temos a obrigação de apoiar o nosso movimento associativo e estaremos sempre disponíveis para apoiar o nosso movimento associativo. Em relação às soluções que apresentou, o executivo, o executivo disponibilizou-se para encontrar todas as soluções que fossem necessárias para a organização do evento e, portanto, essa questão é uma questão cuja resposta não pode ser diferente desta. Como aconteceu no passado, também aqui perante a necessidade de se organizar o evento, a Câmara Municipal assegura todas as condições que habitualmente assegura. Portanto, não vou aqui confrontar as razões que estiveram na origem desta decisão do movimento associativo oliveirense com as decisões que foram tomadas noutros municípios, porque nós temos exemplos de eventos que se vão organizar bem lá para a frente, temos eventos que não se vão organizar bem lá para a frente e, portanto, essa é uma decisão que cabe a cada um dos municípios. Aquilo que eu posso deixar aqui de forma absolutamente inequívoca é que a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis e a FAMOA queriam organizar o evento Mercado à Moda Antiga 2022. Em relação à intervenção do senhor deputado João Rebelo Martins, dizer o seguinte: ainda bem que o Senhor acredita que as obras se vão fazer, portanto é também um processo de construção, é um processo de evolução, porque se bem se recorda foram tecidos cenários gigantescos em relação ao Posto da GNR de Cesar, em relação à Escola de Lações, em relação ao antigo centro de saúde, onde íamos perder o dinheiro, onde íamos perder os fundos comunitários, onde íamos ficar sem edifício e sem dinheiro. Enfim, a tragicomédia é presente no discurso, o senhor utilizou a comédia neste caso para ironizar em relação a uma situação que é absolutamente grave e que já tive a preocupação de falar com os colegas de executivo do PSD explicando-lhes aquilo que se está a passar em relação ao Fórum Municipal. Eu tive a mesma preocupação que o senhor deputado, que fez uma intervenção nesse sentido, explicando-lhes exatamente aquilo que se está a passar. Aquilo que se está a passar é que existe uma divergência entre a câmara Municipal e o empreiteiro, que estamos procurar dirimir para evitarmos que esta situação se protele mais no tempo ou que esta situação se transforme em algo que nenhum de nós quer, que é que tenhamos que ter uma decisão judicial para o processo. Aquilo que eu tenho dito e

tenho pedido autorização para não prestar publicamente explicações que me são pedidas, é precisamente para evitar que aquilo que eu possa dizer possa, consciente ou inadvertidamente, prejudicar aquilo que está neste momento a ser tratado e acompanhado pelos juristas quer da Câmara Municipal, quer da empresa que ganhou a construção do Fórum Municipal. Portanto, aquilo que eu lhe posso dizer, é que espero que muito rapidamente, durante o mês de maio, tenhamos uma solução para o problema. Estou a dizer durante o mês de maio porque foi essa a informação que nos foi dada. Sabe que a empresa comunicou-nos que no dia 10 de janeiro de 2022 entraria na obra. Portanto, percebe a complexidade destas questões. Em relação à documentação sobre as comunicações em termos de vistos, entre a Câmara Municipal e o Tribunal de Contas que é a entidade que tem a obrigação de emitir o visto, naturalmente vamos fazer chegar toda essa informação. Dizer-lhe que o mais importante para nós é que efetivamente um edifício que foi adquirido, um edifício importante para a identidade oliveirense que hoje aqui foi referida e muito bem pela Rita Costa em relação ao Mercado à Moda Antiga, estava votado ao mais completo abandono e a única coisa que restou do edifício foram algumas paredes porque o resto ruiu. E, portanto, aquilo que para nós é importante, e ainda bem que acredita que as obras se vão realizar, é que o edifício realmente seja requalificado e seja colocado ao serviço da comunidade. Em relação à intervenção do Senhor Rudolfo Rodrigues, eu peço desculpa, tivemos que procurar perceber exatamente do que estava a falar e julgo que está a falar das Minas do Pintor. Vou procurar junto dos serviços zelar para que esta informação seja disponibilizada e peço-lhe desculpa por ainda não o terem feito chegar, em tempo oportuno, essa informação. Em relação à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Fajões, sobre a poluição no Rio Antuã, na freguesia de Fajões. Já falamos aqui sobre o problema do saneamento, não é só o Rio Antuã que tem problemas, mas também o Rio Ul, o Rio Caima, todos os nossos rios, sejam de maior ou menor dimensão, têm problemas porque efetivamente nós temos um problema com as águas residuais e o problema que temos com as águas residuais e com a ineficiência de rede leva a que os nossos recursos hídricos sejam fortemente pressionados. No caso concreto da freguesia de Fajões, já é a segunda vez que ficamos com o concurso deserto para a execução de rede de água e de rede de saneamento na freguesia de Fajões, apesar do reforço da verba de um concurso para o outro. Isto tem outro problema adicional, por um lado não temos resolvido o problema do saneamento e, por outro lado, temos as estradas em muito mau estado, que precisavam de ser intervencionadas, mas que não faz sentido fazê-lo tendo esta perspetiva de instalarmos rede de água e saneamento nessas estradas. Aquilo que eu tenho para lhe dizer, é pedir desculpa por este atraso, pedir desculpa a si e através de si pedir desculpa à população de Fajões. É um problema que temos para resolver, é também um dos investimentos mais expressivos, estamos a falar de 3,2 milhões de euros, em números redondos, mas tem infelizmente faltado resposta por parte do mercado para este concurso, esperamos que a situação se altere e obviamente aquilo que nós também vamos fazer, conforme sugeriu, é tentar junto do serviço de ambiente da Câmara Municipal reforçar a fiscalização neste local, procurar identificar os agentes poluídos e juntamente com a SEPNA aplicar as coimas que forem necessárias a aplicar, sendo certo

que é muito difícil, apesar de você ter dito que é fácil, identificar o poluidor, não é assim tão simples nós apanharmos as pessoas em flagrante para podermos assim fazer a nossa função. À semelhança do que já disse aqui, esta é uma preocupação que nos acompanha todos os dias e esperamos que este discurso que é repetido muitas vezes durante o ano e por vários intervenientes, passe a ser um discurso de passado. Obviamente, que reconhecemos ainda temos um longo caminho a percorrer para podermos dizer que esta questão da rede de água e saneamento, que é um problema que nos atinge em pleno século XXI, é um problema do passado. É o que eu tenho para lhe dizer. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à deputada **Maria José Calix**, do PSD. =====*

===== Cumprimento o senhor presidente da Assembleia Municipal, Ex.mo Senhor Amaro Simões e restantes membros da mesa, Ex.mo Presidente da Câmara Municipal Eng.º Joaquim Jorge e restantes vereadores, todos os deputados desta assembleia, presidentes de junta, público aqui presente e lá em casa e elementos da comunicação social aqui presentes. Venho aqui, em nome da bancada do PSD, fazer uma curta intervenção, ou melhor reflexão, sobre a importância da comemoração do dia 25 de abril, e até, de certa forma, inspirada na comunicação efetuada pelo Senhor Presidente Amaro Simões a todos os membros desta assembleia. Comunicação essa, que desde já agradecemos e reconhecemos o merecimento da sua desprendida partilha. Também se reforça a sua intervenção de hoje. De facto, é verdade que já vivemos mais tempo em liberdade e democracia do que em opressão e ditadura (eu vivi na ditadura e vivi também em Angola). Mas, e até por isso, se torna necessário, cada vez mais, refletir e comemorar: é um facto, que a liberdade e os restantes valores associados à democracia precisam, sempre, de ser lembrados - até porque as novas gerações não sentiram o viver em ditadura, sem liberdade de expressão e até sem liberdade de pensamento; é um facto que esses valores precisam, cada vez mais, de serem vividos, de serem sentidos e, muitas vezes (até mais do que o que seria necessário) é também um facto que precisam de ser reconquistados. As sociedades atuais, cada vez mais marcadamente plurais e multiculturais dão origem a fenómenos como o etnocentrismo, o racismo, a xenofobia, a guerra, e a muitos outros fenómenos que têm na sua origem, tal como o presidente desta assembleia também referiu, atitudes de intolerância face à diversidade cada vez maior. É então, neste sentido e com este espírito, que propomos que na próxima comemoração desta data, no Município de Oliveira de Azeméis, que pertence ao “País de Abril”, utilizando as palavras do poeta Manuel Alegre, seja prevista uma Assembleia Municipal Temática, assim como também sugerimos, se nos permitem, uma comunicação das celebrações de forma mais institucional dirigida aos membros desta Assembleia Municipal. Muito obrigada. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====*

=====
Cumprimentar V. Exa., na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, os restantes Membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, a Vereação, colegas Membros da Assembleia Municipal, Presidentes de Junta e demais pessoas aqui presentes. Quero fazer só um breve reparo, se calhar é inoportuno até, nem está dentro daquilo que eu vinha falar, eu não sei se efetivamente o Senhor Vítor fez alguma proposta em concreto para que o assunto que aqui trouxe fosse de alguma forma debatido. Eu gostaria que o senhor no final pedisse a intervenção no sentido de ser claro porque para mim não foi claro, se o entender fazer. A minha intervenção vai no sentido de exultar aqui a memória do Arq. Gaspar Domingues, pessoa com quem eu privei, muito amigo do meu falecido pai e que de facto eu reconheci nele uma capacidade enorme, quer do ponto de vista cívico, quer do ponto de vista político, quer do ponto de vista social, quer do ponto de vista académico, quer do ponto de vista profissional. Era um homem, que todos reconhecemos, com uma capacidade invulgar no sentido de mobilização muito grande. E eu, neste momento, não podia deixar de o exultar e chamar a atenção a este executivo para uma situação que me parece que nós devemos refletir todos e que de facto é uma bandeira também do Arq. Gaspar Domingues, que é a Estalagem S. Miguel. Como o Senhor Amaro Simões disse, o Caracas, o Hotel Dighton, a Estalagem S. Miguel e a Biblioteca Ferreira de Castro em Ossela, são obras de facto de arquitetura marcantes com mais de 30 anos, mas que ainda hoje marca um sentido estético a Oliveira de Azeméis. E, neste sentido, eu queria que nós, até pela justiça que nós devemos fazer, não só ao Arq. Gaspar Domingues, mas também, por exemplo, ao Carlos Osório, que faleceu em 1980 sem ver a obra concluída e que tanto pugnou para a sua elevação, não é justo que todos nós deixemos ao abandono há mais de 17 anos, seguramente, a Estalagem S. Miguel. Eu não vou aqui dizer de quem é a culpa, não há culpados, os culpados somos todos nós por omissão. Todos nós temos a obrigação de olhar para aquele investimento de uma forma progressiva e ser capaz inclusivamente de dizer que nos enganamos, que o projeto já não é este, que não é exequível, que o mercado não responde, no sentido de termos outras valências no sentido de pugnar pela operacionalidade daquilo. Numa Assembleia realizada em Fajões em junho de 2019, muitos de nós estivemos presentes lá, foi discutida e aprovada uma hasta pública. A hasta pública é um projeto de venda em que foram estabelecidos diversas condições para a aquisição que na altura, embora nós PSD concordemos que de facto era uma solução viável a venda, só que tinha muitas condicionantes. E, de facto, as condicionantes afastaram qualquer interessado. A hasta pública veio a repetir-se mais tarde, porque havia algumas violações de prazo, creio eu. Em 22 de novembro de 2019, foi exatamente o mesmo, não houve sequer uma única proposta. Nós na altura chamamos a atenção para isso, que o caderno de encargos e as condições gerais da hasta eram de facto muito exigentes, eram ótimas para nós. E, na altura, lembro-me que houve uma posição muito divergente. Naquela assembleia eu acho que todos nós votamos a favor, embora o PSD tenha a atenção para que as condições propostas não eram as ideais e havia uma voz dissonante e de alguma forma com alguma acutilância. Eu estou a dizer

isto, o Pinto Moreira está a olhar para mim, é exatamente o que diz a parte do CDS. Na altura, o Jorge Pereira fez uma série de considerações, que na altura me tocaram, nomeadamente invocando o aspeto histórico da questão, o facto de todos nós nos identificarmos, ele chegou a dizer que aquilo não era património do município era património de todos os Oliveirenses, porque foram os Oliveirenses de forma espontânea que criaram aquele movimento. Senhor Presidente, isto tudo para dizer o seguinte: nós temos que voltar a falar sobre a Estalagem de S. Miguel. Eu sei que o Senhor Presidente nos vai dizer que tentou encontrar investidores nacionais e internacionais, tentou colocar em agências mobiliárias nacionais e internacionais e que não encontrou interessados, até houve alguma dificuldade em colocar aquilo. O que eu acho é que nós temos que voltar à reflexão. Lembro-me, em 2008, de uma tertúlia em que o Arq. Gaspar Domingues fez uma reflexão sobre o futuro da Estalagem de S. Miguel. Eu na altura achei aquilo fantástico, achei-o um homem com uma visão de futuro incrível. Portanto, Senhor Presidente, eu estou aqui basicamente a exortá-lo, não estou a criticá-lo pela sua inação, não sou capaz até de fazer isso. Mas exortá-lo a que V. Exa. tenha isso em atenção, no sentido até de se reunir com o próprio CDS, que se calhar tem outras visões. É uma questão que para mim, se fosse executivo, ficaria no topo da minha agenda política. Eu vou acabar, até por uma citação aqui proferida por um Membro da Assembleia que não está presente, portanto não o vou citar, mas foi um membro desta assembleia que disse: “Não há nada mais gravoso que se inflija à memória desses empreendedores do que condenar esta obra ao abandono.” Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **António João Santos**, do PSD. =====*

===== Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Mesa da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta, público aqui presente e que nos assiste remotamente, comunicação social aqui presente, os meus cumprimentos. Senhor Presidente, os Oliveirenses continuam sem poder usufruir das suas piscinas municipais. Não nos conformamos com esta situação atual e verificamos que esta paragem já se arrasta há tempo demasiado. Não queremos crer que esta situação se vai arrastar indefinidamente. Quais as dificuldades que este processo sofre e quais as ações que este executivo pretende diligenciar para acabar com este problema? É a questão que quero deixar. Aproveito também para fazer a questão: como é que está o processo da candidatura do vidro a património da UNESCO? Como está este executivo a contribuir para que em tempo útil se consiga resgatar o que materialmente for possível deste património imaterial e imemoriável desta comunidade? Quais são os passos que estão a ser dados para corporizar esta candidatura, nomeadamente como é que está o processo de conclusão das obras do Centro Interpretativo do Vidro, que até pela sua localização privilegiada marca a nossa cidade e o nosso Parque de La Salette? =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **José Lourenço**, do PS. =====

===== Cumprimento todos os presentes. Sr. Presidente, restantes membros da mesa, executivo municipal, senhores vereadores, Srs. Membros da Assembleia, Público, Comunicação Social e, o que realmente importa, Oliveirenses. A Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, que define o regime jurídico de criação, modificação e extinção de freguesias, entrou em vigor no passado dia 21 de dezembro. Proposta pelo Partido Socialista, esta lei resolve um vazio ao criar um quadro legal de ordenamento administrativo do território, com critérios conhecidos, consensualizados e que, no seu procedimento, envolva os cidadãos, os seus representantes e os órgãos eleitos. Esta lei abre a porta também à revisão do processo de agregação de freguesias gerado em 2013, que reduziu em 28% as freguesias do país. No nosso concelho, das 19 freguesias, resultaram, por agregação, 12 freguesias. Ao contrário de outras autarquias, o executivo à altura, imagino que por receio, não liderou o processo, não se opôs a ele, nem tentou condicionar qualquer opção para o concelho. A decisão tomada, pelo menos a oficial, foi da responsabilidade do então Governo do PSD/CDS. O Partido Socialista em Oliveira de Azeméis sempre foi muito claro nesta matéria, discordando da maneira como o processo foi conduzido e da forma como as pessoas não foram envolvidas. Ao contrário de outras autarquias, o executivo de então, não liderou o processo, não se opôs a ele, nem tentou condicionar qualquer opção para o concelho. O Governo do PSD/CDS aprovou. Muitos foram, entretanto, os movimentos criados para que seja possível a manutenção da identidade histórica, cultural e social das freguesias, reforçar os órgãos autárquicos, otimizar a gestão equitativa do território, melhorar os serviços de proximidade, utilizar os recursos com parcimónia e sinergias e defender ou recuperar as conquistas sociais das comunidades locais, não ignorando as profundas alterações e tendências demográficas, entretanto verificadas. Há hoje no país muitos municípios a fazerem esta discussão, cada um com as especificidades próprias do seu território. Há freguesias a fazer e a tomar posições diferentes, seja por criação, fusão ou desagregação. Não há, nem pode haver nesta matéria, visões únicas ou receitas iguais. Deve antes haver uma reflexão serena, envolvente, que procure pensar o nosso território pelas suas especificidades e contexto histórico, mas também pelas suas potencialidades e contexto futuro. Haverá, por isso, saudavelmente, ideias diferenciadoras como vão partilhando, nos espaços públicos, muitos dos nossos concidadãos cidadãos. Não querendo deixar de liderar um processo que se quer transparente, onde o povo é soberano, devemos ser todos nós, em comunidade, a refletir sobre o que é melhor para todos. O nosso Presidente de Câmara tomou a iniciativa de reunir e ouvir os Presidentes de Junta/União de Freguesias envolvidos, e o Partido Socialista tem tido uma posição clara. Aliás, já na Assembleia Municipal de fevereiro de 2018, que decorreu na minha União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz, foi pela voz do Partido Socialista que voltamos a refletir sobre esta questão. Pretendemos com isto,

alertar para a necessidade de se tratar este assunto com realismo, abertura de espírito e respeito pelos profundos sentimentos dos cidadãos, confrontando-se os diferentes pontos de vista com racionalidade, civilidade e sustentabilidade. No final deverá prevalecer, acima dos interesses pessoais ou setoriais, o bem comum, preparando-se os territórios e as populações para os desafios de um futuro inevitavelmente mais exigente. Sr. Presidente da Câmara, imagino que este deva ser um tema que vem partilhando com outros presidentes de câmara. Um assunto num ano tão complexo de transferência de competências muito relevantes. As decisões deverão ser as mais sensatas, a corrida atrás de modas e porque outros as praticam, não será a melhor opção para os oliveirenses que têm de ser neste caso bem mais respeitados do que foram em 2013. Sem receios, sem agendas partidárias e com total transparência. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores.=====*

===== Em relação à intervenção da Dra. Maria José Cálix, conforme disse o Senhor Presidente da Assembleia, partilho naturalmente a reflexão que fez e concordo que faz mais sentido do que nunca afirmarmos os valores de abril, num momento particularmente conturbado da nossa vida coletiva, num momento muito complexo que assola toda a Europa e onde claramente os valores de abril, os valores da liberdade, os valores do respeito, os valores da igualdade, da fraternidade, estão a ser claramente colocados em causa. Em relação à assembleia municipal temática, obviamente esse é um assunto que não queria comentar. Em relação à intervenção que o Senhor deputado Fernando Pais fez sobre o Arq. Gaspar André Moreira Domingues, julgo que não há palavras para qualificar a dimensão humana do Arq. Gaspar, foi uma pessoa que nos tocou a todos pelos mais variados motivos. Referiu a sua competência técnica, a sua qualidade pedagógica, mas eu realço sobretudo o seu profundo humanismo que o levou a abraçar as causas sociais durante uma boa parte da sua vida e é para nós uma referência e uma grande perda. Julgo que fará sentido que, mais cedo ou mais tarde, entendamos eternizar o nome do Arq. Gaspar através da atribuição de um topónimo na nossa cidade. Em relação às obras que elencou e mais concretamente em relação à Estalagem S. Miguel, nós não tivemos ainda oportunidade de promover a venda da estalagem a imobiliárias que operam no mercado internacional. Estamos há muito tempo a procurar o enquadramento legal para o podermos fazer. Eu já tive a oportunidade de confessar, que fui surpreendido pela complexidade que um processo destes encerra, mas aquilo que eu espero é que efetivamente venhamos a encontrar uma solução para a estalagem. Dizer-lhe que ontem mesmo estivemos a mostrar a Estalagem de S. Miguel, durante algumas horas, a um investidor, a um potencial interessado. Temo-lo feito, mas também é verdade que, não só a altura em que as hastas foram lançadas mas também o quadro epidémico em que vivemos, é claramente um período que não é muito amigo do investimento. Achamos que, eventualmente com a retoma do mercado turístico, a retoma das dinâmicas, poderão existir interessados a investir naquele equipamento e transformá-lo

numa resposta turística, porque até agora não vi ninguém a discordar desta possibilidade. Quer dizer, continuamos a ter necessidade de capacidade hoteleira no nosso concelho, temos capacidade para organizar grandes eventos, alguns deles já referidos aqui hoje e, portanto, a capacidade hoteleira é muito importante não só para o município Oliveira de Azeméis, mas também para esta região. A solução terá que ser encontrada, obviamente homenageando a memória do Arq. Projetista da estalagem, mas, também, todos aqueles que dedicaram uma parte da sua vida à angariação de fundos para a sua construção e todos aqueles que de uma forma ou de outra estiveram ligados ao equipamento e à memória do equipamento. Estamos claramente disponíveis para discutir, seja com quem for, soluções para o equipamento. Aquilo que nos parece é que não é fácil fazermos nós um investimento naquele equipamento e depois disponibilizá-lo para exploração turística. Porquê? Porque isso condiciona fortemente os potenciais interessados, porque dependendo da tipologia do operador turístico, obviamente que ele quer que o edifício seja requalificado de acordo com a resposta que pretende dar para o seu público-alvo. Temos que ter aqui alguma preocupação com isso, estamos a falar de investimentos substanciais num quadro de prioridades que é muito complexo, como sabe temos muitas coisas para fazer. Ouvimos aqui falar hoje de um assunto muito urgente, que é premente, que é a questão da rede de saneamento no nosso concelho. Portanto, aquilo que nós queremos que aconteça é que, à semelhança daquilo que pensávamos no passado e que continuamos a mante-lo no presente, apareça um investidor interessado na sua requalificação e na sua exploração. Eu não sei quais são as condições complexas que estavam no caderno de encargos, se o preço é uma das condições complexas. O preço resultou de uma avaliação que foi feita ao imóvel e, portanto, nós não questionamos a questão do preço determinado. A avaliação que foi feita para o imóvel e que esteve na base da hasta, foi uma avaliação que “bebeu” muito de uma avaliação que existia e que tinha sido feita pelo executivo anterior. As condições são condições que constam desse documento, sendo depois naturalmente as condições que são características, que são próprias de um caderno de encargos. Neste momento, aquilo que queremos é que apareça alguém interessado, porque agora temos condições para fazer um processo de negociação, esgotada a segunda hasta temos essas condições, e, portanto, se aparecer esse interessado com certeza que analisaremos e discutiremos convosco a solução que viermos a adotar. Em relação à crítica da minha inação, dizer-lhe que não houve nenhuma inação neste processo e julgo que é de alguma forma também isso que sentem os oliveirenses. Convenhamos que não é fácil no quadro epidémico em que vivemos encontrar um investidor. Não estou a falar exclusivamente para este investimento, estou a falar para investimentos com este tipo de características. Aquilo que nós esperamos, conforme já disse e estou-me a repetir, é que tenhamos a oportunidade de ultrapassar a questão da Estalagem S. Miguel, porque a Estalagem S. Miguel conjuntamente com o Centro Interpretativo do Vidro e aproveito para responder ao António João Santos, o Centro Interpretativo do Vidro acabou de ser lançado a concurso com um preço base de cerca de € 2.400.000,00. É também um virar de página, uma página negra na história do nosso concelho. É um facto. Efetivamente as coisas às vezes demoram mais do que o que nós queremos, mas as coisas vão acontecendo e o importante é

que elas vão acontecendo. Aquilo que nós esperamos é que o Centro Interpretativo do Vidro, que é um processo que tem um conjunto de características, de especificidades, muito próprias, é uma obra que foi interrompida, é uma obra que obrigou ao levantamento exaustivo daquilo que tinha sido feito, daquilo que desapareceu em resultado do vandalismo, daquilo que é necessário fazer e do aproveitamento daquilo que está feito, levou a que nós tivéssemos condições para lançar agora, finalmente, a obra a concurso. Temos um problema muito complexo para ultrapassar, que é o facto de, infelizmente, o projetista da obra ter falecido, o Arq. Pedro Fernandes, filho do Senhor Arq. Gomes Fernandes. Isso levanta-nos um conjunto de dificuldades, como facilmente entendem, em termos de um conjunto de questões que têm que ser respondidas pela equipa do projeto e ele era um homem profundamente conhecedor do projeto, porque foi o responsável pela sua elaboração, mas esperamos que essa fragilidade, que essa dificuldade possa ser ultrapassada. Em relação à questão colocado pelo deputado António João Santos, sobre as piscinas municipais, já expliquei isto, foi feito um relatório de patologias, é o 5º concurso que lançamos e felizmente ao 5º apareceu uma proposta vencedora e, portanto, as piscinas vão ser requalificadas. Quais as dificuldades? São as dificuldades do mercado. Este é um problema como muitos outros que não pode ser municipalizado dado o contexto atual. Por este país fora, são muitos os concursos que estão a ficar desertos e o município de Oliveira de Azeméis não é uma ilha e tem também este problema. Aliás, nos últimos quinze dias, tivemos dois concursos a ficar desertos, para além da rede de água e saneamento em Fajões, tivemos também o Sindicato dos Vidreiros do Norte que ficou deserto. Este não é um problema que eu queira discutir numa perspetiva de que é um problema da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, que é um problema do concelho, porque esse é efetivamente um problema do país e um problema grave que o país vai enfrentar nos próximos anos. Aquilo que nós pretendemos é que a piscina possa ser disponibilizada dentro do prazo que está previsto para a obra. Em relação à candidatura do vidro a património da Unesco, é um trabalho que estamos a desenvolver, é um trabalho complexo, é um trabalho moroso, que vai demorar alguns anos e só no final desses anos é que vamos perceber se o trabalho todo que foi feito teve desfecho positivo. Como disse, e bem, o Centro Interpretativo do Vidro é fundamental para o processo de valorização da candidatura e por isso, conforme acabei de dizer, o lançamento da obra a concurso, a sua requalificação, a sua finalização, é muito importante para que a candidatura fique mais robustecida e a candidatura tenha para além desta componente imaterial que tem a ver com a arte vidreira, com a tradição vidreira no nosso concelho e a sua evolução até aos dias de hoje, tenha também esta componente material dos locais de visita, experiência que são fundamentais também para dar corpo à candidatura. Em relação à intervenção do Sr. Deputado José Lourenço, já aqui foi falada a questão da desagregação das freguesias na intervenção do Sr. Vítor Januário, no período do público. Promovemos efetivamente uma reunião em Cesar no dia 21 de abril com os senhores Presidentes de Junta, já expliquei aqui os objetivos dessa reunião. Aquilo que nós gostaríamos que não voltasse a acontecer no nosso concelho, era que nós nos demitíssemos de discutir com profundidade, com responsabilidade, a organização administrativa que queremos para o nosso território. No passado,

nós demitimo-nos dessa preocupação, dessa responsabilidade e outros decidiram por nós e, porventura, decidiram mal. Nós não queremos que essa situação se volte a repetir e, portanto, a Câmara Municipal e as Juntas de freguesia querem ser parte ativa neste processo de discussão da desagregação, da criação, da extinção das freguesias e queremos sobretudo que a famosa lei Relvas, que tanta polémica deu, seja rapidamente esquecida e seja também algo que não recordar. Mais uma vez dizer aquilo que é importante e aquilo que é importante é que as pessoas se revejam no modelo que vier a ser definido, que a discussão seja uma discussão ampla, uma discussão alargada, uma discussão profunda. Por isso, pedimos aos senhores presidente de junta que, nos órgãos próprios da freguesia, promovam essa discussão assim como nós vamos fazer nos órgãos municipais próprios. Aquilo que é importante também é que, para além das questões de natureza emocional que estão sempre presentes numa discussão com este tipo de características, tenhamos também uma dimensão racional para as coisas e percebamos de forma muito clara quais são os prós e os contras de ter um modelo ou outro modelo. Para quê? Para que o modelo que vier a ser encontrado seja um modelo que sirva os interesses das pessoas e que sirva também os interesses do desenvolvimento do território, porque o desenvolvimento do território está intimamente ligado aos interesses das pessoas. Queremos fazer parte dessa discussão, queremos ser parte ativa dessa discussão e foi por isso que nós resolvemos com os nossos Presidentes de Junta iniciar este processo que esperamos venha a ter cada vez mais protagonistas e venha a ter cada vez mais uma discussão profunda, ponderada, sensata sobre aquilo que é necessário fazer para o nosso futuro coletivo. =====

*===== O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, anunciou o tempo utilizado pelos Grupos Municipais: o PS utilizou 12 minutos e 47 segundos; o PSD utilizou 20 minutos e 15 segundos; o CH utilizou 39 segundos; os restantes Grupos Municipais, não usaram da palavra. =*

*===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 22º DO REGIMENTO)** =====*

===== Seguindo os trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu início ao Período da Ordem do Dia. =====

*===== **Ponto um: Ata nº 03, Sessão da Assembleia Municipal de 25-02-2022 – Aprovação.***

===== Presente para aprovação a ata n.º 03 - Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 25 de fevereiro de 2022. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== *Colocada à votação a ata n.º 03 - Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 25 de fevereiro de 2022, foi aprovada, por unanimidade, não tendo participado na análise e votação deste ponto os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na Sessão a que ela respeita, por força do n.º 3, art.º 34º do Código do Procedimento Administrativo. =====*

===== **Ponto dois: Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município – Apreciação.** =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as atividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município. =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

===== *É claro, nós estamos a cumprir aquilo que está disposto na Lei e estamos a apreciar a informação da atividade da situação financeira do município até 11 de abril, portanto, uma informação intercalar. Nesta informação intercalar, nós evidenciamos os níveis de execução, os níveis de arrecadação de receita, de efetivação da despesa, os níveis de execução das grandes opções do plano e do plano plurianual de investimentos. É uma informação que é obrigatória por lei e, portanto, nós estamos a disponibilizá-la aos senhores deputados municipais. =====*

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====*

===== *A Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento. =====*

===== **Ponto três: Ação de Controlo ao Município de Oliveira de Azeméis, Relatório n.º 2019/208 da IGF - Autoridade de Auditoria - Conhecimento e tomada de posição;** =====

===== *Pela Câmara Municipal foram presentes os documentos referidos em epígrafe, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

===== *É um documento para conhecimento e tomada de posição. O relatório foi entregue, é claro nas conclusões e eu não tenho rigorosamente nada a acrescentar além daquilo que o relatório vos informa. =====*

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de João Costa. =====
 ===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao
 deputado **João Costa** do PS. =====*

===== *Boa tarde a todos, sintam-se todos cumprimentados de igual forma. Antes de entrar
 no ponto propriamente dito e a propósito do mesmo, quero desde logo salientar ao caro amigo e
 deputado João Rebelo Martins que talvez seja por saudosismo destes tempos, deste documento,
 que questiona constantemente a idoneidade do executivo, em particular do Senhor Presidente.
 Entrei nesta Assembleia Municipal em 2017, quando os Oliveirenses entenderam, pela primeira
 vez na história da democracia, dar a responsabilidade da gestão ao Partido Socialista de Oliveira
 de Azeméis. Nesse primeiro mandato, trazia a vontade de participar e de fazer diferente. Ouvia
 sobre política e desde essa altura sabia o que queria, queria fazer diferente. Fiz a minha escolha
 livre, o Partido Socialista. Nesse primeiro mandato, assisti vezes sem conta, depois de tudo o que
 sabia ter acontecido e que o documento acaba por retratar, ao esforço da oposição, e de um
 partido em particular, de tentar colocar em causa constantemente a idoneidade do executivo, de
 questionar a legalidade dos processos, no fundo, de criar ruído. Foi para mim também uma
 enorme aprendizagem. Neste ponto, posso ler muito do que ouvi falar e compreender com mais
 convicção ainda daquilo que, infelizmente, não tive oportunidade de escrutinar politicamente.
 Nesse documento, sobre os processos e sobre a forma de fazer política desses tempos, posso ler e
 acabo por citar: primeiro, “face à falta de concretização do local das obras, não permitem
 verificar se os trabalhos faturados e pagos correspondem efetivamente aos trabalhos”; segundo,
 “essas insuficiências permitem, no limite, que as obras tenham sido executadas sem qualquer
 procedimento prévio”; terceiro, “tendo em vista o pagamento das respetivas despesas ou,
 inclusive, o pagamento de obras nunca executadas”; quarto, “o objeto das respetivas empreitadas
 não está devidamente identificado quanto ao local dos trabalhos”. São apenas alguns exemplos
 dos muitos que se podem ler no relatório da IGF. Práticas erradas que eu, enquanto deputado
 municipal, enquanto jovem, enquanto oliveirense, não quero aprender, nem conhecer. Felizmente,
 esse é um tempo que já lá vai e não tive a oportunidade de o viver politicamente. Por isso, só
 posso ter orgulho agora no município que, felizmente, tem boas práticas de gestão, que tem hoje
 uma imagem recuperada. Ganhamos todos, ganham os oliveirenses, ganham os jovens e ganha
 também o município enquanto entidade que dá o exemplo a todos nós enquanto cidadãos. É esta
 uma das melhores formas de preparar o futuro. Muito obrigado. =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor
José Queirós, Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro, que fez a sua intervenção relativa
 ao período de antes da ordem do dia. =====*

=====
 Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia Municipal, público aqui presente, comunicação social, colegas Presidentes de Junta e para quem nos ouve lá em casa. Senhor Presidente, eu não era para intervir neste ponto, nem em ponto nenhum hoje, mas Loureirenses vieram hoje cá reclamar de uma situação de maus cheiros provocados por descargas residuais nas águas pluviais. Estes Loureirenses já tinham estado na Junta de Freguesia, entretanto enviaram alguns emails para a Junta de Freguesia e pelos vistos também enviaram um email para a Câmara Municipal. Como disse, o Senhor Vereador Rogério Ribeiro e eu tivemos o cuidado de elaborar um flyer, no sentido de sensibilizar os Loureirenses que moram ali perto daquele prédio para que não façam as descargas nas águas pluviais. Pelos vistos não resultou. O que eu venho aqui hoje dizer a esta assembleia, mas é também uma nota para os Loureirenses, vamos continuar a fazer esforços para que isso não aconteça, nós não queremos ilícitos na nossa freguesia e vamos em colaboração com a Câmara Municipal voltar a sensibilizar as pessoas, porque mais do que punir, mais do que atribuir coimas, é importante sensibilizar para que essas coisas não se verifiquem e porque é também um respeito por todos e por cada um. Relativamente ao saneamento, já fiz algumas intervenções nesta assembleia, já há muito tempo, naturalmente não estarei sempre a fazê-lo porque acho que não devo e sei da dificuldade que o executivo tem em levar adiante este problema que é o saneamento. Mas, aproveitando o facto de este Loureirense ter feito uma intervenção hoje e, no fundo, dar força àquilo que eu tenho também reclamado, o saneamento é muito importante nos dias de hoje. Estamos em 2022, é muito importante e terá naturalmente que fazer um extra para que, pelo menos, parte da freguesia de Loureiro seja dotada de saneamento básico. Será certamente uma forma não só de alavancar aquele território, mas alavancar todo o concelho. Muito obrigado. =====

=====
Ponto quatro: - Certificação Legal das Contas do Município - Relatório sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras - Conhecimento e apreciação; =====

=====
 Pela Câmara Municipal foram presentes os documentos atrás referidos, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. =====

=====
 O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

=====
 Estamos a dar-vos conhecimento para apreciação do relatório sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras, realizado pelo Técnico Oficial de Contas. Basicamente, o que diz é que são colocadas algumas reservas e as reservas são recorrentes de relatório para relatório. Uma delas, prende-se com a provisão de um milhão de euros para fazermos face a decisões de processos judiciais. Há uma razão para isso e tem a ver com o valor histórico que é

pago, foi esse o valor que foi inscrito e, portanto, é esse o valor que vamos continuar a inscrever porque no passado não existia nenhum valor. É dito também que não foram detetadas incorreções materiais e que a informação é coerente e cumpre a Lei. Uma informação importante, é que a liquidez do município aumentou 50% de 2020 para 2022; a dívida a terceiros, agora por habitante, por Oliveirense, é agora de € 73, caiu nos últimos anos para metade; temos um saldo corrente de € 13,3 milhões de euros, que é a diferença entre as receitas correntes e as despesas correntes, portanto, estamos a falar de € 38, 8 milhões de euros nas receitas correntes e € 25,4 milhões de euros nas despesas correntes e temos um défice, em termos de saldo de capital, de €4,3 milhões de euros, que resulta da diferença entre as receitas de capital e as despesas de capital. Por que é que eu estou a referir isto? Estou a referir isto, porque eu quero dizer que continuamos a poupar nas despesas correntes e estamos a transformar aquilo que poupamos nas despesas correntes em investimento de capital e isso é muito importante. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento. =====

*===== **Ponto cinco: Prestação de Contas do Exercício 2021 (I/24653/2022) - Apreciação e Aprovação.** =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: Compete à Câmara Municipal elaborar e aprovar a norma de controlo interno, bem como o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do município e respetiva avaliação e ainda os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação da assembleia municipal, de acordo com a alínea i) do artigo n.º 33, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro; Compete à Assembleia Municipal apreciar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas, de acordo com a alínea l) do artigo n.º 25 da Lei 75/2013, de 12 de Setembro. Submete-se à aprovação os documentos de prestação de contas do exercício 2021.” =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== A prestação de contas 2021, é uma prestação de contas que mantém o caminho que vimos seguindo nas prestações de contas dos anos que integraram o último mandato e 2021 é o último ano do mandato 2017/2021. O caminho que vimos seguindo é um caminho de gestão e de rigor das contas públicas, permitindo que a gestão que é feita na Câmara Municipal seja motivo de orgulho para todos os Oliveirenses. É essa gestão que tem permitido que nós tenhamos mais

confiança no presente e preparemos com uma enorme, uma grande ambição, mas responsável ambição, o nosso futuro coletivo. Esse futuro, passa pela concretização de um conjunto de investimentos estruturantes, de investimentos determinantes, alguns deles já em curso, e são investimentos que são fundamentais para o desenvolvimento e para o reforço da competitividade do concelho e para a melhoria da qualidade de vida dos oliveirenses. Nós defendemos, desde a primeira hora, que a Câmara Municipal devia ser um exemplo de boas práticas e de boas contas. E esta prestação de contas reflete esse compromisso inquebrantável que nós assumimos com os oliveirenses e que estamos, com a nossa ação e como demonstra esta prestação de contas, a fazer todos os esforços para honrar essa confiança, a confiança que os Oliveirenses em nós depositaram. Hoje é inquestionável, hoje ninguém duvida, que a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis é reconhecida em termos nacionais como um exemplo ao nível das boas práticas de gestão. É mesmo uma referência ao nível do cumprimento das suas obrigações com os seus parceiros, os parceiros que com a Câmara Municipal promovem o desenvolvimento do território, naturalmente estou a falar das Juntas de Freguesia, IPSS's, movimento associativo, fornecedores da autarquia e, naturalmente, estou a falar também das nossas coletividades. Mas esta credibilidade foi uma credibilidade que foi necessária construir ao longo dos anos e isto porque no passado os fornecedores da Câmara Municipal esperavam e desesperavam por receber o dinheiro que lhes era devido pela liquidação dos débitos da autarquia. Hoje, os fornecedores da Câmara Municipal não têm que ir para a porta da Câmara Municipal esperar que lhes paguem aquilo que lhes é devido, felizmente, hoje a Câmara Municipal cumpre religiosamente as suas obrigações. É esse o caminho que importa continuar a prosseguir no presente e no futuro. Nós temos muito orgulho no trabalho que está a ser feito, mas também temos a humildade de reconhecer que ainda temos muito trabalho para fazer. E antes de passar para a avaliação concreta do relatório de gestão, queria, conforme tive a oportunidade de fazer também na reunião da Câmara Municipal, agradecer, em primeiro lugar, aos colaboradores, aos serviços da autarquia que estiveram mais diretamente envolvidos na elaboração deste documento, agradecer-lhes essa dedicação; e, em segundo lugar, agradecer a todos os trabalhadores da autarquia, porque são efetivamente os verdadeiros obreiros, os homens e as mulheres que no terreno concretizam a ação que vem sendo definida pelo executivo e por isso eu queria deixar a todos o nosso muito obrigado, por todo o esforço e toda a colaboração que têm colocado, ano após ano, na melhoria da qualidade do serviço público que prestamos aos Oliveirenses. Queria também partilhar convosco alguns dados importantes referidos neste relatório, que merecem a nossa atenção e a nossa reflexão. E, começo precisamente pelos recursos humanos da autarquia, são informações importantes que temos a obrigação de partilhar com os Oliveirenses e partilhar naturalmente convosco. A Câmara Municipal tem neste momento 813 colaboradores, menos 18 colaboradores do que tinha no ano transato; mais de metade destes trabalhadores, mais concretamente 433 trabalhadores, têm mais de 50 anos, a média de idades na Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis é precisamente 50,1 anos. Registrar também uma particularidade que eu

acho que é muito interessante, que é o facto da média de antiguidade dos trabalhadores na Câmara Municipal é superior a 18 anos, quer isto dizer, que há muitos trabalhadores com muitos anos de casa e que elegeram a entidade como o seu projeto profissional, como o local onde querem desenvolver a sua atividade profissional. Dar-vos também nota que, deste número de 813 trabalhadores, temos 371 ao serviço da Divisão de Educação da Câmara Municipal, ou seja, quase metade dos recursos humanos da autarquia, cerca de 46%, estão afetos a esta área absolutamente fundamental para o nosso futuro. Dos 813 trabalhadores, em média, estão ausentes 43 trabalhadores ao serviço, pelos mais variados motivos como é óbvio, mas o principal é naturalmente a doença, pelo que efetivamente temos ao serviço 770 trabalhadores. Destes, 440 têm o 12.º ano ou mais e desses 334 são do sexo feminino, conforme tive oportunidade de dizer na reunião de Câmara, o desequilíbrio na igualdade de género na Câmara Municipal, neste caso concreto, é altamente favorável às senhoras. Um aspeto preocupante que temos que corrigir é o absentismo que foi quase de 10%. São várias as causas para esse absentismo, mas a causa principal é, naturalmente, ausências por doença. Para que percebam o impacto real, objetivo, na organização de termos na prática 10% dos recursos humanos indisponíveis, isto significa 22 dias de faltas por ano/ trabalhador, para além das faltas que decorrem dos direitos que os trabalhadores têm. Um número que mesmo assim reduziu 3 dias em relação ao ano 2020, que era em média 25 dias de faltas/ por ano. Dar também nota que o Índice de Transparência Municipal, índice que analisa as 50 cidades com mais população no país, coloca Oliveira de Azeméis na 17.ª posição, sendo o melhor município do distrito de Aveiro, à frente dos municípios também com grande densidade populacional como Santa Maria da Feira, Ovar e Aveiro. O índice de transparência municipal que é publicado pela Associação de Transparência e Integridade não foi feito em 2021, porque a entidade está a rever o modelo de avaliação. No que respeita à execução do plano de candidaturas a fundos comunitários, dos 16 avisos que tiveram prazo para apresentação de candidaturas a terminar em 2021, foram submetidas 20 candidaturas a 14 avisos. Dar uma nota sobre o número expressivo de intervenção na requalificação da nossa rede viária e perceber que, mesmo com investimentos substanciais, o trabalho que temos para fazer ainda é enorme, é gigantesco, é hercúleo. Investimos € 4,3 milhões de euros, destes cerca de € 3,6 milhões de euros por empreitada, € 700.000,00 por administração direta. Estamos também a aumentar brutalmente, substancialmente, a capacidade que temos para fazer estas intervenções por administração direta, o que é relevante. Em termos de regeneração urbana, de investimentos na reabilitação urbana, em 2021 foram lançadas e adjudicadas 31 empreitadas de obras públicas municipais no valor € 5,78 milhões de euros. Foram ainda concluídas e alvo de receção provisória 231 empreitadas de obras públicas municipais, no valor de € 1,13 milhões de euros. No ano 2021, foram atribuídos 889 apoios sociais, que abrangeram 2261 munícipes, no valor global de apoio de € 376.936,65. O relatório de gestão que vos foi apresentado, revela também um outro número, que infelizmente tem crescido ano após anos, que são as toneladas de RSU's recolhidos, estamos a falar de 24 229 toneladas, que envolvem um esforço financeiro para a sua recolha e tratamento

de € 2,3 milhões de euros. Os gastos anuais com a eletricidade, foram de cerca de € 1,5 milhões de euros e como sabem estes valores tendem a aumentar exponencialmente e foram repartidos da seguinte forma: em números redondos, € 886 mil euros com a iluminação pública e nós temos vindo a aumentar o número de luminárias; € 608 mil euros nos equipamentos públicos, nos edifícios públicos, mas apenas nos de maior consumo e este valor refere-se apenas aos de maior consumo. Para vos dar também alguma informação sobre a atividade municipal mesmo em anos pandémicos, como é o ano 2021, dar-vos nota de atividades de alguns equipamentos municipais. Vou referir apenas três exemplos, para percebermos as dinâmicas que existiram nesses equipamentos: 479 atividades realizadas na Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, que envolveram 12 458 utilizadores; 173 atividades no Centro Lúdico de Oliveira de Azeméis, que envolveram 10 709 participantes; 3098 atendimentos na Divisão de Ação Social da Câmara Municipal. Vamos analisar os principais indicadores da performance económica e financeira das contas 2021 do Município de Oliveira de Azeméis. Apresentamos um resultado líquido positivo de € 9,49 milhões de euros; temos um aumento anual da dívida municipal de € 847 mil euros, nós tínhamos uma dívida no final de 2020 à volta dos € 7 milhões de euros, temos agora uma dívida à volta de € 7,9 milhões de euros. Esta dívida resulta sobretudo do aumento da dívida de empréstimos que nós contratualizamos para o apoio ao investimento e estamos a falar de € 533 mil euros; de outros credores € 836 mil euros e também uma diminuição da dívida a fornecedores de investimento de € 513 mil euros. O que é que são estes outros credores? São pessoas que entregam cauções à Câmara Municipal em resultado de obras que fazem e também de licenciamentos, portanto, essas cauções traduzem-se em dívida municipal. Tem também a ver com volume de subsídios atribuídos pelo município a entidades que não puderam ser pagas pelos mais variados motivos durante o ano de 2021 e, portanto, não reuniam condições para a concretização do pagamento. Para efeitos do endividamento municipal, tivemos uma redução anual da dívida municipal, que de acordo com a Lei 73/2013, que como sabem exceciona determinadas dimensões da dívida, diminuiu de € 5,7 milhões de euros em 2020 para € 5,3 milhões em 2021, ou seja, temos uma diminuição na ordem dos € 394 mil euros. Só sublinhar que o município dispunha de uma margem de aumento de dívida de perto de € 10 milhões de euros. O prazo médio de pagamento, a 31 de dezembro de 2021, é de 39 dias, reduziu 23 dias em relação ao prazo médio de 2020 que era de 62 dias. Este prazo médio de pagamento é influenciado, conforme diz o próprio revisor oficial de contas, pelos pagamentos negociados de imobilizado que foi adquirido pela Câmara Municipal e também pelo pagamento a prestações de uma sentença judicial de cerca de € 1,6 milhões de euros. Se expurgássemos do prazo médio de pagamento estes pagamentos a prestações, estaríamos a falar de um prazo médio de pagamento de 20 dias, o que quer dizer que a Câmara Municipal está a reduzir claramente os prazos médios de pagamento aos fornecedores e está a caminhar para situações muito perto do pronto pagamento, sendo certo que não é possível de todo essa situação de pronto pagamento, mas estamos a caminhar muito perto para uma redução substancial do tempo que demoramos a ressarcir os nossos fornecedores de bens e serviços. Dizer-

vos também que o volume de investimento anual, quantificou-se em € 10,39 milhões de euros e registou um aumento de 39% relativamente ao valor de investimento do ano 2020. Em termos de análise patrimonial e quanto à situação económica e análise da execução e evolução de gastos e rendimentos do investimento municipal e dos resultados do exercício, conforme já disse, tivemos um resultado líquido positivo de € 9,49 milhões de euros. E isto resulta do facto que a diminuição do passivo corrente, o aumento do património líquido e do ativo corrente contribuíram de uma forma muito favorável para a evolução dos principais rácios, dos principais indicadores económico-financeiros da autarquia, nomeadamente os indicadores de liquidez, de endividamento e de autonomia financeira do município. Os gastos no exercício foram € 34,6 milhões de euros, registaram um aumento anual de 5,8% em relação a 2020, ou seja, gastamos mais € 1,9 milhões de euros. Estes aumentos, resultam essencialmente das rubricas de outros gastos com € 795 mil euros; das transferências e subsídios concedidos com mais € 712 mil euros; do fornecimento de serviços externos, com mais € 567 mil euros e dos custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, de mais € 368 mil euros. As principais diminuições ao nível dos gastos, foram com: pessoal, - € 150.641,00; os gastos de apreciação e de amortização, - € 173 mil euros e as provisões do período, - € 221 mil euros. As rubricas mais representativas, com mais expressão, com mais peso em termos dos gastos, continuam a ser os gastos com pessoal, que representam 39,9% dos gastos da autarquia; o fornecimento de serviços externos, que representam 22,1% e os gastos de apreciação e amortização, que representa 15,2%. Em termos dos rendimentos do exercício 2021, eles ascenderam a € 44,1 milhões de euros e registaram um aumento de 2,8%, ou seja, € 1,2 milhões de euros em relação ao ano 2020. As rubricas mais representativas em termos de rendimentos, são as transferências e subsídios correntes obtidos, que representam 46,5%; e, as receitas de impostos, contribuições e taxas, que representam 31,7%. Os outros rendimentos, são também uma componente relevante, representando 9,8% dos rendimentos do exercício de 2021. O volume de investimento, conforme já referi, totalizou € 10,39 milhões de euros e registou um aumento anual de € 2,9 milhões de euros. Se considerarmos as transferências de capital que fizemos para investimento, quer das juntas de freguesia, quer de outras entidades, o volume de investimento do município no ano 2021 ascendeu a € 11,7 milhões de euros, sendo superior em 46% ao investimento total de 2020. Sob o ponto de vista orçamental e fazendo uma análise da receita e da despesa, referir uma execução orçamental de 92% e 54%, respetivamente para a receita e para a despesa. Em 2021, a receita cobrada líquida foi de € 46,39 milhões de euros, registando uma taxa de execução orçamental de 92% e aumentou € 2,85 milhões de euros relativamente ao ano anterior. As transferências correntes e de capital, os impostos diretos e as vendas de bens e serviços correntes totalizam € 43,5 milhões de euros e representam praticamente 94% do volume total da receita da autarquia e registam estas três componentes no seu conjunto um aumento anual de € 2,45 milhões de euros, ou seja, cerca de mais 6%. As vendas de bens e serviços correntes do município, que traduzem a atividade mais direcionada com a gestão e a atividade municipal, representam 9,2% das receitas totais no ano 2021, apresentaram um

aumento anual de 8,9% em relação ao exercício de 2020 e isto traduz-se em + € 345 mil euros. Os impostos diretos totalizaram € 12,39 milhões de euros e registaram uma diminuição anual de - € 605 mil euros, em números redondos, 4,7% em relação a 2020, ano que, relembro, já tinha registado uma diminuição de impostos diretos de € 523 mil euros em relação a 2019, o que quer dizer que temos uma redução acumulada nestes dois anos de cerca de € 1,1 milhões de euros nos impostos diretos arrecadados. Tivemos dois impostos que aumentaram, o Imposto Único de Circulação e o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, o chamado IMT. Resultado direto da diminuição acentuada da atividade económica, a derrama, o imposto baixou € 147.987,00 em relação ao ano 2020, mas já tinha baixado em 2020 em relação ao ano 2019, cerca de € 83 mil euros, ou seja, estamos a falar de uma diminuição acumulada de cerca de € 230 mil euros na arrecadação da receita da derrama. Em termos de IMI, nós tivemos uma diminuição de € 943 mil euros em 2021 em relação à receita arrecadada em 2020 e lembrar também que já em 2020 tínhamos uma diminuição da receita de € 334 mil euros, o que quer dizer que temos uma redução acumulada de IMI só nestes dois anos de € 1,3 milhões de euros. Em 2021, o volume da despesa foi de € 37,23 milhões de euros, teve uma taxa de execução orçamental de € 53,5% e representa uma diminuição de € 268 mil euros comparativamente a 2020, refletindo a diminuição de € 993 mil euros na despesa de capital e o aumento de € 725 mil euros na despesa corrente. As rubricas com maior peso na despesa total são as despesas com o pessoal, que representam 37,5%; as aquisições de bens de capital, que representam perto de 29%; a aquisição de bens e serviços que representam perto de 21% e as transferências correntes, que representam 7,5%. Os principais aumentos em termos de despesa ocorreram na aquisição de bens de capital, tivemos um incremento de 26,3%, estamos a falar de + € 2,2 milhões de euros e nas despesas com pessoal, que aumentaram 4,7%, + € 625.588,00, contrapondo com a redução registada nos passivos financeiros. Conforme já referi, também em termos de análise orçamental, a execução orçamental da componente PPI foi superior à execução patrimonial e registou uma execução de €10.747.000,00, tendo registado um aumento de 7% em relação a 2020, ou seja, + € 2.285.000,00. Portanto, em jeito de observações finais, de comentário final, esta prestação de contas reflete obviamente a saúde financeira da autarquia e reflete também o projeto mobilizador que temos vindo, ano após ano, a implementar e a fazer crescer de forma sustentada no nosso concelho. E esse crescimento é alicerçado num crescimento substancial do investimento municipal, talvez o maior investimento municipal de sempre no nosso concelho, mas naturalmente que queremos que esse investimento municipal continue a melhorar ano após ano. Dizer que este grande projeto que está a ser construído, naturalmente é construído diariamente com o trabalho de todos nós, com o trabalho de todos os Oliveirenses. Dizer-vos também que esta prestação de contas reflete um compromisso solene que assumimos, não só com os oliveirenses, mas também com as gerações vindouras, que é o de não comprometermos, de não hipotecarmos, de não colocarmos em causa o futuro das gerações vindouras, portanto, o futuro dos nossos filhos e dos nossos netos, com uma gestão financeira, com uma gestão pública e responsável que nos faça retroceder em termos

civilizacionais. Dar nota que estes resultados são obtidos em pleno quadro pandémico, ou seja, num cenário de grande dificuldade, de grande complexidade, de grande incerteza e, portanto, sublinhar esse aspeto que acho que é particularmente importante. Depois terminar, dizendo que independentemente daquilo que vier aqui a ser dito, do juízo legítimo, respeitável, que cada um fizer sobre este documento, fica a garantia deste executivo municipal de que querer ir seguramente mais longe e continuar a trabalhar empenhadamente, diariamente, esforçadamente, responsabilmente, para sermos um dos melhores concelhos do país para viver, investir e trabalhar. Não podia terminar a apresentação deste relatório de prestação de contas 2021, sem dirigir uma palavra de agradecimento a todos os que conosco promovem o desenvolvimento do nosso território e asseguram as respostas que temos presentes no nosso território, sejam elas de que natureza for, o nosso movimento associativo, as nossas juntas de freguesia, as nossas IPSS's, todos os atores sociais da sociedade civil, os trabalhadores, os empresários, os investidores e permitam-me que nos incluamos a todos, os próprios agentes políticos, porque muitas vezes somos esquecidos e somos efetivamente parte importante neste processo de desenvolvimento do território. E, portanto, queria agradecer a todos a ajuda e a colaboração que nos deram para tornar possível as realizações que conseguimos concretizar no ano 2021 e naturalmente que a vossa colaboração facilita e muito a nossa tarefa. Muito obrigado. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de João Rebelo Martins, António Pinto Moreira, Rudolfo Rodrigues, António João Santos, João Costa, Fernando Pais Ferreira e José Ribeiro. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **João Rebelo Martins**, do PSD. =====*

===== Em primeiro lugar, Senhor Presidente, agradecer o seu cuidado de fazer esta apresentação exaustiva do relatório, porque assim podemos estar muito mais conscientes daquilo que se passa na nossa autarquia. Estendemos também os nossos cumprimentos a todos os funcionários que tiveram o cuidado de colaborar com a elaboração de tais documentos. O pior currículo que um Presidente de uma instituição sem fins lucrativos pode apresentar, é apresentar lucros no exercício do seu cargo. Isto pode parecer uma piada, mas é um contrassenso, porque se uma organização é sem fins lucrativos, não tem que dar lucro. O Estado não deve dar prejuízo, como é óbvio, porque está a gerir o bem de todos nós, mas também não deve ter lucro. E o que nos mostra o currículo dos dois executivos liderados pelo Sr. Presidente Joaquim Jorge Ferreira são: aproximadamente € 14 milhões de euros de saldo de gerência em 2019; aproximadamente €20 milhões de euros de saldo de gerência em 2020; e, aproximadamente € 29 milhões de euros de saldo de gerência em 2021. Perante este cenário, certamente alguns dirão “parabéns!”. Mas eu não consigo parabeniza-lo. Aliás, quem olha para este saldo de gerência de forma positiva e

de regozijo, faz-me lembrar aqueles – e festejamos abril há dias! – que dizem que antigamente é que era bom porque éramos o segundo país com a maior reserva de ouro no mundo. Pois eramos. Mas tudo o resto era um deserto. E eu não quero imaginar que Vossa Excelência tenha uma visão salazarenta da gestão de pessoas. Não quero acreditar nesta versão, porque conheço o Sr. Presidente há muitos anos e conheço a sua veia democrata. O que faz sentido num executivo eleito pelo povo, é gerir a curto, médio e longo prazo a vida de pessoas e a melhoria da condição de vida dessas pessoas. Contudo esta situação não me espanta e eu tenho que regressar a 2013. Em 2013, o slogan de campanha do Sr. Eng. Joaquim Jorge Ferreira à Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis era: “Gestor competente a Presidente”. Na altura, escrevi num órgão de comunicação local, que “Gestor competente a Presidente” abre duas hipóteses de interpretação, sendo uma delas saber o que é que a prática de boa gestão de uma empresa favorece a gestão autárquica, a gestão do bem público. Escrevi, também, que eu não queria o Sr. Américo Amorim para gerir o condomínio, quanto mais para liderar a Câmara Municipal; porque custa-me a crer que um gestor formatado no ambiente empresarial consiga ser um líder democrata, consiga ouvir e atender pessoas que são sistematicamente contra a sua posição. Onde está a voz dos cidadãos? Onde estaria o contrapoder? Onde estaria o direito ao contraditório? Estas são questões que não existem no mundo empresarial. E todas as minhas dúvidas, que eu tenho de 2013, estão esplanadas nos documentos que nos foram entregues, onde está bem patente a visão de um tecnocrata formatado em gestão privada. Começando pelo Plano de Atividades, logo no início do documento, no quadro da Execução da Receita, percebemos que a boa gestão deste Executivo se deve a dois fatores: + € 21 milhões de euros em transferências de capital e + € 12 milhões de euros em impostos diretos. Isto é boa gestão? Começa logo aqui a nossa diferença entre gerir o bem-estar das pessoas ou apenas números. Nos € 12.711.900,00 € de impostos diretos, estão alocados 5% do IRS das famílias oliveirenses. Para quem apresenta estes saldos de gerência, a obrigação moral e social é, em tempos de crise, estar ao lado da população. Em Oliveira de Azeméis é aplicada a taxa máxima de IRS, Ovar cobra 2%, V. Cambra 2,5%, S. J. Madeira 4,5%. Parte dos € 12.711.900,00 € de impostos diretos, são correspondentes à derrama paga pelas empresas. Empresas essas que estão em Zonas Industriais sem o mínimo de qualidade. As Zonas Industriais de Oliveira de Azeméis/ Santiago, Ul Loureiro e do Nordeste são exemplo disso. E não me esqueço que nas medidas COVID, apresentadas há exatamente dois anos, estavam mais de € 1 milhão de euros para a recuperação dessas ZI. Esse valor entrou sequer no PPI? Foi projetado para 2021, um investimento de € 17,8 milhões de euros de capitais próprios. Foi a maior projeção de sempre de investimento em Oliveira de Azeméis, coincidindo com um ano de eleições. Nunca se viu tanto asfalto como no ano transato. Mesmo assim só foram investidos € 5,3 milhões de euros daquilo que estava previsto. O orçamento de 2021 era eleitoralista? Completamente. Mas aqui, uma vez mais, se vê o tique do gestor do privado que manda fazer o que quer, quando quer e quando pode; ao contrário, o gestor que gere o bem público tem uma série de regras de contratação, com timings próprios e que nos levou em boa hora a dizer que o executivo socialista não tem capacidade de

planear. Se o planeamento fosse feito atempadamente, acreditamos que este nível do que estava previsto investir, conseguia-se investir, não se pode deixar tudo para a última hora e, por isso, nós temos apenas 30% do previsto que foi efetivamente investido. Em 2021, a receita total do município aumentou mais de 2 milhões e 800 mil euros (mesmo com a perda de receita resultante da redução do IMI), mas a taxa de execução da receita foi de apenas 53,5%. As despesas de capital diminuíram e tiveram uma taxa de execução de apenas 32,14%, quando em 2020 tinham tido uma taxa de execução de cerca de 50%. São estes números que nos fazem pensar se temos mesmo um gestor competente como Presidente. A gestão do município não é apenas financeira, é também económica e é humana. Termino com uma leitura do quadro da evolução do nº de colaboradores por tipo de vínculo, da página 12 do relatório de gestão, em que nós conseguimos verificar que cada vez temos menos funcionários; temos números altíssimos de licenças sem vencimento, mobilidade ou requisitados para outros serviços. Há uma sangria nos dirigentes e técnicos superiores, que são aquelas pessoas que têm capacidade de planear e fazer executar. E o que espelha a documentação entregue para nossa análise, é que este executivo não tem capacidade de planear e de fazer executar e, ao mesmo tempo, não se consegue rodear de quem o faça. Ter um saldo de gestão de € 29 milhões de euros, não pode ser um fim em si mesmo, tem que ser uma ferramenta para se atingir um objetivo. E até agora, quatro anos e meio depois de Sua Excelência ter tomado posse, ainda não percebemos quais são os objetivos dos seus executivos a curto, a médio e a longo prazo para o concelho de Oliveira de Azeméis. E, para isso, € 29 milhões de euros para a gestão corrente de tapar buracos, parece-nos excessivo. Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **António Pinto Moreira**, do CDS-PP. =====*

===== Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara e todos os Vereadores, Membros da Assembleia Municipal, colaboradores da autarquia, os nossos concidadãos aqui presentes, comunicação social e a todos os que nos estiverem a ouvir também através dos meios de comunicação digitais. Senhor Presidente da Câmara, tenho por princípio que as contas não serão para votar contra, porque as contas são o reflexo daquilo que foram as arrecadações de dinheiro do ano anterior, aquilo que foram as opções de gastos e também as opções em termos financeiros e em termos de investimento, que refletem aquilo que foram as opções de gestão da autarquia. Em termos de gestão de rigor nas contas públicas, no passado era assim, mas agora é que é, Senhor Presidente, esse é um discurso que já não pega. Era o que faltava que as contas públicas não tivessem rigor. Esse é um não assunto, é um não problema. O Senhor Presidente e os Senhores Vereadores são servidores da causa pública, portanto estão na obrigação e no dever. Não têm que se vangloriar, não têm que dizer que são um exemplo nacional nisto ou naquilo de credibilidade, têm que ser credíveis, ponto. Acho que por

aqui nós simplificamos muito o nosso discurso. Tem que ser credível, não tem que ser exemplo de nada. Relativamente à análise, o Senhor Presidente fez uma apresentação muito exaustiva e completa, tive a oportunidade de rever algumas nas minhas análises e acabou por dar também resposta a algumas dúvidas que eu aqui tinha. Tenho aqui dois assuntos, que são assuntos de detalhe, de pormenor, são reflexões a ter em conta. Quero desde já realçar a manutenção em níveis mais ou menos estáveis da dívida global municipal, o que é positivo e se saúda. Depois, o aumento de cerca de € 847 mil euros, digamos que é um valor percentual não significativo, não significa que há por aqui uma derrapagem. Explicou rubrica por rubrica onde houve aumento ou redução de dívida, mas depois há aqui um aumento a “outros credores” que foi de € 835 mil euros, ou seja, a dívida a outros credores é 45% do total. Isso de outros credores é quase metade da redução da dívida e devia ser dada uma especialização maior. O senhor presidente acabou por dar resposta, isto tem a ver com cauções que foram dadas, não está no documento, é apenas quando a magnitude de outros custos dá a impressão que temos aqui uma zona cinzenta que não sabemos muito bem, é apenas uma sugestão na especialização destas rubricas, não remetendo tudo para “Outros”. A rubrica “outros”, deve ser utilizada em casos perfeitamente pouco representativos do total da globalidade. Já em relação à rubrica “Gastos”, também a mesma natureza, são € 2 milhões de outros gastos, que nós não sabemos e, sobretudo, porque eles aumentaram 61% de 2020 para 2021. É uma sugestão para que em próximos exercícios ter também algum detalhe, qualitativo ou quantitativo. Relativamente ao investimento, temos uma outra narrativa. E a narrativa é que começo por saudar e ficar satisfeito pelo que o investimento municipal desde há muitos anos que não atinge os dois dígitos. Isto é bom por si só. Foi um investimento perto € 10.400.000,00, que o Senhor Presidente disse que teve um aumento de 39% relativamente a 2020, é verdade, é o número que está aqui. Mas o que é que são estes investimentos? A que é que se deve este investimento. Isto deve-se, quanto a mim, há minha análise, a duas rubricas: uma, perfeitamente circunstancial e, outra, perfeitamente pontual. O que é que eu quero dizer com isto? O grande aumento de investimento foi com o Cineteatro Caracas, mas o Cineteatro tanto foi o ano passado este grande investimento como podia ter sido no ano anterior. Quem começou a obra? Foi o executivo anterior, que se trava sempre de razões e esgrime argumentos que o executivo seguinte não foi capaz de em tempo útil dar continuidade à obra. É verdade, por isso tem a sua razão. Assim, como o Senhor Presidente também sempre pregou o mesmo toque, essa obra vinha inquinada por muitos problemas e problemas que eram dificilmente ultrapassáveis e que isso obrigava a um tempo que era necessário trabalhar. Também tem a sua razão. Mas isto não justifica que tenha havido uma opção estratégica do município de realmente em 2021 apresentar um nível de investimento decorrente da sua estratégia. Outra grande rubrica, são os transportes e comunicações. É uma circunstância também que tem a ver com a reparação das obras das estradas municipais. Naturalmente, que a degradação das estradas municipais foi muito grande ao longo dos últimos anos. O Senhor Presidente e este executivo também nos três anos não tiveram uma grande atividade, mas no último ano sim,

obviamente não vamos agora estar aqui a saber porquê, porque muitos de nós andamos aqui há dezenas de anos, há este grande investimento. Podia ser até no último dia, não é aí que está o problema, porque uma data para 4 anos, até podia ser no último dia porque o compromisso era para quatro anos, mas é perfeitamente uma questão circunstancial, que não tem paralelo nos anos anteriores. Isto para dizer que este investimento é analisado nos números, mas não tem qualquer reflexo com a estratégia. Onde é que está o grande projeto mobilizador? Nos números não está, porque se nos 12 últimos anos, 2/3 do tempo estivemos aqui a discutir o endividamento municipal, em que estávamos quartados de meios para investimento municipal, no último mandato isso já não serve de argumento e temos este resultado líquido de mais de € 9 milhões de euros, a somar a isto tudo, o que comprova que efetivamente este projeto mobilizador está muito aquém. Para terminar, como aqui foi falado sobre a Estalagem S. Miguel, já todos sabem a minha opinião. Senhor Presidente, eu nunca o acompanharei na venda de um metro quadrado que seja do Parque de La Salette. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Rudolfo Rodrigues**, do CH. =====*

===== Boa tarde. Eu só vinha esclarecer que o Partido Chega vai-se abster nesta votação, porque só tomou posse no terceiro trimestre de 2021 e as contas são referentes ao exercício de 2021.

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **António João Santos**, do PSD. =====*

===== Senhor Presidente, é uma intervenção rápida. O Senhor Presidente, no início da apresentação, referiu que houve um grande aumento de despesas correntes e eu fiquei com a ideia que seria por questões de indemnizações. Gostaria de lhe fazer a seguinte pergunta: Qual é o peso, desta rubrica que aumentou 23,2%, relativo da compensação à Indaqua pela suspensão dos tarifários? Qual é o peso relativo que temos aqui do apoio às medidas Covid, nomeadamente as máscaras que foram dadas às instituições e todo esse apoio que foi publicitado? =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **João Costa**, do PS. =====*

===== No dia de hoje discutimos e votamos o quarto documento de prestação de contas sob a gestão efetiva do Partido Socialista e através dele faremos o julgamento político sobre a evolução das contas do município. É também uma prestação de contas que encerra o mandato autárquico de quatro anos, cuja avaliação foi inevitavelmente feita pelos oliveirenses. O anuário

financeiro dos municípios portugueses, coloca Oliveira de Azeméis em terceiro lugar entre os municípios de média dimensão a nível nacional, relativamente aos indicadores financeiros. Esta é prova que o rigor e a transparência na gestão pública, são a chave do sucesso para um município que se quer com as contas certas. O ano 2021, foi também um ano de pandemia, de confinamento, de vacinação massiva, de esforço de retoma, foi um dos anos mais exigentes para os municípios. Pedia então, e os serviços já o estão a fazer, que partilhassem um suporte informático que o Partido Socialista, independentemente da sua circunstância na situação ou na oposição, tem apresentado ao longo dos últimos anos nas assembleias de prestação de contas. Continuaremos assim com a frontalidade de sempre. Relativamente ao indicador do investimento municipal, as contas do município são claras. Estes são os dados dos últimos anos do município de Oliveira de Azeméis (2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021). O investimento municipal total tem um crescimento ao longo dos últimos anos, atingindo o maior valor dos últimos mandatos. E isto acontece no ano em que se verificou também a maior descida de sempre dos impostos no concelho de Oliveira de Azeméis, com a devolução de mais € 1 milhão de euros em IMI, com a redução do imposto para a taxa mínima. Este valor, de € 10,4 milhões de euros aproximadamente, é o maior valor da última década. Como sempre dissemos, temos condições para termos investimentos mais robustos e é isso que o Partido Socialista espera com execuções também mais elevadas, não perdendo uma oportunidade de financiamento. Passamos então para o gráfico nº 2, onde temos aqui o investimento municipal total per capita, é uma regra muito simples, é a divisão do número de habitantes pelo investimento total do município e, portanto, é possível verificar que em 2014 investíamos € 80,29; em 2015, € 104; em 2017, € 43,45; entretanto no ano 2021 temos um investimento por habitante de cerca de € 157,55, superior àquela que é a dívida por habitante já referida aqui nesta assembleia de € 74,00. No ano 2021, investimos cerca de € 157 por cada oliveirense, o maior investimento, em anos, muito longe daqueles que nos colocavam na posição última do distrito de Aveiro em termos de investimento per capita. Por isso, são resultados que só nos podem orgulhar. Relativamente aquilo que são investimentos em plano plurianual de investimentos, aqueles que aprovamos nos orçamentos e, portanto, por eles também temos que ser escrutinados. Os dados são mais uma vez inequívocos, 2014, 2015, aqui tivemos o ano mais baixo que sempre dissemos que era o ano de recuperação e o ano mais difícil para a gestão do partido socialista, onde tinha que arrumar muito daquilo que era a casa que herdou e, portanto, verificamos desde logo o crescimento paulatino atingindo neste momento cerca de € 10,7 milhões de euros. Depois o investimento em plano plurianual de investimento, apesar da baixa execução de que tanto falamos, em termos nominais o maior de que há memória no Município de Oliveira de Azeméis. Por isso mesmo, não valerá a pena o constante ruído que pretendem fazer relativamente ao investimento, pois bem sabemos que neste mesmo mandato, no mandato 2017/2021, foi também feito um dos maiores abatimentos de sempre da dívida de cerca de € 11 milhões de euros. Foi também aqui que deixaram de ser onerados os Oliveirenses que entre 2008 e 2020 tiveram que sofrer as consequências de um plano de saneamento financeiro que está à vista de todos, com este

tipo de taxas de execução de investimento que colocaram Oliveira de Azeméis com uma dificuldade estrutural de ser competitiva relativamente aos territórios vizinhos. Temos também o investimento do plano plurianual de investimentos, o PPI per capita, portanto, também por oliveirense, à mesma medida dos gráficos anteriores. E, portanto, se analisarmos estes gráficos do PPI per capita, percebemos que hoje é possível investir cinco vezes mais por cada oliveirense do que aquilo que se investia no ano 2018, precisamente o primeiro ano de gestão do partido socialista. É por isso mesmo, o resultado da reabilitação do edificado público; da diminuição das rendas municipais; do investimento em eficiência energética e da gestão rigorosa que é analisada ao detalhe cada centimo gasto pela autarquia, é o que nos possibilita, ano após ano, mais investimento municipal. Ainda assim, mesmo com maior investimento per capita, transitamos do ano 2021 com o saldo de gerência de € 28 milhões de euros, que tem neste momento um contexto e um significado particular que não podemos esquecer: a pandemia; o contexto internacional, a dificuldade em encontrar empresas; o custo e a falta de matérias-primas, explicam muito da dificuldade de executar ainda mais como orçamentalmente previsto. Basta ver, infelizmente, o que se passa à nossa volta: Ovar, transitou um saldo de gerência de cerca de € 10,4 milhões de euros este ano; Santa Maria da Feira, já no exercício de 2020, tinha transitado o saldo de gerência de cerca de € 38,8 milhões de euros; Aveiro, transitou um saldo de gerência de € 41 milhões de euros e o Município do Porto, veja-se, transitou cerca de € 94 milhões de euros. Bem sabemos que dá jeito este ruído político, no entanto não se trata de facto de um problema municipal. Para bem do país, antes fosse um problema nosso. Apesar de atravessarmos uma conjuntura nacional muito complexa, com impacto real na nossa capacidade de execução e nos fatores externos que nós próprios não controlamos, não nos escondemos atrás de concursos desertos. Respondemos aos desafios: revemos projetos, voltamos a lançar as obras a concurso sempre que necessário pois acreditamos que este é um projeto que tem tudo para transformar Oliveira de Azeméis num dos melhores concelhos do país para viver, investir e trabalhar. A prova disso mesmo é o investimento que fazemos sem participação comunitária e aqui está o investimento que ao longo dos anos fomos fazendo em termos de PPI, sem qualquer tipo de participação comunitária. Devido à pandemia também o quadro comunitário foi alargado, no entanto, é substancial o investimento que o município hoje faz face a 2018, três vezes mais, sem qualquer tipo de participação comunitária. Durante o último ano, apesar de termos sofrido um aumento face ao ano 2020, algo inferior, que são claros os valores que nos colocam numa trajetória de independência financeira. É também possível identificar o investimento em PPI per capita sem participação comunitária, portanto, também retrata os valores apresentados anteriormente, uma grande evolução. Não temos dúvidas, Senhor Presidente, do caminho que iniciamos em 2017, de aposta municipal nos seus recursos humanos e na sua capacitação técnica, que já está a dar frutos com um investimento em administração direta naquela que é a intervenção na rede rodoviária, a representar cerca de 20% por administração direta pelos operadores da autarquia. Este é um caminho que devemos prosseguir. Se o Caracas está quase concluído; se temos hoje um território com mais redes de

água e saneamento; se recuperamos muito daquela que é a nossa rede viária e o muito que há por fazer também; se requalificamos a NI e estamos também a concluir a Rua do Mosteiro em Cucujães; se requalificamos a Escola de Cucujães e iniciamos a Escola de Fajões; se recuperamos as escolas primárias e os jardins-de-infância, em profundo estado de degradação; se reduzimos o IMI e fazemos a mais baixa de impostos de que à memória no Município de Oliveira de Azeméis; se apoiamos as famílias através das bolsas de estudo, através do vale de educação, através do cheque farmácia; se aumentamos as transferências para as juntas de freguesia; se apoiamos no esforço que o Covid nos trouxe, no esforço da vacinação. Tudo isto espelhado num relatório de contas detalhadamente apresentado pelos serviços da câmara municipal, pelo qual saudamos também o seu trabalho. Mas também por isso não esquecemos o que ainda não fizemos e o que nos espera e aguarda investimentos há anos, apesar de termos o maior investimento na última década. Ainda nos falta tanto, Senhor Presidente, e por isso é que se percebe o quanto havia por fazer. Afinal havia mesmo muito para fazer. Por isso, continuamos determinados em construir um dos melhores concelhos do país para viver, investir, trabalhar e, adiciono, estudar.

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Fernando Pais Ferreira**, do PSD. =====*

===== Senhor Presidente, peço alguma compreensão porque nós estamos a discutir um ponto que é essencial, que são as contas. O tempo que nós vamos aqui gastar a discutir este assunto, ter uma atitude proactiva e de alguma fiscalização relativamente às contas, também merece essa atenção e tenho a certeza que V. Exa compreenderá. Uma nota prévia antes de começar a minha intervenção, eu não exerci o direito de réplica na altura do PAOD, mas quero deixar esta nota: não era só o valor da venda da Estalagem S. Miguel, era as condições de edificabilidade, as condições de pagamento, o prazo de pagamento. Tudo isto era uma questão muito difícil, era a isso que me referia, mas não me queria alongar nisso, porque vamos falar aqui das contas. O senhor deputado João Costa esqueceu-se de alguns gráficos e eu vou-lhe dizer que gráficos o senhor se esqueceu. Faltou o gráfico da taxa de execução do PPI e como sabe baixou, esqueceu-se, não lhe deu jeito. Faltou o gráfico que diz respeito ao investimento previsto, era mais € 24 milhões de euros do que o esperado. São dois indicadores que não são um bom cartão-de-visita. Eram só essas duas indicações que queria dar, porque contas são contas, os números são números e compete-nos a nós fazer uma avaliação política dos mesmos. Senhor Presidente, eu tive a preocupação de ler os documentos de prestação de contas, os documentos da IGF relativamente à auditoria, e são nas minhas contas quase 700 páginas, é quase um livro do Miguel Sousa Tavares. Eu como não tenho formação em economia, vi-me bastante atrapalhado para perceber todos estes números e toda esta dinâmica. Eu estou a dizer isto, porquê? Se calhar, Senhor Presidente, e é um apelo que faço também à Câmara Municipal, era bom para todos nós, para nós fazermos uma análise correta das contas, embora eu tenha feito um esforço nesse

sentido, que nos fosse disponibilizado os documentos mais cedo. Eu sei que às vezes não é fácil, também não queremos cair em erros anteriores, mas era importante nós podermos ter acesso aos documentos mais cedo para uma análise mais profunda. Tenho a certeza que com mais tempo nós ponderaremos mais devidamente sobre os assuntos a tratar. Sobre as contas, já aqui o dissemos, é inegável, nós temos um saldo de gerência de € 29 milhões de euros, o que é bom, depois de em 2020 já termos tido um saldo de € 19 milhões de euros e em 2019 termos um saldo de € 14 milhões de euros. Primeira conclusão, por que é que em 2021 não foi o executivo capaz de planear, executar e investir de forma atempada em bens ou equipamentos destinados a melhorar a qualidade de vida dos nossos municípios? Com esta falta de iniciativa vamos assistindo a uma perda de competitividade, quer da atratividade do nosso concelho. Eu sei que o senhor presidente da junta tem alguns números relativamente aos rankings mas, de tudo aquilo que nos poderá dizer, não temos nenhum ranking em termos de competitividade. Certo que a nossa prioridade, em termos de investimento, seria centrada num maior investimento efetivo nas nossas escolas, nas redes viárias, na educação, nas zonas industriais e, fundamentalmente, também no desagravamento da carga fiscal. É evidente que o esforço que o executivo fez nesse sentido para nós é insuficiente, é exíguo e merece muito mais atenção. É certo, estamos certos, que foi feito um esforço por este executivo nos anos anteriores, a câmara tem indicadores financeiros positivos, não há dúvida nenhuma, temos uma dívida controlada, endividamento nulo, embora o endividamento tinha crescido, bons saldos de gerência. Assim sendo, o que exigir deste executivo? Dotar o concelho de investimento público que propicie um maior desenvolvimento económico, social e até cultural, permitindo a chamada atratividade. Não obstante, o esforço reconhecido de redução do IMI para a taxa mínima, louvável na nossa opinião, penso que teríamos condições para ir mais longe no desagravamento da carga fiscal, mormente ao nível da derrama e do IRS, pois como é sabido assistimos a uma perda do poder de compra das famílias. Este não é o desígnio do nosso concelho, é um desígnio nacional, todos nós sabemos que a inflação cavalga até aos 7% e o poder de compra das famílias tem descido bastante. Uma nota negativa que nós apontamos também a estes números, é que com um saldo de gerência de € 29 milhões de euros o executivo camarário apenas investiu com recurso a capitais próprios, o tal gráfico que o João apresentou, cerca de € 5,3 milhões de euros, que até vem na linha dos investimentos realizados anteriores e que sucessivamente temos vindo a chamar a atenção. Diga-se, ainda, que este executivo tinha como objetivo um investimento com capitais próprios superior a € 17,8 milhões de euros, tendo efetivamente investido apenas € 5,3 milhões de euros, cerca de 1/3 do que estava previsto. O que falhou, senhor presidente, nesta previsão, quando o seu discurso assenta numa gestão rigorosa e eficiente? A receita global do município aumentou em cerca de € 2,2 milhões de euros, mas mesmo assim a taxa de execução ficou-se em 53,5%. No entanto, a taxa de execução da despesa, nomeadamente a respeitante às despesas de capital foi apenas 32,14%. Execução do PPI. Em termos absolutos, o investimento no PPI aumentou € 2,2 milhões de euros face a 2020. Isso seria para nós motivo de regozijo, mas, ao contrário de uma análise superficial, a explicação veio pelo

aumento da despesa em betão em ano de eleições. Eu digo em ano de eleições, não tem nada a ver com eleitoralismo. Arruamentos, conservação e manutenção da rede viária. De facto, e deixo aqui os números, em 2021 para arruamentos e conservação de estradas e muros, foram executados € 4 milhões de euros, quando em 2020 tinham sido previstos apenas € 2 milhões de euros. Esperemos que este valor se mantenha nos anos seguintes. Para 2021, tínhamos um plano de execução ambicioso, € 34 milhões de euros e executado apenas uma diferença de € 24 milhões de euros, sem dúvida uma diferença assinalável. Apelando a uma análise da taxa de execução do PPI, de investimento de 31%, verificamos um decréscimo relativamente ao ano 2020, que foi de 42%, ou seja, assistiu-se a uma diminuição de 11%. Repare-se que dos € 34 milhões de euros previstos para o PPI apenas se investiu cerca de € 10 milhões. No PPI de 2021, na educação, no global estavam previstos mais de € 4,5 milhões de euros e foi executado apenas € 1,5 milhões de euros. Aqui, vou-me permitir de não fazer referência à importância de dotar o parque escolar de condições dignas e adequadas para o efeito. Penso que todos nós estamos de acordo. Vou particularizar algumas escolas que tiveram pouco investimento, muito menos do que o previsto: jardim-de-infância de Vilarinho, foram previstos € 150 mil euros e executados zero; EB de Cesar, foram previstos € 46,5 mil euros e executados zero; EB de Alumieiria, foram previstos € 27,12 mil euros executados € 5,2 mil euros; EB de Palmaz, EB do Brejo e EB de Lações, previstos respetivamente € 37,5 mil euros, € 39,7 mil euros e € 50,5 mil euros e executados zero. Tudo isto nos parece muito aquém das reais necessidades. E nem diga que essas obras estão a concurso. Há que referir, há que refletir sobre os termos do concurso e as condições propostas, ou seja, previamente ao lançamento dos concursos deve ser ponderada devidamente as respostas do mercado. Zonas industriais, setor importantíssimo para o desenvolvimento económico, vou citar dois exemplos: Área de Acolhimento Empresarial UL/ Loureiro, previstos € 3,1 milhões de euros, executados € 328 mil euros; requalificação para a Zona Industrial de Oliveira de Azeméis, previstos € 677.583,00, executados € 193 mil euros, ao menos aqui houve execução. Onde é que não houve execução e as coisas continuam paradas? Na zona industrial do Nordeste, embora tenham sido previstos € 625 mil euros, executados zero; zona industrial de Pindelo/ Nogueira do Cravo, previstos € 315 mil euros, executados zero; zona industrial da Costa Má, previstos € 150 mil euros, executados zero, esta está para iniciar ainda; ecocentro municipal previstos € 150 mil euros, ainda por iniciar; e, a Via do Sudoeste continua por intervir, assumindo este executivo como não prioritária esta obra. Mais uma vez não percebemos a designação destes concursos terem ficado desertos exatamente pelos motivos que elenquei em cima. Também, a rede pedonal e clicável no centro da cidade, piscinas de La Salette e o Posto da GNR, não mereceram também qualquer tipo de intervenção. Ainda assim, isto só para citar alguns exemplos que não foram efetuados/ protelados e que para nós seriam essenciais e inadiáveis para o desenvolvimento harmonioso do nosso concelho. Consideramos essencial o investimento nas infraestruturas industriais e no parque escolar, essencial para alcançarmos um grau de atratividade satisfatório do nosso concelho. Parece que a política seguida por este concelho e na nossa modesta opinião,

não faz jus ao slogan “Concelho para viver, trabalhar e investir”. Temos consciência que 2021 foi ainda marcado por uma situação pandémica, com implicações graves quer para os municípios, quer para as empresas. Obviamente que esta situação implicava privilegiar as pessoas e as empresas, até porque tínhamos indicadores claros nesse sentido. Um exemplo bem claro, ao nível das taxas de desemprego, fomos um dos concelhos que mais viu aumentar em termos percentuais. A este nível, entendemos que a gestão do município deixou muito a desejar, pese embora os bons indicadores financeiros do município. Ainda continuamos a assistir à ausência de medidas concretas de apoio, pelo menos as que a situação exigiam, pensadas para as pessoas, para as empresas, para as nossas instituições que sustentem devidamente a coesão social, a cultura, a economia e o emprego. Ao invés, assistimos a um aumento gigantesco de uma frente de obra que no nosso modesto entendimento não assume foros de prioritário. Entendemos que as opções políticas, as prioridades e a capacidade de gestão deveriam ter sido dirigidas diretamente para as pessoas e para as empresas. Todos nós já percebemos que vivemos numa conjuntura a este nível bastante positiva e que permitiu que a prestação de contas, relativamente ao ano 2021, apresentasse indicadores financeiros positivos para o controlo da dívida, não obstante a dívida ter aumentado ligeiramente por via das candidaturas a que tiveram apoio, conforme o Senhor Presidente já referiu. Num ano em que nos debatemos com uma pandemia que gerou a maior crise de saúde pública de que há memória, com a consequente crise social e económica, a câmara optou por guardar dinheiro, em vez de acorrer às necessidades urgentes. Ficaram por fazer as necessárias e urgentes intervenções, nomeadamente nas escolas e nas zonas industriais, como já referi. Mesmo nos projetos que para o executivo assumem uma importância vital, também estes revelam uma inoperacionalidade a este nível. Vou apenas dar dois exemplos: Garagem Justino, oficinas criativas, previstos € 1,5 milhões de euros, executados € 216 mil euros; Centro de Educação Ambiental (Parque da Cidade), previstos € 1,3 milhões de euros, executados € 247 mil euros. É esta, mais ou menos, a nossa posição quanto às contas. Efetivamente há bons indicadores, nem tudo é mau, temos a consciência e a honestidade intelectual de ver isso, mas de facto há mais investimento para fazer e a nossa política não seria essa. Eu não queria terminar a minha intervenção sem referir que já não é a primeira vez que o Senhor Presidente faz referência ao passado e para mim não há passado, a instituição, a Câmara, o Município é um só. Disse que no passado as pessoas estavam à porta da Câmara para receber, eu recordo-lhe três anos: 2015, 2016 e 2017. Sabe qual era o prazo médio de pagamento a fornecedores nessa altura, Senhor Presidente? Não sabe, 43 dias. Portanto, acho que não lhe fica bem, institucionalmente e até ao município, fazer referências dessas. Acho que nós estamos aqui para analisar o presente, abrindo o futuro e é isto que nós temos que fazer. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para dar resposta às intervenções anteriores. =====

=====
Vamos então de forma mais abrangente responder às várias intervenções sobre este relatório de contas, sendo certo que num caso ou noutro terei que particularizar em relação àquilo que foi dito. Senhor deputado João Rebelo Martins, a apresentação exaustiva que fiz, fi-la porque é a minha obrigação informar os senhores deputados e informar os oliveirenses. O senhor diz que o pior currículo que um autarca pode apresentar é apresentar lucros e diz que eu sou um tecnocrata formatado em gestão. O senhor é um autarca formatado em suspeição e em ofensas. Foi isso só o que fez e não fez rigorosamente mais nada na sua intervenção. Praticamente o que diz, é que prefere gastar sem pudor, que é isso que aconteceu, a gerir com rigor. É por isso que em 2008, todos nós temos memória disso, o município foi obrigado a contrair um empréstimo de € 32,5 milhões de euros, porque não pagava há anos aos seus fornecedores, não era a 43 dias. E, portanto, é muito positivo para nós, felizmente, estarmos hoje a introduzir no vocabulário dos oliveirenses saldos de gerências, porque aquilo que os oliveirenses conheciam no seu vocabulário e aquilo que ouviam dizer correntemente era dívida municipal e plano de saneamento financeiro. Esse era o vocabulário que os oliveirenses mais ouviam. Hoje, felizmente, estamos a discutir as boas coisas. Felizmente, hoje, nós conseguimos arrecadar recursos financeiros, que nos permitem preparar o futuro em vez de gastarmos dinheiro em eventos megalómanos como aconteceu no passado, a única coisa que fizeram foi acumular dívida. A questão que se coloca, é por que é que estes saldos de gerência não se geravam no passado? Essa é a questão que se coloca, por que é que não se geravam no passado estes saldos de gerência, por que é que temos hoje saldos de gerência expressivos. Mas se geravam, há outra questão que se coloca, para onde é que foi o dinheiro? É muito importante que se dê essa explicação. Eu pedia aos serviços, porque faz sentido que, sendo esta prestação de contas uma prestação de contas que encerra o último mandato, o mandato de 2017/2021, nos apresentasse alguns slides que nos permitem perceber por que é que acontecem saldos de gerência agora neste momento. Esses gráficos vão falar sobre fundos de maneio, publicidade, energia, eventos, despesas de representação, publicidade, comunicação e imagem, para nós percebermos. Temos uma evolução da dívida municipal e a explicação por que é que ela aumentou de € 7 milhões de euros para € 7,9 milhões de euros e já foi explicado que teve a ver com empréstimos, questões relacionadas com as cauções que os empreiteiros prestam à Câmara Municipal; cauções que são prestadas nas operações de urbanização e também tem a ver com os subsídios atribuídos pela Câmara Municipal que não puderam ser pagos porque não foram reunidas as condições para o seu pagamento. Damos aqui nota do que é que foram os gastos com energia no mandato anterior. No período 2014 e 2017, foram gastos € 8 milhões de euros em energia; no período de 2018/2021, gastos € 6,8 milhões de euros, apesar de termos muito mais luminárias instaladas neste período do que as luminárias que existiam no período anterior. Estamos a falar de € 1,2 milhões de euros que resultam na diminuição dos nossos gastos em energia que têm a ver com um conjunto de investimentos que foram feitos em eficiência energética nas nossas piscinas, no nosso mercado, nos nossos pavilhões, etc. Outro valor que é importante, é a diminuição dos gastos com os fundos de maneio. Os fundos de maneio no período

2014/2017 - € 534 mil euros, no período 2018/2021 - € 114.476,00, uma diferença de € 419 mil euros. Despesas com publicidade, comunicação e imagem, no período 2014/2017 - € 748.547,00, no período 2018/2021 - € 219.824,00, um diferencial de € 528 mil euros. Gastos com despesas de representação, no período 2014/2017 - € 394 mil euros, no período 2018/2021 - € 130 mil euros, um diferencial de € 264 mil euros. Rendas com edifícios municipais, no período 2014/2017 - € 353 mil euros, no período 2018/2021 - € 183 mil euros e vamos reduzir drasticamente este valor. Investimento municipal, já aqui referido, no período 2014/2017 - € 19,3 milhões euros, no período 2018/2021 - € 27,2 milhões de euros, mais € 7,9 milhões de euros, um aumento de 40%, no período entre estes dois mandatos. A tal conservação, no ano 2021 - € 3,6 milhões de euros, € 700 mil euros por administração direta, € 4,3 milhões de euros. Senhores deputados Fernando Pais Ferreira e Pinto Moreira, não é verdade que estes investimentos só tenham acontecido no ano 2021, se leram o documento veem que no ano 2020 o valor foi superior a € 2 milhões de euros. Verbas investidas em regeneração urbana, já vos forneci este número, estamos a falar de € 3,5 milhões de euros de empreitadas com candidatura, estamos a falar de € 2,2 milhões de euros de empreitadas sem candidatura. Temos aqui no total € 5,8 milhões de euros de empreitadas adjudicadas, praticamente 39% dos capitais são verbas do orçamento municipal. No passado, a Câmara Municipal sem fundos comunitários não conseguia fazer rigorosamente investimento nenhum. Subsídios atribuídos às juntas de freguesia, no período 2014/2017 - € 4,1 milhões euros, no período 2018/2021 - € 5,3 milhões de euros, estamos a falar de mais € 1,1 milhões euros, um incremento de 28%, estamos a falar de um reforço de 15% nas transferências, mais meio milhão de euros atribuídos no mandato, a que se vai juntar mais meio milhão de euros neste mandato, porque reforçamos o compromisso. Além disso, acrescentamos, os senhores presidentes de junta são testemunhas, a quantidade de materiais que nós hoje disponibilizamos para que, conjuntamente com as juntas de freguesia, muitas das realizações possam acontecer nos seus territórios. Uma evolução do que acontece com os subsídios às juntas de freguesia e esperamos que este gráfico continue a crescer. Subsídios atribuídos a instituições sem fins lucrativos, tem um dado curioso e até eventualmente um dado que permitirá algum regozijo, porque efetivamente temos aqui um número de € 8,2 milhões de euros, no período de 2014/2017, e depois temos um valor de € 6,4 milhões de euros no período de 2018/2021. Eu não vou dar nenhuma explicação sobre este número, apenas vos vou pedir, se quiserem, para perceberem o que é que aconteceu no orçamento no orçamento de 2016 e no orçamento de 2017 para termos ali aquelas verbas, aconselho-vos a pesquisar. Candidaturas, já aqui foi referido este valor, nós temos em 2020 um valor total aprovado de candidaturas de € 31,3 milhões de euros, com investimento municipal de € 11 milhões de euros. Esse valor transportado para o ano 2021 passa para € 33,9 milhões de euros, com o reforço do esforço do investimento municipal de praticamente € 5 milhões de euros, passando para € 16,8 milhões de euros, cerca de 50% do total do valor que vai ser investido no concelho. Património líquido municipal, no período 2014/2017 um aumento de € 11 milhões de euros, no período 2018/2021 mais € 51 milhões de euros, um aumento de 439% da riqueza do

concelho. A variação da derrama, já aqui referida, arrecadávamos em 2018, € 2.270.00,00 e com esta arrecadação de receitas conseguíamos investir € 3,1 milhões de euros; em 2021, estamos a arrecadar € 1,6 milhões e estamos a investir € 10,4 milhões de euros. A variação do IMI, tal como dissemos, um imposto direto absolutamente relevante que tinha uma expressão de € 7,5 milhões de euros, em números redondos, em 2018; hoje vale menos € 1,3 milhões de euros. Um dado que é muito importante, de onde é que aparece este dinheiro? Como é que nós financiamos o investimento que temos para fazer? Financiamos com as transferências do Estado, com os impostos que cobramos, com as taxas que aplicamos, mas no caso concreto do Município de Oliveira de Azeméis nós estamos a fazer este investimento com uma poupança corrente de € 13 milhões de euros. Geramos disponibilidades financeiras através da poupança corrente para fazermos investimento. E, reparem que a poupança corrente que geramos é superior ao investimento que fazemos. O prazo médio de pagamento, conforme disse o senhor deputado, e bem, em 2017 tivemos um prazo de pagamento de 43 dias, é um facto, já lhe expliquei que mesmo assim, em 2021, temos um prazo médio de pagamento que apenas foi superado pelo exercício de 2015, mas em 2021 nós temos razões para ter este prazo médio de pagamento porque como sabem estamos a liquidar vários imóveis que enriquecem o património municipal, estamos a pagar uma dívida judicial de € 1,6 milhões de euros e naturalmente que isso se reflete nos prazos médios de pagamento. Agora gostaria de vos dar algumas indicações, porque foram feitas aqui algumas observações que eu acho que têm que ser refutadas. Eu não percebi muito bem a intervenção do senhor deputado João Rebelo Martins, que disse que tínhamos mais € 21 milhões de euros de transferências de capital e se tínhamos mais € 12 milhões de euros de impostos diretos ou se estava a falar do número em si. Não é mais € 12 milhões de euros, isso é o valor global dos impostos diretos. Vamos então dar aqui uma explicação, faz sentido, porque foram aqui feitas acusações em relação ao facto de se promover asfalto, foi citado até o exemplo do Cineteatro Caracas como sendo o grande investimento que alavanca execução. Vou só dar aqui uma pequena abordagem que nos permite perceber alguns exemplos do asfalto que nós temos feito nos últimos anos, aproveitando para responder em simultâneo ao Sr. Pinto Moreira e ao João Rebelo Martins. Dou-lhe os exemplos: requalificação do Bairro de Lações; requalificação concluída do edifício das antigas finanças, que estava degradada, ao lado da nossa Igreja Matriz, em plena zona histórica; o Cineteatro Caracas, um investimento de quase € 5 milhões de euros, que vai ser disponibilizado aos oliveirenses muito brevemente; o antigo centro de saúde, não vou fazer nenhum comentário sobre aquilo que foi dito aqui em relação a este edifício; a Casa das Heras, em pleno coração do Parque de La Salette, transformada em Centro Municipal de Proteção Civil; o posto da GNR de Cucujães; a requalificação da antiga Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa; a requalificação da Escola Ferreira da Silva já concluída e a Escola Básica e Secundária de Fajões que está a ser requalificada, para além da quantidade de escolas que foram requalificadas no mandato anterior e a quantidade de escolas que estão a ser requalificadas neste mandato. Senhor deputado, o senhor foi buscar um conjunto de exemplos e

foi buscar previsões orçamentais. Escola de Lações, escola do Brejo, escola da Alumieira, escola do Picoto (em Cesar), a escola de Faria de Baixo. Nós, lançamos a obra a concurso. Senhor Deputado, não municipalize estes problemas porque isso fica mal. Este é um problema que acontece em todo o país. Alguém disse, até penso que foi o senhor, que nós tínhamos, antes de lançar o concurso, saber se o mercado vai responder. Senhor deputado, eu nem sequer comento o que o senhor acaba de dizer, porque isso pode até indiciar outro tipo de coisas. Aquilo que é normal, senhor deputado, é nós termos uma estimativa orçamental que é dada pelo projetista, quando nós não a temos, nós fazemos uma consulta preliminar. Senhor deputado, eu já ouvi alguém aqui defender que prefere 42% de € 20 milhões de euros, o senhor foi um deles, o João Rebelo Martins também, preferem ter 42% que dá € 8 milhões de euros do que ter 31% de € 35 milhões de euros, que dá e 10,4 milhões de euros. Não deixa de ser curioso, para vocês o que importa são as percentagens, não é o volume do investimento que afeta para melhor a qualidade de vida das pessoas. Mas, deixe-me dizer-lhe que é para nós não nos perdermos, o mercado municipal está em obras; a construção do Fórum Municipal, a tal Casa Sequeira Monterroso que era um edifício abandonado e a ruir em plena zona histórica está a ser intervencionado; a requalificação da área de acolhimento empresarial de UL/ Loureiro e da zona industrial de Oliveira de Azeméis e aproveito para responder ao senhor deputado João Rebelo Martins e dizer-lhe onde é que está € 1 milhão de euros do Covid, as duas zonas industriais são € 1 milhão de euros, mas vão existir investimentos avultadíssimos nas outras zonas industriais, pode ficar com essa garantia; a expansão da rede de água e saneamento, um investimento sem paralelo, referir já a expansão da rede de água que foi feita nas freguesias de Travanca, Madail, S. Martinho da Gândara, Ul e Cucujães; expansão da rede de saneamento que aconteceu nas freguesias de Oliveira de Azeméis, Cucujães, S. Roque, Nogueira do Cravo e Macieira de Sarnes, a que se vai seguir em Macinhata da Seixa, Pinheiro da Bemposta, Madail e a que, espero eu, se venha a seguir na freguesia de Fajões, entre outras. Nós falamos aqui, neste saldo de gerência, agitam-se estes saldos de gerência, e eu gostaria antes de falar de outras iniciativas das quais também nos orgulhamos, que também provam que nós temos como preocupação central o asfalto ou betão apesar que são vocês que reclamam a Via do Sudoeste, a execução das zonas indústrias, do ecocentro municipal, portanto têm que decidir o que querem efetivamente porque realmente não se consegue perceber qual é a estratégia que os senhores têm para o concelho. Dizem que aquilo que nós temos que fazer é apostar nas pessoas, mas depois quando nós apostamos num conjunto de equipamentos que são importantíssimos para as pessoas, sejam os mais novos, sejam os mais seniores, os que os senhores dizem é que nós só estamos a investir em betão e asfalto. Depois, as propostas que apresentam, são precisamente questões que têm a ver com o edificado. Eu vou-vos dar uma nota, para vocês perceberem para onde vai o dinheiro, o por que é que é importante ter esse dinheiro. O Cineteatro Caracas é uma obra de € 5 milhões de euros; o Parque Urbano, é uma obra de € 4,7 milhões de euros, não estou aqui a discutir as opções, estas são as nossas, as que foram sufragadas pelos oliveirenses; o Parque Inclusivo, € 313 mil euros; o Anfiteatro ao Ar

Livre em Cucujães, € 425 mil euros; o Mercado Municipal, mais o Centro Coordenador de Transportes, € 4 milhões de euros; a Casa de Artes e Ofícios, que está a ser requalificada, € 257 mil euros; albergue de peregrinos em Cucujães, € 190 mil euros; o Fórum Municipal, € 3,6 milhões de euros. Senhor deputado Fernando Pais Ferreira, foi lançado um concurso de € 1,42 milhões de euros para requalificar apenas 4 escolas: Brejo, Alumieira, Lações e Palmaz. Já temos um concorrente com preço dentro da base e esperamos que as escolas sejam intervencionadas. Mas não estamos à espera das empreitadas para requalificar as escolas. Neste momento, estamos na Escola da Ponte a fazer uma profunda intervenção, mas já fizemos na Escola do Alvão, na Escola do Cruzeiro e vamos a seguir, não sei se para o jardim-de-infância de Nogueira do Cravo ou para a Escola de Macieira de Sarnes e a seguir para o jardim-de-infância de Bustelo, mas o caminho está a ser seguido e o caminho vai ser seguramente um caminho que permitirá recuperar o estado absolutamente lastimável, não são só as nossas zonas industriais, que o nosso parque escolar se encontrava. EBS de Fajões, € 2,6 milhões de euros; rede de água, € 2 milhões de euros; rede de saneamento Oliveira de Azeméis, Fajões e Madail, € 2,4 milhões de euros; saneamento do Pinheiro da Bemposta, € 2,86 milhões de euros; ETAR do Pinheiro da Bemposta, € 900 mil euros. Isto que eu referi aqui totaliza € 32.965.000,00, cerca de € 33 milhões de euros. Se quiserem eu continuo com a lista e acrescento mais uma dezena de milhões de euros a estas necessidades. E, portanto, falar em saldo de gerência e falar no desinteresse, é evidente que não se consegue execução porque há dificuldade em termos dos concursos com concorrentes. Nós tivemos entre 8 e 10 concursos desertos no último ano, ano e meio. Oso é o que nos preocupa e obviamente que se isso acontecer no futuro o Município de Oliveira de Azeméis tem um problema, um problema de todos os municípios, infelizmente um problema de todo o país. Mas deixe-me dar aqui uma nota, sobre outras iniciativas de que nos orgulhamos: a resolução de problemas, eu diria, com décadas, como o Café Arcádia, o Azeméis GranPlaza. Aqui fala-se muitas vezes em números com circunstância, com pompa, mas eu lembro-me da forma como este Azeméis GranPlaza foi apresentado, é uma coisa que convém recordar; a atribuição de 20 bolsas a estudantes do ensino superior; a atribuição de vales de educação, que desde 2018 já beneficiou 10 742 alunos e apoiou as famílias com € 322 mil euros, em 2021, atribuímos 4 758 vales no valor de € 137.340,00; duplicação dos apoios à formação; a aquisição de uma carrinha para o transporte de crianças com necessidades educativas especiais; a cadeira do dentista, com a importância que isso tem para a população, pela primeira vez as pessoas carenciadas têm a possibilidade de aceder a cuidados de saúde e higiene oral, nunca isso aconteceu no concelho; os ventiladores do centro Hospitalar, o ecógrafo, o raio-x que foi implementado com o investimento do Centro Hospitalar do Entre o Douro e Vouga; a ambulância do Suporte Imediato de Vida, uma aspiração com muitos anos que finalmente está ao serviço da população; o programa Saúde +, para apoiar os doentes crónicos e as famílias carenciadas na compra de medicamentos; o programa de apoio às melhorias habitacionais; o programa de € 500 mil euros que temos disponíveis para o apoio ao empreendedorismo. São um conjunto vasto de medidas e aproveitaria para responder ao senhor

deputado João Santos, sobre o impacto do Covid, está aí na página do relatório das contas de 2021, € 625.209,00, foi esse o impacto da pandemia. Foram referidas muitas coisas que valem a pena muito rapidamente comentar. Temos capacidade para reduzir o IRS, foram inclusive referidos alguns exemplos, julgo que Vale de Cambra, S. João da Madeira. Como sabem, nós não assumimos esse compromisso com os oliveirenses, o que assumimos foi o de reduzir o IMI para a taxa mínima. E é curioso que cite exemplos que não têm o IMI na taxa mínimo, com a exceção do município de Ovar, que julgo que tem a taxa mínima e o município Ovar não tem uma taxa de IRS de 2%, mas uma taxa de 3%. Neste momento, temos 152 municípios que não cobram a taxa de IRS máxima e destes que não cobram a taxa mínima de IMI e destes que não cobram a taxa de IRS máxima temos muitos municípios que não cobram a taxa de IMI mínima. E percebe-se bem porquê, porque a expressão do IMI é completamente diferente, seguramente é a maior receita de impostos diretos que os municípios têm e, portanto, percebe-se bem que o caminho mais fácil é precisamente este de ir pela redução do IRS. Eu acho que é uma medida que não chega à mesma franja da população, acho que não é uma medida tão importante em termos de impacto e de redução da carga fiscal dos oliveirenses como é a redução do IMI, por isso nós entendemos fazê-la. Estarreja que tem uma taxa de IRS baixa, não sei se até de zero, tem um IMI de 0,35%; Ovar, que tem uma taxa de IRS de 3%, tem um IMI de 0,35%; Santa Maria da Feira, tem uma taxa de IMI de 0,365%. Não sei quem é que falou nos € 38 milhões de euros de Santa Maria da Feira, dizer-lhe que o saldo de gerência de Santa Maria da Feira, em 2021 é de € 52 milhões de euros. Em relação à acusação de que o investimento com capitais próprios foi de € 5,3 milhões de euros ficou abaixo do previsto e diz que é indiciador de uma gestão pouco rigorosa. Seguramente, senhor deputado, é para gerar a confusão nos oliveirenses, como é óbvio, porque aquilo que importa não é o investimento feito apenas com capitais próprios, é o investimento que fazemos global no município. E esse investimento quadruplicou de 2017 para 2021, quase que quadruplicou, isso é que é absolutamente relevante. O que o senhor pode dizer é que efetivamente aconteceram € 10,4 milhões de euros de investimento em 2021 e desses € 10,4 milhões de euros nós tivemos € 5,3 milhões de euros a serem investidos com capitais próprios, com capitais da própria autarquia. Para o senhor perceber a dimensão deste valor, é muito superior ao valor global do orçamento de 2017 e ao valor global do orçamento de 2018. É muito superior e estamos a falar apenas de investimento com capitais próprios, não estamos a falar com fundos comunitários, os tais capitais alheios. Este número é absolutamente expressivo e deve ser respeitado. É evidente que o facto de nós termos um número completamente diferente, que não conseguimos atingir com os capitais próprios, significa que nós não temos capacidade efetivamente para contratar. Temos tido essa dificuldade e isso não tem rigorosamente nada a ver com planeamento, porque as obras estão a ser lançadas a concurso, o planeamento foi feito, estamos a investir em projetos como nunca aconteceu e, portanto, aquilo que nós esperamos é que estes níveis de investimentos venham a aumentar ano após ano, aliás como eu me tenho vindo a comprometer convosco. Eu tenho-vos aqui assegurado que, ano após ano, o investimento

municipal vai aumentando. É evidente que vocês me dizem: está satisfeito? Não, quero mais, é evidente que quero muito mais e é para isso que nós trabalhamos todos os dias. Para não falarmos apenas do valor do investimento com capitais próprios, vou falar de valor global de investimento. Começamos pelos anos de pandemia. Nós, em 2020, aumentamos 19,6% em relação a 2019 e em 2021 nós aumentamos 39% em relação a 2020, estou a falar em anos de pandemia. Mas o que é interessante comparamos é com os outros períodos, porque é sempre importante fazê-lo. De 2010/2013, investimos € 18,4 milhões de euros; de 2014/2017, investimos € 18,9 milhões de euros; de 2018/2021, investimos € 27,1 milhões de euros. Portanto, isto revela aquilo que é a capacidade que nós hoje temos para fazer investimento no nosso concelho. Num ano onde nós fomos completamente assolados por uma pandemia que paralisou o país; que fechou empresas; que condicionou e restringiu o movimento das pessoas; tivemos empresas de construção e outras prestadoras de serviços a trabalhar a meio gás; tivemos concursos desertos, uns a seguir aos outros; falta de matérias-primas; o aumento exponencial de custo das matérias-primas, dizer que fechamos o ano 2021 com a maior redução da carga fiscal de sempre, com o maior investimento municipal de sempre, com um reforço substancial do apoio aos nossos parceiros do desenvolvimento do concelho; reduzir o prazo médio de pagamento, ou seja, termos capacidade para não penalizar a economia com atrasos no pagamento, sendo sensíveis às necessidades de tesouraria que as empresas têm; fizemos um enorme investimento em termos de requalificação do edificado público municipal, onde incluo também o parque escolar. O ano 2021, foi um ano de alguns grandes investimentos que começam agora a surgir. Mas, senhor deputado, continuamos a pagar centenas e centenas de milhares de euros por ano em processos judiciais. O que é que nós ouvimos dos senhores sobre o que foi e é atividade da Câmara Municipal. Numa primeira fase, aquilo que foi dito, foi que se este executivo gera receitas, se gera dinheiro é porque afinal as contas da câmara municipal não eram assim tão más. Eram excelentes e por isso é que nós herdamos uma dívida de € 18,2 milhões de euros. Numa segunda fase, houve o lançamento da suspeição sobre tudo, já falei aqui da escola de Fajões, do posto da GNR que não ia avançar, do antigo centro de saúde, que nada ia acontecer, mas estas obras já aconteceram todas. A escola de Fajões é a única escola que está a acontecer. E não se perdeu um cêntimo conforme eu me tinha comprometido consigo. Numa terceira fase, o argumento era que para além de uma boa situação financeira que foi transmitida, as obras que estávamos a fazer já eram obras do mandato anterior, já eram obras dos executivos anteriores apesar de não termos um único projeto disponível e de estarmos a investir centenas de milhares de euros em projetos. Numa quarta fase, acusam-nos que estamos a fazer muitas obras, que só pensamos em betão, que não cuidamos das pessoas. Mas não deixa de ser curioso que em plena fase de pandemia, as grandes preocupações que eram transmitidas ao executivo era se íamos realizar um Europeu de Hóquei em Patins, uma outra coisa qualquer, quando havia restrições e as pessoas não podiam estar presentes para assistir ao espetáculo. A vossa grande preocupação foi replicada mais do que uma vez, se a Câmara Municipal ia organizar um europeu de hóquei em patins ou futsal, ou de outra coisa

qualquer, já nem me recordo porque era uma coisa tão estranha. Não se percebe que, em plena crise pandémica, queriam que se desvie o dinheiro que deveria ser canalizado para as famílias e para as empresas para a realização do evento. Resumindo e concluindo, temos uma quinta fase, onde se volta a lançar mais uma vez suspeição sobre tudo: os apoios às juntas de freguesia, questões ligadas com as contratações da autarquia, as questões do covid, as questões até do apoio à Ucrânia. Eu acho que aquilo que encerra bem a análise deste relatório de contas é que efetivamente aquilo que nos estão a pedir é que nós tenhamos em quatro anos resolvido problemas que não foram resolvidos em quarenta anos. Isso é completamente impossível e nós nunca dissemos que o iríamos fazer. Ora bem, senhor deputado, deixe-me só aqui referir concretamente alguns aspetos que aqui foram referidos e que não são verdade: o endividamento da câmara municipal cresceu. Não, o endividamento da câmara municipal não cresceu, baixou. O senhor deputado afirmou isso e não é verdade. A taxa de execução do PPI baixou de 42% para 31%, senhor deputado da mesma maneira que questionou alguns números ou a falta do gráfico sobre a execução do PPI, devia ter dito que 42% de 2020 é muito menos que 31% de 2021. Isso é que é ser rigoroso, dizermos assim: nós investimos 42%, mas isso só deu € 8,4 milhões de euros de investimento; agora investimos 31% e dá € 10,4 milhões de euros, que com os investimentos que fizemos com as juntas de freguesia e com as transferências de capital dá € 11,8 milhões de euros. Isto é que ser rigoroso e explicar às pessoas exatamente o que é que está a acontecer, porque é isso que as pessoas querem. Terminar com uma consideração sobre aquilo que foi dito pelo senhor deputado Pinto Moreira. Senhor deputado, disse que estes investimentos se deviam a duas rubricas de natureza circunstancial. É isso que acontece sempre, em cada orçamento existem rubricas que têm um peso expressivo e que permitem alavancar a execução. Nós garantidamente vamos ter ainda este ano, até junho/julho, o Cineteatro Caracas a representar um peso importante na execução que vamos ter, mas também temos outras obras como o mercado municipal ou a escola de Fajões, fase 1 e fase 2, estas escolas que eu espero que adjudiquemos rapidamente; o centro interpretativo do vidro, que espero que adjudiquemos rapidamente como as zonas industriais, que vão permitir alavancar o investimento municipal. Portanto, não é correto procurar dizer que o investimento municipal resulta dessas circunstâncias, dando a entender que o investimento municipal se não fosse assim cairia abruptamente ou que no próximo ano é isso que vai acontecer. Não. O que nós esperamos é que efetivamente este ritmo de crescimento do investimento municipal se mantenha porque é isso que ajuda a cumprir a missão que nós todos estamos aqui a fazer e como sabem a nossa missão é promover o desenvolvimento do concelho e melhorar a qualidade de vida das pessoas. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado **João Rebelo Martins**, do PSD. =====

===== Vou ser tão breve quanto possível. Senhor Presidente da Câmara, em primeiro lugar, uma característica que eu tenho é que eu não sou polícia de linguagem e quando eu disse que o senhor era tecnocrata e o senhor se sentiu ofendido, eu peço imensa desculpa, mas um tecnocrata é uma característica de uma pessoa, não é uma ofensa. Se digo que o senhor é um tecnocrata, é uma característica que o senhor tem. Vou-lhe citar até três tecnocratas que eu me lembro: o senhor Belmiro de Azevedo, o Prof. Cavaco Silva e o senhor José Leão, são três pessoas que fazem um excelente trabalho naquilo que eles são e têm essa característica. Se é boa ou má, é a característica deles e que lhes permite tomar as decisões deles no momento certo. Por isso, senhor presidente, se por acaso pensou que era um insulto, não, não é. Eu não tenho por hábito insultar gratuitamente as pessoas, já fui insultado aqui gratuitamente em outras ocasiões, nunca respondi porque acho que não vale a pena e nunca quis insultar o Senhor Presidente, se se sente insultado peço imensa desculpa, só estava a referir uma característica sua, que com todo o respeito é uma característica que em muitas ocasiões é uma característica boa. Por isso, deixei-lhe só esta nota. Em relação aos gráficos que o Senhor Presidente apresentou, é uma tradição do Partido Socialista, independentemente de quem está nesta sala, trazerem apresentações, que eu acho muito interessante porque ficamos a perceber uma série de coisas. Só há algumas notas que podiam ser explicadas: os gastos com energia, que até 2017 eram uns e depois de 2018 eram outros, há uma questão tecnológica associada a isso, o senhor presidente sabe bem, porque há uma evolução tecnológica de tudo e por isso permite-nos gastar menos energia. O senhor presidente fala dos gastos de comunicação, os gastos de comunicação do município permitem a promoção do território e a promoção do território é fundamental quando nós temos territórios ao nosso lado que competem connosco pela atração de investimento para empresas, competem connosco para a atração de famílias e as fixar no território. Por isso o gasto em comunicação é um gasto que toda a gente tem que ter, é um gasto das autarquias todas, é um gasto das empresas todas, principalmente dos sectores secundário e terciário, porque é fundamental nós podermos comunicar com os nossos municípios ou municípios que queríamos atrair para o nosso território. Por isso, apresentar aquele gráfico como se fosse uma coisa má, não é uma coisa má, era a realidade e foram tomadas opções que houve pessoas que sufragaram, que votaram, que foram opções vencedoras e que em determinada altura perderam. Não venha dizer que é uma coisa má, que é uma coisa boa, era a realidade porque todos os investimentos têm um propósito. Seguindo a lógica da sua intervenção, falou em 2008 como se eu preferisse uma gestão que não fosse rigorosa ou uma gestão rigorosa. Senhor Presidente, eu não convivo bem com gestões não rigorosas e tenho provas em toda a minha vida disso, quer na minha vida pública, quer na minha vida privada. Em 2008, se a gestão não era rigorosa, tivemos um plano de saneamento financeiro que foi aprovado na assembleia municipal, um plano de saneamento financeiro aprovado em 2008, em que os senhores diziam que não era possível cumprir, mas tanto era possível se cumprir que se cumpriu. E desse plano de saneamento financeiro, em doze anos tivemos dez anos pagos por executivo do PSD e dois anos pagos por executivos do PS. Por isso, aqui sim, também grande

parte do que se pode ver das contas do passado obviamente estavam nesse plano de saneamento financeiro porque permitiram ao longo de muito tempo fazer investimentos. O senhor diz que não sabe onde foi gasto o dinheiro. Já que estamos em abril, eu vou-lhe lembrar uma data: 06/04/2011. Nesse dia, foi à televisão o Senhor Prof. Teixeira dos Santos e o senhor José Sócrates fazer a assinatura de um contrato e pedir ajuda financeira à Troika. O que se passou aqui, em que o senhor diz tão mal do plano de saneamento financeiro de Oliveira de Azeméis, tivemos uma situação parecida no país, passados três anos. Se calhar a política da altura, em seguiam o modelo do senhor Keynes indicava isso mesmo. Depois houve crise e as coisas não aguentaram. Foi isso que aconteceu senhor Presidente, foi a realidade e o que nós estamos aqui é olhar as coisas com realidade. Se temos que fazer julgamentos, os julgamentos foram feitos por quem os deviam fazer, que foi o povo oliveirense em 2013 e que deu a vitória ao PSD, o povo em oliveirense em 2017 deu a vitória ao PS e em 2021 deu a vitória ao PS. Temos de olhar para os números e encará-los de uma forma séria e não é uma vez dizermos uma coisa e outra vez dizer outra. O senhor Presidente em 2018, disse que as contas da Câmara Municipal eram boas e ainda há disse pouco que afinal as contas da Câmara Municipal, quando tomou posse, não eram boas. Em que é que ficamos? Em 2018, que disse que até afinal eram boas, que haviam dinheiro para se investir e pagar aos fornecedores ou agora que diz que afinal não eram boas. O senhor diz que lanço suspeições, não são suspeições, estou-lhe a perguntar: a sua afirmação mantém-se a de 2018 ou a de 2022. Em relação ao milhão de euros investido para as zonas industriais, as pessoas que utilizam as zonas industriais não sentem esse milhão de euros investidos lá, primeiro ponto. Segundo ponto, o que me pareceu nas contas, foram investidos € 500 mil euros nas zonas industriais em 2021, €193 mil euros em Oliveira de Azeméis/ Santiago de Riba-Ul e € 328 mil em Ul/ Loureiro, creio que é isso. Voltando ao passado, é uma coisa que infelizmente os senhores fazem muito e eu não gosto de voltar ao passado, quero sempre olhar para o futuro. E quando se olha para o passado deve-se olhar com os olhos do passado, não é olhar para o passado com os olhos de hoje, senão estávamos aqui a dizer que D. Afonso Henrique não tinha nada que andar à paulada com a mãe e se calhar à luz do tempo que isso aconteceu era uma coisa comumente aceite. Mas no passado, senhor presidente, com taxas de execução bastante mais altas do que as que apresenta, o senhor rasgava as vestes, dizia que não podia ser, que era impossível e hoje critica-nos por acharmos que uma taxa de execução de 31% que pode ser maior do que a taxa de execução do ano anterior no seu número absoluto, mas a percentagem é menor. E a percentagem o que é que faz? Permite-nos avaliar o trabalho de planeamento do executivo. É só isso. Mas mais uma vez a primeira intervenção do senhor presidente foi dizer que eu o tinha insultado, não foi minha intenção insultar ninguém, não sou polícia da linguagem, eu utilizo as palavras em toda a sua plenitude. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado **Fernando Pais Ferreira**, do PSD. =====

=====
 ===== *Senhor presidente, não vou demorar. Eu vi que o senhor presidente tinha esses gráficos preparados, eu confesso que não posso escrutinar esses gráficos, porque não sei se esses números são verdadeiros, se não são verdadeiros. Eu não posso analisar, nem posso escrutinar aqui esses números. De qualquer maneira, senhor presidente, se numa próxima vez tiver a intenção de exibir esses gráficos, disponibilize-nos primeiro para nós analisarmos, para vermos a questão. A questão é de facto importante, como é que se alteram os números de uma taxa de execução baixa para dizer que não obstante essa taxa de execução baixa o investimento é alto. Foi isso que o senhor presidente disse. O que nós dizemos é que a taxa de execução devia ser maior e o investimento maior.* =====

=====
 ===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **José Ribeiro**, do PS.* =====

=====
 ===== *A vantagem da discussão deste ponto, é que estamos a discutir números e normalmente os números não enganam e a coisa fica mais complicada. O problema aqui é o que é que fazemos com esses números. Voltamos a bater no ceguinho e não conseguimos chegar a um consenso. O presidente já explicou isso inúmeras vezes, já foi explicado por outros e os senhores continuam a bater numa taxa de execução de 30% e omitem o aumento de um investimento de €2,1 milhões de euros. É o que fazemos com os números e a honestidade com que estamos a tratar os números. É o maior investimento municipal de sempre. Estar aqui a discutir esses valores e depois querer omitir isso, acho que não tem nada a ver. O deputado Pinto Moreira falava num investimento de dois dígitos, repare agora senhor deputado se tivéssemos tido a capacidade para realizar as obras e não estarmos aqui a discutir um saldo de gerência de € 29 milhões de euros, estávamos a falar de um investimento não de € 10,7 milhões de euros, mas de € 39 milhões de euros. Como é que os senhores iriam lidar com este valor, com uma taxa de execução de 100% e por aí fora. É a mesma coisa com o prazo médio de pagamentos, já foi aqui explicado que o prazo médio de pagamentos é de 22 dias, pois os senhores continuam a refutar que o prazo médio é um escândalo, as pessoas não estão à porta da Câmara, mas pouco mais. Volto a frisar isto, estamos a falar de números e os números não mentem, a honestidade com que interpretamos esses números é que diz um bocadinho daquilo que estamos aqui a fazer.* =====

=====
 ===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar mais esclarecimentos.* =====

=====
 ===== *Senhor deputado João Rebelo Martins, não foi a expressão tecnocrata que eu considere que fosse ofendida. Quando eu tiver necessidade de falar sobre si, não vou recorrer a Salazar para o fazer, nem vou sequer questionar o seu espírito democrata, a sua condição*

democrata. Posso utilizar outra expressão que o senhor utilizou “não dê respostas como se estivesse no café”, é uma expressão séria para se ter neste órgão, numa assembleia municipal e é reveladora da relação cordial que deve existir entre as partes. Dizer-lhe também que é ofensivo quando o senhor utiliza os funcionários da autarquia para justificar uma sangria desatada de chefias ou de colaboradores ou dar a entender que existe alguma coisa na ação do executivo que leva a que estas pessoas em debandada fujam da autarquia. Eu aconselho-o a ler a página 12 deste relatório de gestão que lhe foi entregue, para perceber as tais licenças sem vencimento, 26 licenças, que eram 20 em 2016, 20 em 2015, mas o senhor sabe, pois claro que sabe, e este rigor é que é fundamental, pois em 2014, 2013, 2012 onde tinha 18, 19 pessoas em licenças sem vencimento tinha 460 funcionários não tinha 813. Portanto, por aqui se percebe o rigor das coisas. Quando o senhor diz “funcionários noutras situações”, hoje tem 11, em 2011 - 14, em 2012 - 14, em 2013 - 14, em 2015 - 14. Eu não vou lançar nenhuma suspeição sobre estes números. Portanto, dizer-lhe que efetivamente os funcionários da Câmara Municipal merecem-nos todo o respeito e toda a consideração e naturalmente também exigimos todo esse respeito e consideração. O senhor falou nos números da energia, da evolução tecnológica que justificam os números da energia. Eu vou-lhe dar dois exemplos da evolução tecnológica: uma delas, era os € 6 mil euros/ mensais que gastávamos na fonte do Rainha, essa foi uma evolução tecnológica substancial; outra, foi o painel fotovoltaico que tínhamos na piscina municipal desligado há anos e que pusemos a funcionar. São dois excelentes exemplos da evolução tecnológica que se verificou no município nos últimos tempos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número cinco à votação tendo sido apreciado e deliberado, por maioria, aprovar os documentos de Prestação de Contas do exercício de 2021, com a seguinte votação: - a **favor**: vinte e dois (22) votos do PS, um (1) voto do Senhor Presidente de Junta da Freguesia de Cesar e um (1) voto da Senhora Presidente de Junta da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca; - **contra**: nove (9) votos do PSD, um (1) voto do B.E.; **abstenções**: três (3) votos do PSD (Presidente de Junta da Freguesia de Loureiro, Presidente de Junta da Freguesia de Ossela e Secretário da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes - em substituição da Presidente de Junta de Freguesia), um (1) voto do CDS/PP e um (1) voto CH. =====

===== **Ponto seis: Autorização e aprovação do procedimento de concessão do direito de uso privativo de espaço público para a instalação de pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos em locais públicos de acesso público no Concelho de Oliveira de Azeméis, pelo período de dez anos (I/14915/2022).** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “No contexto atual, é objetivo do Município de Oliveira de Azeméis a promoção de uma mobilidade sustentável,

baseada na utilização de transportes com baixos impactes ambientais e, como tal, promover a instalação de postos de carregamento para veículos elétricos no território do Concelho assume grande relevância; O Município tem, nos termos do artigo 23º, n.º 2, alíneas b), c), k) e n), da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, atribuições nos domínios da energia, dos transportes, do ambiente e do urbanismo; Para prosseguir os objetivos de descarbonização da economia, o Município deve criar condições para a progressiva transição de veículos movidos a combustíveis fósseis, para veículos movidos a energia elétrica, importando para o efeito garantir que a cidade dispõe de uma rede de pontos de carregamento adequada e que incentive o uso de veículos elétricos. Para efeitos da alínea p) do artigo n.º 25 da Lei75/2013, submete-se à aprovação e autorização da abertura de um procedimento de Concessão do Direito de Uso Privativo de Espaço Público Para a Instalação de Pontos de Carregamento de Baterias de Veículos Elétricos em Locais Públicos de Acesso Público no Concelho de Oliveira de Azeméis, pelo período de dez anos, bem como as peças do procedimento anexas (Programa e normas do procedimento, Anexo I, Anexo II e Anexo III).”=

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== É a concessão de espaço público para a instalação de pontos de carregamento de veículos elétricos no concelho de Oliveira de Azeméis, mais concretamente em Oliveira de Azeméis, Carregosa, Cesar, Cucujães, Loureiro e S. Roque. Estamos a falar de 22 lugares de estacionamento em 11 locais. Há o compromisso do Município de Oliveira de Azeméis de atingir a neutralidade carbónica em 2050 e é fundamental a criação de condições para novas formas de mobilidade concelhia, assente em veículos com baixas emissões carbónicas e com reduzida pegada ecológica. Dizer-vos que é um prazo de 10 anos, prorrogável por mais 5 anos. O valor a pagar pela concessionária é € 71.332,00, já com IVA nos primeiros 5 anos e a partir do 6º ano o valor pago pela ocupação do espaço público é aquele que está previsto no nosso regulamento municipal de estacionamento e paragens no concelho de Oliveira de Azeméis. Dar-vos também uma nota, porque pode surgir essa dúvida: por que é que existem lugares mais caros do que outros? Porque uns são na zona de estacionamento oneroso, na ZEDLUO, e outros não. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de António Filipe Ferreira. ==

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **António Filipe Ferreira**, do PSD. =====*

===== Boa tarde a todos, sintam-se todos cumprimentados na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal Amaro Simões. Neste ponto falamos sobre mobilidade elétrica. A preocupação com as alterações climáticas tem que ser um dos objetivos essenciais da nossa

sociedade de hoje e no futuro. A aposta nos veículos elétricos, a par de outras, tem sido crucial para este processo. É um facto que a revolução da mobilidade está a chegar e as tecnologias de condução elétrica desempenham um papel decisivo e fundamental. Quanto a este ponto, começo por questionar o senhor Presidente da Câmara sobre de quem é a responsabilidade de gestão dos postos de carregamento existentes no município, atualmente localizados na Rua Luís de Camões, que se encontra em funcionamento; Rua Dr. Ernesto Soares dos Reis, que não se encontra em funcionamento há cerca de um ano; lugar de Fonte Joana ou piscinas municipais, que não se encontra em funcionamento há pelo menos 2 anos; existe um quarto ponto que está inserido no Pólo Universitário Aveiro Norte, não sei de quem é a responsabilidade da sua gestão, que também não se encontra em funcionamento desde janeiro deste ano. Conforme pode verificar, enumerei três postos de carregamento públicos em Oliveira de Azeméis, não estou a considerar o do Pólo Universitário, sendo que desses três postos apenas um deles está operacional. Na assembleia municipal realizada em 26/06/2020, o vereador Helder Simões diz e passo a citar “A Câmara Municipal, como disse o senhor presidente, vai muito rapidamente lançar a concessão daqueles dois locais, piscinas municipais e na praça da cidade, e vamos procurar também integrar nessa concessão mais alguns postos, um lote de postos para as freguesias, precisamente para tentarmos dar uma resposta mais abrangente.” Ora, pode ser desconhecimento da minha parte, mas até ao momento os postos referidos anteriormente continuam a não funcionar. O procedimento foi lançado em 2020, conforme o referido, se foi lançado não teve nenhuma adesão, porque já se passaram quase dois anos sobre a promessa de um reforço de postos de carregamento, mas pelo que vejo nada foi feito até ao momento, penalizando os munícipes e os seus visitantes que não têm forma de carregar os seus veículos em Oliveira de Azeméis. Quanto ao novo procedimento de concessão do direito de uso privativo de espaço público para a instalação de pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos, após leitura atenta do programa, normas e procedimentos, suscitou-me uma dúvida que considero razoável ter. No ponto 17.4 diz “deverá ser o adjudicatário a efetuar o respetivo pedido de ligação à rede para uma potência de 100 KW, prevendo a instalação de 11 postos de carregamento rápido, tomada dupla 2,50. A este propósito, questiono o senhor presidente da câmara se na análise das localizações os técnicos da câmara verificaram se seria possível a colocação de postos rápidos, pois no ponto 17.7 diz “nos casos em que a potência disponível não permita a instalação de um PC rápido, ou seja, onde for necessário instalar um PT deve ser instalado um PC semirrápido de 22 KW”. Ora, caso se venha a verificar que tecnicamente não é possível a colocação de postos rápidos, vão ser instalados postos semirrápidos. Logo, Oliveira de Azeméis ficará sem postos rápidos que são tão importantes para a mobilidade elétrica, pois estes postos permitem efetuar, como o próprio nome indica, carregamentos rápidos, que permite em menos de uma hora carregamentos de 20 a 80%, por exemplo, que permite os carros fazerem entre 200 a 300 kms só com este carregamento, enquanto nos outros postos de carregamento torna-se mais demorado e em muitos carros serão necessárias muitas horas para efetuar um carregamento equiparado. Diga-se que para quem visitar a nossa

cidade e o nosso concelho, a existência de postos rápidos é muito importante, porque enquanto fazem uma visita a um determinado local, tomam café, almoçam ou jantam, podem carregar a viatura; ao contrário, se o carregamento demorar várias horas não se torna funcional para os visitantes. O mesmo se diga dos residentes que vivem em habitações sem garagem. Na verdade, esses residentes têm de deixar nos postos de carregamento as suas viaturas por várias horas, o que não se mostra funcional. Acho que a questão da potência dos postos de carregamento é deveras importante, pelo que a Câmara Municipal deve seriamente analisar e optar por postos com mais potência. Até porque, se verificarem, no mercado já existem postos de 100 KW, 150 KW e 300KW. Se Oliveira de Azeméis ficarem apenas com os postos de 22KW ficamos atrás de outros municípios e com postos de carregamentos que num futuro próximo ficam ultrapassados, para além de que não será um incentivo à compra de veículos elétricos. Quanto à localização dos 11 postos, conforme consta no anexo 1 do documento, gostaria de saber qual foi a base de análise para a instalação dos postos nesses locais, porque conforme pode verificar não cobre todas as freguesias. Permita-me também referir que dos 11 postos de carregamento que o documento diz que vai criar, ou seja, cuja proposta tem como título “Proposta de hasta pública para instalação de 11 postos de carregamento elétrico em Oliveira de Azeméis”, está incluída a instalação de dois postos que atualmente já existem no concelho, mas não estão em funcionamento, sendo eles os que referi anteriormente, na Rua Dr. João Manuel Godinho de Sousa, junto à piscina e na Rua Dr. Ernesto Soares dos Reis. A bancada do PSD votará favoravelmente este ponto, no entanto deixamos uma nota para os alertas acima elencados, que achamos que são deveras importantes neste passo importante que é a mobilidade elétrica. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta à intervenção anterior. =====*

===== Efetivamente o posto de carregamento rápido na Luís de Camões é da MOBI.E, o da ESAN é da Universidade de Aveiro, os outros dois sites, nas piscinas municipais e na praça da cidade são da Câmara Municipal. Estão avariados, porque o custo da reparação é uma fortuna, praticamente o preço de um equipamento novo e como íamos lançar o procedimento, que demorou muito mais do que o previsto, entendemos não o fazer. Em relação à disponibilidade de energia, não foram os técnicos da câmara que validaram, a própria EDP validou. Por termos dúvidas num local ou noutro, eu julgo que um dos locais é Cesar, é que nós acrescentamos a cláusula 17.4 que transmite a responsabilidade para o adjudicatário. Foi só apenas por termos dúvidas. Nós não estamos a falar de pontos 22, estamos a falar de tomadas duplas, 2x50KW e é isso que nós queremos e é para isso que estamos a trabalhar. Quais foram os critérios que estiveram na base desta análise? Os critérios têm muito a ver com o interesse que isto pode ter para os concorrentes, para os investidores. O que é que eles procuram? Sobretudo, locais de grande densidade populacional, conforme pode ver são as freguesias de maior densidade populacional e

procuramos ao mesmo tempo ter alguma cobertura geográfica no concelho. Isto não se resume aqui, queremos ver se esta experiência corre bem, se esta experiência correr bem nós podemos replica-la para outros locais. Sendo certo que, se houver freguesias com pouca densidade populacional teremos poucos carros elétricos e deixa de ser atrativo o investimento que é necessário fazer, aquilo que é necessário pagar e poderemos ter os concursos desertos. Neste momento, vamos ter no concelho, tirando os que são de natureza privada, ou o que é da ESAN da responsabilidade da Universidade de Aveiro, teremos 11 pontos de carregamento elétrico 2x50KW. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número seis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto sete: Minuta de Contrato interadministrativo de delegação de competências com a Junta de Freguesia de Carregosa - Requalificação da Zona envolvente ao Cemitério de Carregosa (I/24911/2022) – Autorização.** =====*

*===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que:
- O regime jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, 12 de setembro, com as subsequentes alterações, prevê a concretização da delegação de competência dos órgãos do Município nos órgãos das Freguesias, através da celebração de contratos interadministrativos, nos termos do disposto no artigo 120.º do Anexo I do referido diploma legal, sob pena de nulidade, podendo efetuar-se em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais; - Os contratos interadministrativos visam regular relações jurídicas de coordenação e colaboração entre pessoas coletivas públicas, que permitam conferir à Administração Pública uma maior flexibilidade e capacidade de adaptação face aos novos desafios e exigência com que são confrontadas, promovendo desta forma, a desconcentração administrativa consagrada no n.º 2 do artigo 267º da Constituição da República Portuguesa; - Tais contratos devem definir os termos que, em concreto, permitem o efetivo exercício das competências delegadas pelo município nas freguesias e constitui dever do Município, assegurar o controlo, acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, avaliando, de forma continuada, o modo como as competências delegadas são exercidas pelas Juntas de Freguesia, fiscalizando, emitindo diretivas e orientações ou, ainda, através do envio, por parte desta, de informação escrita descritiva e quantitativa, em tempo útil ao município; - As atribuições dos municípios podem ser prosseguidas pelas freguesias desde que os órgãos municipais deleguem competências nos seus órgãos, nos termos do número 2 do artigo 117.º e do artigo 131.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013; - A concretização da delegação de competências deve ser acompanhada dos meios necessários ao seu adequado exercício, de modo a promover a coesão territorial, o reforço da qualidade dos serviços prestados às*

populações e a racionalização dos recursos disponíveis; - A negociação, celebração, execução e cessação destes contratos obedece aos princípios da igualdade; da não discriminação; da estabilidade; da prossecução do interesse público; da continuidade da prestação do serviço público; e da necessidade e suficiência dos recursos; - Para uma atuação autárquica conjunta, em que estejam presentes o respeito pela autonomia, a cooperação, a solidariedade e a corresponsabilidade, é fundamental que os diferentes órgãos autárquicos se esforcem por rentabilizar os meios disponíveis no sentido de melhor responderem aos problemas existentes, tendo os eleitos das freguesias, dada a sua proximidade às populações e a sua ligação às comunidades, uma capacidade acrescida para a resolução de alguns problemas e necessidades locais; - A Freguesia, enquanto entidade autárquica mais próxima das populações, manifestou junto do Município a necessidade de se proceder, com carácter prioritário, no âmbito dos “Arranjos Exteriores do Cemitério - 3.ª Fase” que incluiu intervenções de requalificação da Zona Envolvente ao Cemitério de Carregosa, conforme ofício (E/11140/2022); - Que a Freguesia, em virtude da intervenção da sua responsabilidade, terá economias de escala e de tempo, caso incorpore no mesmo procedimento as intervenções preconizadas pelo Município, resultando daí ganhos de eficiência; O estudo de demonstração (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), dos requisitos previstos no art.º 115º, nº 3, por remissão do art.º 122º, nº 1, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, considera que: - Face ao volume de empreitadas em curso no Município, não existe capacidade instalada e de resposta dos serviços técnicos do Município em concretizar tais empreitadas, fruto do elevado volume de obras em curso, não tendo sido ainda possível recuperar dos atrasos em vários processos; A Freguesia já foi a entidade responsável pela 1.ª e 2.ª fase, está disponível e reúne as condições para executar tais intervenções em conjugação de esforços e de cooperação com a Câmara Municipal; - Está previsto no PPI 3/2011 - Requalificação da Zona Envolvente ao cemitério de Carregosa; - Trata-se de contratação excluída, ao abrigo dos artigos 5º, nº 1 e 2, e 5.º-B, do Código da Contratação Pública, aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro e sucessivas alterações; - A designação de Humberto Graça, como Gestor do presente do Contrato, para efeitos do artigo 290.º A, do CCP; Assim, Ao abrigo dos fundamentos e normas retrocitadas, e nos termos dos art.º 2º, 4º, 9º, nº 1, alínea g), 16º, nº 1, alínea i), 25º, nº 1, alíneas k) e l), 33º, nº 1, alínea m), art.ºs 115º a 123º, e 131º do anexo I, da Lei n.º 75/2013 e sucessivas alterações, conjugado com os art.ºs 5º, 200º, 201º do CPA, e ainda os art.ºs, 1º-A, 278º, 280º, nºs 1, 2, e 4, e 338º, do Código Contratos Públicos. Propõe-se: - A aprovação da minuta do Contrato Interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Carregosa para obras de requalificação na Zona envolvente ao cemitério de Carregosa (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), com o compromisso de fundo disponível nº 852 de 2022, conforme estabelece a Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações; e que se remeta à Assembleia Municipal nos termos e fins atrás citadas.”

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *De forma muito rápida, estamos a autorizar um apoio de € 20 mil euros à junta de freguesia de Carregosa para a terceira fase da requalificação que levaram a cabo no cemitério de Carregosa. Estamos a falar dos arranjos envolventes. É uma verba que já estava inscrita no orçamento de 2021 e prevista para o PPI 2022. Portanto, estamos a cumprir a nossa obrigação, aquilo que tínhamos assumido com o anterior executivo da junta de freguesia.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de Fernando Pais Ferreira e João Costa.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Fernando Pais Ferreira**, do PSD.* =====

===== *Senhor Presidente, fazer uma pergunta prévia antes da minha intervenção. Esta obra já está executada? A obra está executada, era exatamente aquilo que eu pensava. Peço alguma atenção ao João Costa para ouvir esta intervenção, porque nós pugnamos o cumprimento da Lei, acima de tudo o cumprimento da Lei. Nós temos muitas reservas quanto a este assunto. Não está em causa o apoio à freguesia de Carregosa, não está em causa as transferências que Carregosa deve ter, deve ter essa e muito mais porque as necessidades da freguesia de Carregosa são tão prementes como as necessidades das outras freguesias. O que está em causa aqui é o procedimento. O senhor presidente diz que esta obra já estava incluída no PPI do ano passado e que no fundo está a materializar aquilo que está. Ora bom, o que é que consta do documento que estamos a votar? Repare Sr. João Costa, “tais contratos devem definir os termos em que em concreto permitem o efetivo exercício das competências delegadas do município e constitui dever do município assegurar o controlo, acompanhamento e fiscalização da execução”, nada disto é possível neste momento, “avaliando de forma continuada o modo como as competências delegadas são exercidas pela junta de freguesia”. Ou seja, esta obra já está feita, está realizada, eu compreendo a sua indicação de dizer que não está paga, mas para mim essa questão do não pagamento, não obstante haver um parecer jurídico que faz essa questão, é irrelevante. Estamos aqui a votar um documento que é uma ficção, no fundo é uma ficção. Mais, nós não sabemos quanto é que custou a obra, não temos faturas, nem orçamentos, não temos aqui rigorosamente nada. Não sei se a senhora presidente da junta mandou para o executivo camarário, mas nós aqui não temos nada. E depois há um parecer e o parecer diz o seguinte “não existe quadro regulamentar para atribuição às juntas e uniões de freguesias que definam os critérios objetivos de forma a serem observados os princípios da legalidade, transparência, imparcialidade, justiça, proporcionalidade na prossecução do interesse público, de forma a fundamentar as decisões e o*

tratamento não discriminado das entidades beneficiárias dos apoios e consequentes riscos para a decisão/ deliberação.” Depois diz “sendo intenção do município de Oliveira de Azeméis proceder à atribuição ao apoio financeiro para o fim solicitado, deverá ser indicado o critério e valor ou definida uma percentagem do valor do investimento a ser compartilhado pelo município, o plano de pagamento e o gestor do contrato a celebrar, onde fiquem definidos os direitos e obrigações de ambas as partes”. Nós não temos aqui nada disto. Este parecer alerta-nos para os riscos destas deliberações. Não sabemos qual é o valor do investimento, o orçamento da obra, não sabemos qual é a percentagem. Como disse inicialmente, não está em causa o mérito da atribuição nas freguesias. O que é que nós propomos, Senhor Presidente? Propomos duas soluções: uma forma diferente enquadrada na lei de financiamento, procurar na lei de financiamento uma forma diferente de enquadrar; ou a junção de todos os elementos necessários, mormente os referidos no parecer para que possamos votar este contato interadministrativo de delegação de competências de forma a satisfazer as exigências legais e regulamentares. Em suma, para todos nós percebermos, há uma obra feita pela junta de freguesia, está inscrita no PPI e após a obra feita nós estamos a dizer que vamos fazer um contrato interadministrativo de apoio para a obra. Nós devíamos ter feito isto antes, como é óbvio, devíamos ter feito isto no início da obra para cumprir todos estes requisitos. Eu sei que há um parecer que diz que a diferença aqui é estar ou não estar pago. Para mim não há nenhuma diferença, para mim a diferença é a própria execução da obra. A execução da obra, para mim, é o vetor essencial. Se a obra não está feita faz-se o contrato interadministrativo; se está feita tem que se arranjar outro meio de financiamento, que não este. É esta a nossa posição. Nós temos muitas dúvidas em votar favoravelmente pelas razões que já elenquei e que não vou agora estar a repetir. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **João Costa**, do PS. =====*

===== Já deu alguma polémica na reunião de câmara, mas, no entanto, o parecer jurídico protege-nos neste caso, porque constava esta rubrica precisamente no PPI aprovado. Tivemos também a oportunidade de ver as fases anteriores do projeto, que foram também submetidas a contrato interadministrativo aqui em assembleia municipal. Posto isto, estamos protegidos e obviamente o Partido Socialista votará favoravelmente, até porque consideramos fundamental continuar a apoiar a junta de freguesia de Carregosa. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====*

===== Senhor deputado, só queria ler-lhe a parte final do parecer “pelo exposto, nada obsta à celebração de contrato interadministrativo com efeitos retroativos à data de dezembro de

2020”. Senhor deputado, deixe-me dizer-lhe que isto já aconteceu no passado. Não são más práticas, porque quando o senhor diz que são más práticas está a sugerir que são práticas não previstas na lei. São práticas previstas na lei. Quando estamos a falar de fundos comunitários, o senhor não se preocupa quando os fundos comunitários pagam obras realizadas há dois anos e três e já pagas. Portanto, acha que estamos a cometer ilegalidades quando estamos a pagar obras retroativamente? Não estamos a cometer ilegalidade nenhuma. Senhor deputado, esse clima de suspeição é que não fica bem. Percebe? O senhor acabou de dizer que a diferença para si não é a obra estar paga ou não, mas é precisamente a diferença. A obra não pode estar paga e não há nenhum problema em fazer apoios retroativos a obras, inclusive esta, que estavam previstas no PPI. É uma prática que acontece em muitos municípios. Se é uma prática errada, garanto que é uma prática que está generalizada ao país. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número sete à votação, tendo sido deliberado, por maioria, autorizar a celebração da minuta do Contrato Interadministrativo de delegação de competências com a Freguesia de Carregosa para obras de requalificação na Zona envolvente ao cemitério de Carregosa, com a seguinte votação: a **favor**: vinte (20) votos do PS, três (3) votos do PSD (Presidente de Junta da Freguesia de Loureiro, Presidente de Junta da Freguesia de Ossela e Secretário da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes - em substituição da Presidente de Junta de Freguesia), um (1) voto do CDS/PP, um (1) voto do B.E., um (1) voto do CH, um (1) voto do Senhor Presidente de Junta da Freguesia de Cesar e um (1) voto da Senhora Presidente de Junta da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca; - **contra**: nove (9) votos do PSD. =====

===== **Ponto oito: Regulamento Municipal “Prémio de Fotografia Fernando Paúl” (I/14558/2022) – Aprovação.** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - A Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, em reunião realizada a 7 de fevereiro de 2019, deliberou iniciar nessa data e submeter a discussão pública um procedimento que tem por objeto a elaboração do Regulamento Municipal - Prémio de Fotografia Fernando Paúl; - A Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, em reunião pública de 19 de Março de 2020, deliberou aprovar a proposta de Regulamento Municipal “Prémio de Fotografia Fernando Paúl”; - Os períodos de discussão pública foram amplamente publicitados, por Edital, de modo a que os interessados pudessem formular contributos que fossem considerados no âmbito do procedimento da elaboração do regulamento; - Terminaram os períodos de discussão pública sem que houvesse constituição de interessados nem quaisquer contributos considerar no âmbito deste procedimento; - Que compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à Assembleia Municipal os projetos de Regulamento externos do município, bem como aprovar regulamentos internos (alínea K, n.º 1 do

art.º 33.º do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e posteriores alterações); - E que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar as posturas e os Regulamentos com eficácia externa do Município (alínea G, n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro); Propõe-se: 1 - No âmbito do poder regulamentar, ao abrigo do disposto na alínea K) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações, que o presente projeto de Regulamento Municipal - Prémio de Fotografia Fernando Paúl, que se junta e aqui se dá por integralmente reproduzido (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), seja submetido à Câmara Municipal para efeitos de aprovação; 2 - A Remessa do mesmo para aprovação pela Assembleia Municipal nos termos e para os efeitos da alínea G, n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e posteriores alterações; 3 - A remessa do Regulamento Municipal - Prémio de Fotografia Fernando Paúl, após aprovação da Assembleia Municipal, para publicação em Diário da República, nos termos e para os efeitos do art.º 139º do CPA, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 4/2015, de 7 de Janeiro.” =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== É suficientemente esclarecedor, acho que não restam dúvidas. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de João Rebelo Martins. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **João Rebelo Martins**, do PSD. =====*

===== Primeiro, dar os parabéns pela introdução do Prémio de Fotografia Fernando Paúl, porque o século XX, no meu ponto de vista, é um século especial na História da Humanidade. É o século onde se encarna a modernidade, é o século que foi apelidado, por um grande democrata do PS chamado Mário Soares, o Século do Povo. É o século das grandes mudanças nos hábitos de vidas das pessoas, das pessoas ditas comuns. E, por isso, um Prémio de Fotografia Fernando Paúl que foi uma pessoa, um oliveirense, que ao longo de toda a sua vida se preocupou com as alterações dos modos de vida da comunidade e que retratou em fotografia. Por isso, é de saudar a realização do prémio de fotografia. É de saudar também, que nós temos um arquivo do Fernando Paúl e o arquivo é possível termos porque temos um edifício para guardar o arquivo de Oliveira de Azeméis. Temos um edifício que em boa hora foi construído e que permite guardar a memória coletiva de todo um povo, porque isso é que faz a nossa cultura. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número oito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto nove: Participação do Município no Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado e Protocolo de Adesão celebrado com a Fundiestamo (I/22316/2022) - Autorização/Revogação.** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando - Que a Câmara Municipal em reunião de 11.07.2019, ratificou o Protocolo de Adesão ao Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado (em anexo), celebrado com a empresa Pública Fundiestamo, Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. (I/44591/2019); - Que a Câmara Municipal em reunião de 04.09.2019, e a Assembleia Municipal em sessão ordinária de 17.09.2019 de julho de 2019, deliberou autorizar/aprovar a participação do Município no Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado, com entrada em capital e em espécie (transmissão de propriedade de prédios (I/54579/2019); - Que não se mantêm os pressupostos que presidiram à celebração do Protocolo e adesão, porquanto: i) o “Fundo” não obteve financiamento; ii) o Município, em 30.03.2022, celebrou Contrato de Consórcio e Cedência do Direito de Superfície dos prédios urbanos sites em Outeiro, inscritos na matriz sob os art.ºs 1296, 1301, e 1310, da União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madaíl (Quinta do Comandante), para o mesmo fim (Alojamento Estudantil a Custos Acessíveis), na sequência da aprovação pela Câmara Municipal em 24.02.2022, e pela Assembleia Municipal de 25.02.2022; - O disposto no art.º 165 do C.P.A.; Propõe-se: Ao abrigo, nos termos e com os fundamentos expostos, a revogação da deliberação da participação do Município no Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado (I/54579/2019), incluindo a respetiva transmissão de imóveis, bem como a revogação do Protocolo de Adesão celebrado com a Fundiestamo, com efeitos à data em que foram praticados.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *A Câmara Municipal acionou em 2019 este protocolo de adesão para o Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado com a empresa pública, Fundiestamo. Este fundo estava previsto para reabilitação do edificado público direcionado para o alojamento estudantil. Não funcionou o fundo e nós neste momento acabamos de assinar um contrato de consórcio com a Universidade de Aveiro exatamente para o mesmo local, exatamente para o mesmo fim. Portanto, não faz sentido rigorosamente nenhum a manutenção deste protocolo que, como sabem, tinha compromissos por parte da Câmara Municipal e, portanto, vamos revogá-lo.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número nove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto dez: Acordo de colaboração celebrado com o IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana - 1.º Direto Programa de Apoio ao Acesso à Habitação (I/24648/2022) - Autorização/ Ratificação.** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Em cumprimento do estabelecido no n.º 3 do artigo 35º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e posteriores alterações; Propõe-se: A ratificação do Acordo de colaboração, homologado em 06 de abril do ano corrente, acordo de colaboração “1.º Direto Programa de Apoio ao Acesso à Habitação” (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas) com o IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== É pedir a autorização/ ratificação para a celebração de um acordo de colaboração com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, porque aprovamos em março a nossa estratégica local de habitação, que permitiu identificar as necessidades habitacionais em termos de agregados familiares carenciados. Identificamos 89 agregados, a que correspondem 212 pessoas. Este acordo permite-nos aceder ao financiamento do programa “1º direito”. Como sabem, o valor que está previsto na nossa estratégia local de habitação é de € 5,6 milhões de euros, sendo € 2,8 milhões de euros a fundo perdido e € 2,2 milhões de euros através de um empréstimo bonificado. Este acordo tem uma duração de seis anos, que é o período vigência do PRR. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de Bruno Costa e António João Santos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Bruno Costa**, do PS. =====

===== Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa cumprimento todos os presentes e a quem assiste lá em casa. Aprovamos na última assembleia municipal a estratégia local da habitação e aqui estamos, na assembleia seguinte, sem confusões com medidas de tempo, apenas focados no tempo certo e para que ele se faça na maior brevidade possível e com a confiança de quem está atento e vai assistindo às coisas acontecerem, a dar seguimento à

estratégia local de habitação como foi nosso compromisso, a dar-lhe corpo, como é exemplo a ratificação do acordo entre o município e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) que nos é proposto à votação. Um acordo onde o IHRU prevê disponibilizar um financiamento que se estima no valor máximo de € 5.119.500,00, sendo € 2.843.825,00 concedidos sob a forma de participações financeiras não reembolsáveis e € 2.275.675,00 a título de concessões financeiras com retorno. São condições vantajosas. Este é um acordo que alarga assim estrategicamente as opções habitacionais e instrumentos dos apoios sociais existentes até aqui. Não se limita apenas à reabilitação do edificado já existente e propriedade do município. Vai mais além, permitindo a construção de novos prédios ou empreendimentos habitacionais e disponibilizando empréstimos bonificados. É um programa que vai beneficiar diretamente 89 agregados, que agrupam 212 municípios, que vivem em condições que no século XXI não podem ser admissíveis. Aqui, como acontece na saúde ou na educação, o estado social é o pilar do desenvolvimento social. Neste, como em muitos processos, se tentou o alarmismo e os falsos problemas, se procurou municipalizar dificuldades. Com serenidade e após a discussão na assembleia municipal passada, não podíamos deixar de o afirmar: é nosso o esforço e acompanhamento como foi nosso o esforço de aprovação. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **António João Santos**, do PSD. =====*

===== Senhor presidente, sobre a questão do programa “1º direito”, já foi debatido, não vamos estar a gastar tempo com isso. Relativamente ao que está hoje em votação, é um documento normalizado e aquilo que me trás ao púlpito é exatamente aquilo que está no final do documento, o anexo 1. No anexo 1, temos para o ano de 2022, este ano, € 519.600,00 de investimento, dos quais € 369 mil euros são de construção, isto tem um apoio de € 253.000,00 para a execução deste programa; em 2023, temos € 1.383.000,00, dos quais são financiados € 709 mil euros e temos € 1.133.000,00 de construção. Não querendo municipalizar o problema, tal como alertei, o tempo perdido foi perdido e queria só alertar ao executivo de que para se atingir este propósito a que nos estamos a propor hoje é preciso que estejam já os projetos prontos, os concursos alinhavados. Era exatamente isso que eu queria perguntar: como é que estamos em termos destes projetos e note-se que estou apenas a falar destes dois primeiros anos, porque são aqueles que eu acho que podem estar em risco e obviamente, apesar das minhas divergências, desejo que o programa “1º direito” funcione e ajude muitos oliveirenses. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta à intervenção anterior. =====*

=====
 De forma muito cirúrgica, como acontece em tudo, as obras quando não têm os níveis de execução desejados são reprogramadas e passam para os exercícios seguintes. Acontece com os fundos comunitários, acontece com a estratégia local de habitação, ela tem é um horizonte temporal que é o fim do Plano de Recuperação e Resiliência. Portanto, estaremos a falar em 2025, quando muito junho de 2026 para concluir estes investimentos. Fizemos um relatório de patologias em relação aos edifícios que vão ser requalificados no Bairro de Lações e no que diz respeito à construção estão identificados terrenos onde vamos ter nova construção. Não é preciso ter projetos, podemos avançar com outras modalidades, nomeadamente com um projeto de concessão de construção que nos permite que a entidade que adjudica, que constrói, se quisermos aliviar prazos, tenha a responsabilidade de ser a autora do projeto também. Portanto, é isso que nós estamos a procurar trabalhar, precisamente para que tenhamos este processo o mais rapidamente possível a ser lançado ao mercado e termos, mais uma vez, a possibilidade, espero eu, de termos empreiteiros interessados em proceder a estas requalificações. Esse é que vai ser o grande problema a colocar ao país. O grande problema que se vai colocar ao país, é termos efetivamente empresas disponíveis para avançar com os 26 novos fogos que se pretende construir.

=====
 O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número dez à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada. =====

=====
Ponto onze: Procedimento de alteração simplificada do PDM - Rua Arnaldo Costeira (I/25222/2022) – Aprovação. =====

=====
 Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que:
 1. Por deliberação do órgão executivo de 24/03/2022 foi aprovado o início de procedimento de alteração simplificada da alteração do PDM nos termos e para os efeitos do art.º 123.º n.º 1 alínea a) do RJIG, para redefinição do uso do solo do terreno sito na Rua Arnaldo Costeira, 2. Foi efetuada a divulgação da proposta, por publicitação nos termos gerais, estabelecendo-se um prazo de 10 dias uteis, para apresentação de reclamações, observações ou sugestões à mesma, bem como reformulado os elementos do plano, na parte afetada; 3. Não foram apresentadas quaisquer reclamações, observações ou sugestões à proposta, até à data; 4. Foi solicitado parecer à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional - CCDRN, quanto à conformidade com as disposições legais e regulamentares vigentes e à compatibilidade ou conformidade com os programas e os planos territoriais eficazes; 5. Não obstante a CCDRN ainda não ter emitido formalmente o seu parecer, que é obrigatório, mas não vinculativo, previamente ao início do procedimento já havia se pronunciado favoravelmente, aguardando, a qualquer momento a sua pronúncia; Assim propõe-se, nos termos e para os efeitos do art.º 123.º n.º 7 do RJIG: 1. A aprovação da alteração simplificada e a redefinição do uso do solo do terreno sito na Rua Arnaldo Costeira, passando a mesma de “Espaço de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal” para “Espaço

Central I” de acordo com a proposta em anexo; 2. A remessa da presente proposta para aprovação da Assembleia Municipal.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Pedir a vossa autorização para promovermos esta alteração simplificada do PDM na Rua Arnaldo Costeira, que permite a alteração da tipologia do solo do Espaço de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal para Espaço Central I. Isto permitirá a instalação de uma loja de uma conhecida cadeia de fastfood, bem como o arranjo urbanístico de toda a envolvente. Dar nota que o parecer da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Norte é obrigatório, mas não é vinculativa. Dar-vos também nota que no PDM 2013 tínhamos um conjunto vasto de unidades operativas de planeamento e gestão e julgo que não cumprimos nenhuma, que não executamos nenhuma. Neste caso concreto, aquilo que nós estamos a procurar fazer é pedir a vossa autorização para promovermos esta desafetação do solo.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de Rui Jorge Rocha, Francisco Silva e Fernando Pais Ferreira.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Rui Jorge Rocha, do PS.* =====

===== *Muito boa noite a todos, sintam-se todos cumprimentados na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Amaro Simões. Permitam-me que teça algumas considerações acerca da alteração que nos é sugerida neste ponto 11 da nossa ordem de trabalhos, procurando para o efeito ser o mais claro e correto possível. É de conhecimento geral que o Plano Diretor Municipal, vulgo PDM, é um instrumento obrigatório de âmbito municipal, fundamental no ordenamento do território, na política urbana e na estratégia de desenvolvimento. As alterações a este documento, não sendo de conhecimento geral, são uma possibilidade e encontram-se enquadradas pelo regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial. Nesse âmbito, é-nos proposto, ao abrigo deste decreto-lei, a alteração do uso do solo de terreno, sito na Rua Arnaldo Costeira, terreno em frente à antiga fábrica Praça. O terreno em apreço encontra-se classificado, segundo o PDM em vigor, como “Espaço de Uso Especial – Cidade”, sendo para o efeito destinado à instalação de equipamentos públicos ou de utilização pública, nomeadamente, segundo o mesmo documento, para parque de estacionamento central. Tal como aconteceu em praticamente todos os espaços destinados a este uso especial preconizado no PDM em vigor, este terreno nunca foi utilizado ao longo das últimas décadas. Não havendo, portanto, qualquer tipo de intervenção significativa. As decisões têm consequências, certamente, mas as indecisões têm mais*

ainda. A alteração apresentada permitirá incutir dinâmica a um local à espera de intervenção, gerando a requalificação de toda a envolvente e a instalação de uma cadeia de restauração. Saliem-se fatores como a criação de mais postos de trabalho ou a oferta de produtos anteriormente apenas existentes em concelhos vizinhos, promovendo assim o consumo local. Esta é certamente uma decisão com uma base de reflexão constituída por elementos realistas e concretizáveis. Independentemente da utilização individual que cada um de nós dê a este tipo de espaços, que na verdade pouco interessa para a reflexão do conjunto, este género de investimentos são sinal de competitividade dos territórios e da sua atratividade. É importante que o terceiro maior concelho em população e um dos mais relevantes economicamente nesta região comece aos poucos a merecer a atenção por arte dos investidores. A criação de condições, o apoio, devidamente regradas e com toda a legalidade levam à atração de investimentos daqueles que procuram territórios confiáveis e com credibilidade. As alterações que se possam fazer em sede de PDM, como a que aqui é apresentada, e que a lei prevê, tal como mencionado anteriormente, deverão ser sempre para defesa única da dinâmica dos territórios e do impacto positivo por si produzido. Termino citando Napoleão Bonaparte “nada é mais difícil e, portanto, tão precioso do que ser capaz de decidir”. Por todo o enquadramento apresentado, esta será sem dúvida uma decisão que apoiaremos. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Francisco Silva**, do PSD.* =====

===== *Muito boa noite a todos, sintam-se cumprimentados na pessoa do Senhor Presidente Amaro Simões e da Mesa da Assembleia. Eu venho aqui fazer só uma nota, porque fui agora inteirado, somente agora, da documentação ou da intenção que esta alteração do PDM sobrepe. Na documentação que recebi enquanto deputado municipal, não tinha qualquer documentação de sustentação e venho aqui, naturalmente, pedir que a documentação que seja disponibilizada seja igualmente equitativa, porque a documentação que recebemos só tinha dois mapas, não falava de qualquer tipo de intenção, ou de interesse público, ou de outro fim, que é aquilo que nós estamos aqui para escrutinar. Espero que corra tudo pelo melhor, mas gostava de deixar esta nota, que a documentação seja verificada de forma idónea e de forma equitativa para todas as bancadas.* ==

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Fernando Pais Ferreira**, do PSD.* =====

===== *Senhor Presidente, além da falta de documentação, o senhor deputado que aqui interveio tinha muito mais conhecimento do que nós. Nós não tínhamos qualquer tipo de conhecimento. Nós até podemos concordar que em tese isto seja um bom investimento, quer dizer a alteração numa zona que era fundamentalmente agrícola para ficar zona central 1, não estamos*

contra isso. Independentemente de toda a falta de documentação, que não foi presente, basta saber que para alterar o PDM é preciso de facto uma alteração ou alterações, queremos dizer que faltamos aqui o parecer da comissão. Eu acho até que é um desrespeito institucional nós estarmos a votar agora sem termos o parecer da comissão. O senhor presidente da câmara fez a referência a dizer que já tinha havido uma pronúncia da comissão quanto à alteração disto, mas nós não temos. É evidente que esse parecer não é vinculativo, mas é um parecer e evidentemente todos nós gostaríamos de ter aqui o parecer favorável para votarmos favoravelmente. Era só isto que eu queria dizer. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado **Rui Jorge Rocha**, do PS. =====*

===== É rápido, é só para transmitir que penso que todos os deputados tiveram a mesma informação que eu, a nível de documentação e suporte. Foi a apresentação que achamos correta, segundo a informação que tínhamos em suporte informático fornecida pelos serviços e segundo os dados que nos foram dados a conhecer na reunião de Câmara que todos podem realmente ouvir. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado **Francisco Silva**, do PSD. =====*

===== Senhor Presidente, era isso mesmo o que eu queria dizer, a documentação que eu recebi não refletia em ponto algum aquilo que aqui foi falado. Era só isto o que eu queria dizer, o resto se foi discutido na Câmara Municipal, acredito que sim, está a ser votado em assembleia municipal. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====*

===== Só dizer que foi iniciado um procedimento de alteração que tinha toda a informação, toda a documentação e esse início de procedimento não vos foi enviado porque não é isso que está aqui a ser aprovado. Independentemente disso, dizer-lhe que não é nenhum desrespeito institucional pela comissão de coordenação porque este processo está a ser articulado com eles há muitos meses. Tem havido uma troca permanente de informação e como compreende sendo a entidade que é responsável pela aprovação dos Planos Diretores Municipais dos Municípios, a orientação deles para que tudo corra bem, para que toda a tramitação corra bem, é absolutamente fundamental. E, portanto, nós não avançamos para uma alteração simplificada do PDM sem termos o “chapéu” da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Norte, que

nos propôs a solução e o caminho que tínhamos que seguir para que isto chegasse a bom porto. Agora, não podemos estar à espera e o investidor também não tem que estar à espera das entropias que nós temos muitas vezes nos serviços públicos, nas organizações públicas, que demoram muito tempo a dar respostas e a dar pareceres, há várias entidades onde isso acontece. E, portanto, sendo o parecer obrigatório, mas não vinculativo, não vincula coisa rigorosamente nenhuma, mas nós sabemos qual é o desfecho do parecer, obviamente aquilo que estamos a sugerir é que seja autorizada esta alteração. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número onze à votação, tendo sido deliberado, por maioria, aprovar a proposta apresentada, com a seguinte votação: a **favor**: vinte e um (21) votos do PS, um (1) voto do CDS/PP, um (1) voto do B.E., um (1) voto do CH, um (1) voto do Senhor Presidente de Junta da Freguesia de Cesar e um (1) voto da Senhora Presidente de Junta da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca; **abstenções**: doze (12) votos do PSD. =====*

*===== **Ponto doze: Plano de Urbanização da Zona Industrial de Nogueira do Cravo/Pindelo (I/16696/2022) – Revogação.** =====*

*===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que em 13/04/2017, a Câmara Municipal aprovou o início do procedimento para a revogação dos Planos de Urbanização das Zonas Industriais de Ul/Loureiro, Nogueira do Cravo/Pindelo e Costa Má (São Roque) - (I/24677/2017); - Que a comissão incumbida de elaborar o relatório de avaliação da vigência dos referidos planos não produziu nenhuma informação no tempo preconizado; - Que no parecer do consultor jurídico e nos considerandos da proposta apresentada em 2017 são manifestados um conjunto de constrangimentos que a vigência dos referidos planos tem provocado na captação de investimento; - Que a adequação dos investimentos municipais face à tipologia de infraestruturas previstas em zonas já com um conjunto de pré-existências e em parte já consolidadas se reveste de enorme dificuldade na implementação de tais planos; - Que a revogação dos planos de urbanização aprovados ou alteração de planos de alinhamentos, não impede o Município de impor as condições previstas em sede de PDM/2013 para todo o espaço de atividades económicas; - Que fruto destes condicionalismos, foi já deliberado o início da alteração do Plano de Urbanização da Zona Industrial de Loureiro, que se encontra em curso; - Que existem diversos pedidos de edificação em espaços de atividades económicas, para os quais importa determinar com coerência e equidade os condicionalismos a impor em sede de análise dos processos urbanísticos; Propõe-se: Para a **Zona Industrial do Nordeste** - A revogação do Plano de Alinhamentos aprovado pelo I/91547/2015 e I/47299/2015 tendo em conta que para esta zona foi aprovado o projeto de execução de vias, em reunião do executivo municipal, datada de 22/07/2021, mediante I/39916/2021; Para a **Zona Industrial de Nogueira do Cravo/Pindelo**, submeter à Assembleia*

*Municipal, a revogação do Plano de Urbanização tendo em conta que para esta zona foi aprovado o projeto de execução de vias, em reunião do executivo municipal, datada de 22/07/2021, mediante I/39916/2021; Para a **Zona Industrial de Pindelo/Ossela**, a elaboração de um plano de alinhamentos, que preveja os arruamentos - Rua Dr. Pinho Rocha | Rua António Soares Pinheiro | Rua de São Martinho | Rua da Indústria | Rua Sr. Graça e possibilidade de ligação ao nó de Pinhão com a EN224; Para a **Zona Industrial de Costa Má (São Roque)**, a elaboração de uma nova proposta de rede viária e infraestruturas, em cumprimento da Portaria n.º 216-B/2008 para posterior decisão sobre revogação ou alteração do Plano de Urbanização; Para a **Zona Industrial de Quatro Caminhos (Loureiro)**, seja elaborado um plano de alinhamentos, em cumprimento da Portaria n.º 216-B/2008; Para a futura **Zona Industrial de Macieira de Sarnes**, seja elaborado um plano de alinhamentos, em cumprimento da Portaria n.º 216-B/2008.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Estamos a propor a revogação do plano de alinhamento para a zona industrial do Nordeste e a aprovar um projeto de execução de vias. Estamos a submeter também a revogação do plano de urbanização da zona industrial de Nogueira do Cravo/ Pindelo, atendendo a que para esta zona também já foi aprovado um projeto de execução de vias. Estamos a propor para a zona industrial de Pindelo/ Ossela a elaboração de um plano de alinhamentos para este conjunto de arruamentos que estão referidos nos considerandos da proposta. E para a zona industrial de Costa Má/ S. Roque, uma nova proposta de rede viária e infraestruturas, cumprindo naturalmente a Portaria 216-B/2008. Para a zona industrial de Quatro Caminhos, zona industrial conhecida da empresa Herculano, em Loureiro, a elaboração de um plano de alinhamentos. E, para a zona industrial de Macieira de Sarnes, ou futura zona industrial de Macieira de Sarnes, elaboração de um plano de alinhamentos.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de **Fernando Pais Ferreira e Gaspar de Almeida**.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Fernando Pais Ferreira**, do PSD.* =====

===== *Senhor Presidente, fazer uma primeira questão, o que é que vamos votar hoje? É só a revogação do plano de urbanização? É só isso. É que o senhor presidente, no introito falou noutras questões que constam da proposta da Câmara, mas que não vamos discutir. Quanto a esta questão, nos documentos que nos foram enviados, temos um parecer do Dr. Carlos Patrão, enviado ao senhor vice-presidente da câmara Dr. Ricardo Tavares, de 2017, que no fundo é um*

parecer que diz de que maneira podem ser alterados os planos territoriais, nomeadamente no art.º 127º do RJIGT. E diz que “os planos territoriais podem ser objeto de revogação sempre que a avaliação da evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais assim o determine.” Depois temos uma proposta para reunião de câmara, também do vereador Ricardo Tavares, que aprova o início do procedimento de revogação e elege uma equipa composta por pessoas que não estão aqui presentes e que eu me abstenho de dizer. Nós não temos aqui, não sei se esta comissão fez o seu trabalho, se não fez. Não foi feito rigorosamente nada. Então, o que se pretende aqui é revogar o plano de urbanização. Creio que esta proposta assenta numa deliberação da câmara municipal, que foi tomada em violação do plano existente. Nós temos um plano de execução de obras diferente do que tínhamos para este plano de urbanização. Nós entendemos que o procedimento deveria ser ao contrário. Primeiro revogava-se este plano de urbanização e depois aprovava-se o novo processo de execução de obras. Era assim que devia ser feito. Este não é o procedimento que nós queríamos, primeiro revogávamos, independentemente das questões que estão na base, porque nós sabemos que estas questões do PDM são sempre dinâmicas, evolutivas, etc.,. Evidentemente que nós reconhecemos que é uma necessidade implícita de fazer isto, não temos dúvidas nenhuma quanto a isso, mas nós queremos que a câmara municipal tenha bons procedimentos e nós todos que vamos votar para que votemos em consciência e de acordo com a legalidade. Há outra coisa que falta aqui, que é a fundamentação relativamente a esta alteração. Nós estamos a alterar um plano de urbanização e não temos aqui nenhuma fundamentação. Senhor presidente, quando vier aqui alguma alteração ao plano de urbanização, peça à câmara para juntar toda a documentação referente a esse pedido de alteração. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao senhor Gaspar de Almeida, Presidente de Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo. =====

===== Cumprimento o Sr. Presidente da Assembleia, e na sua pessoa, cumprimento rodos os presentes. Para a União das Freguesias de Nogueira de Cravo e Pindelo a aprovação deste ponto é absolutamente fundamental. É muito importante para aquele ponto do território. Sei que é um problema com muitos anos que nunca foi resolvido. Sei que as empresas se foram instalando, sem nunca se criarem as devidas infraestruturas e há anos e anos que aquela necessidade é bem visível. A cada dia que passa são imensas as manifestações de desagrado por parte dos industriais que lá investiram o seu dinheiro, assim como de todos os transeuntes que por lá passam, quer de carro, quer a pé. A situação está a ficar muito difícil! Ainda na Assembleia de Freguesia que decorreu esta semana, na minha união de freguesias, vários cidadãos manifestaram as suas preocupações, deixaram críticas e expuseram as dificuldades que sentem com a degradação em que se encontra o piso desta Zona Industrial. Sinceramente, compreendo muito bem as pessoas,

percebo o que elas sentem, e percebo também o desânimo de quem sente que, durante dezenas de anos, não houve por parte do município a mínima preocupação para resolver os problemas. Sei que o Sr. Presidente também o compreende. É por isso que a discussão deste projeto é muito importante para a nossa união de freguesias. Peço a todos, os que possam votar e aprovar, para que muito rapidamente possamos ver obras a acontecer e deixarmos de ter esta preocupação. Teremos outras, porque as necessidades são muitas, mas vamos resolvendo uma a uma. Obrigado.

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para dar resposta à intervenção anterior. =====

===== As dúvidas que pairaram, não sei se fazem sentido. Eu não vou discutir questões jurídicas com o sr. deputado, mas obviamente que revogarmos um plano de urbanização sem termos aprovado um projeto de execução, deixaria a zona industrial sem nenhum instrumento de regulamentação. Portanto, não faz sentido nenhum fazê-lo por essa ordem que sugere. O processo normal é este, até porque nós não conseguimos aprovar em simultâneo duas coisas que são decididas por órgãos distintos. A aprovação do projeto de execução é da responsabilidade da Câmara Municipal, a aprovação da revogação do plano de urbanização é da responsabilidade da Assembleia Municipal. Portanto, o instrumento que existir e o instrumento que existe neste momento é um projeto de execução aprovado e, portanto, estamos em condições de proceder à revogação do plano de urbanização da zona industrial Nogueira do Cravo/ Pindelo. Neste ponto, quem tem toda a razão é o Sr. Presidente da União de Freguesias Nogueira do Cravo/ Pindelo, porque efetivamente aquela zona industrial, reconheço sem qualquer problema, é uma zona industrial que não tem o mínimo de condições para os empresários, para os trabalhadores, para os fornecedores e também para todas as pessoas que diariamente utilizam aquela via como via de atravessamento. A nossa preocupação neste momento é esta, é a de criar condições para rapidamente podermos lançar não só esta obra a concurso, mas também a Zona Industrial do Nordeste, porque obviamente existem um conjunto de pré-existências que impedem completamente de nós aplicarmos aquilo que estava previsto no plano de urbanização. Eu lembro a polémica que gerou a instalação de uma empresa que cumpriu os alinhamentos que foram dados no plano de urbanização. Nós andamos constantemente ao contrário das coisas, nós primeiro deixamos que as fábricas apareçam em qualquer sítio, a aglomeração das fábricas dá origem a uma zona industrial e depois nós enfiámos um plano de urbanização nas pré-existências que já existem. É ao contrário, o plano de urbanização existe precisamente para disciplinarmos a forma como queremos que as zonas industriais apareçam e foi isso que aconteceu na área de acolhimento empresarial de UI/ Loureiro, e bem. Portanto, não faz sentido mantermos este plano de urbanização, até porque aquilo que está previsto executar é algo que muito dificilmente acontecerá e a acontecer acontecerá num tempo que não é o tempo que os empresários e os investidores querem que aconteça. Portanto, senhor presidente da junta, peço desculpa pelo

atraso da resolução deste problema, mas depois deste passo fica o compromisso de lançarmos nos próximos meses esta obra a concurso, que vai ser lançada em conjunto com a zona industrial do Nordeste, Cesar/Carregosa/Fajões. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número doze à votação, tendo sido deliberado, por maioria, aprovar a proposta de revogação do Plano de Urbanização para a Zona Industrial de Nogueira do Cravo/Pindelo, com a seguinte votação: a **favor**: vinte e um (21) votos do PS, três (3) votos do PSD (Presidente de Junta da Freguesia de Loureiro, Presidente de Junta da Freguesia de Ossela e Secretário da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes - em substituição da Presidente de Junta de Freguesia), um (1) voto do CDS/PP, um (1) voto do CH, um (1) voto do Senhor Presidente de Junta da Freguesia de Cesar e um (1) voto da Senhora Presidente de Junta da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca; **abstenções**: nove (9) votos do PSD e um (1) voto do B.E.. =====*

*===== **Ponto treze: Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro da Cidade de Oliveira de Azeméis (ARU) e da respetiva Operação de Reabilitação Urbana (ORU), consubstanciada no Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (I/20234/2022) – Aprovação.** =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - No Diário da República, 2.ª série, N.º 62, de 28 de março de 2019 foi publicado o Aviso N.º 5549/2019, referente à aprovação em Assembleia Municipal da segunda alteração da Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro da Cidade de Oliveira de Azeméis; - Em consequência da alteração da Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro da Cidade de Oliveira de Azeméis, tornou-se necessário aprovar a respetiva Operação de Reabilitação Urbana, em conformidade com o disposto no n.º 4 do art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, que aprovou o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, o qual estabelece que “A cada área de reabilitação urbana corresponde uma operação de reabilitação urbana”; - O disposto no art.º 15.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, nos termos do qual “No caso da aprovação da delimitação de uma área de reabilitação urbana não ter lugar em simultâneo com a aprovação da operação de reabilitação urbana a desenvolver nessa área, aquela delimitação caduca se, no prazo de três anos, não for aprovada a correspondente operação de reabilitação”; - Por deliberação tomada em reunião pública realizada a 27 de janeiro de 2022, a Câmara Municipal aprovou e submeteu a discussão pública o projeto de “Programa Estratégico de Reabilitação Urbana do Centro da Cidade de Oliveira de Azeméis”, que concretiza a respetiva Operação de Reabilitação Urbana, da Área de Reabilitação Urbana do Centro da Cidade; - O período de discussão pública do projeto de PERU terminou a 17 de março de 2022, sucedendo, a 28 de março de 2022, a caducidade da ARU do Centro da Cidade; - Já decorreu o período de discussão pública do PERU, que concretiza a ORU, não estando sujeita a discussão pública a Delimitação de uma

ARU; - O Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) emitiu parecer favorável ao projeto de PERU para a execução da ORU sistemática a realizar na ARU do Centro da Cidade de Oliveira de Azeméis; Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do disposto no n.º 4 do art.º 17.º e do n.º 2 do art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro; - Apreciar e aprovar o Relatório de Ponderação dos Resultados da Discussão Pública do “Programa Estratégico de Reabilitação Urbana do Centro da Cidade de Oliveira de Azeméis”, para a execução da Operação de Reabilitação Urbana sistemática, a realizar na ARU do Centro da Cidade de Oliveira de Azeméis; - Proceder à divulgação, através da comunicação social, da plataforma colaborativa de gestão territorial, respetivo sítio da internet do Município e da afixação de Aviso nos lugares de estilo, dos resultados da discussão pública, nos termos do n.º 6 do art.º 89.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, por remissão, do n.º 4 do art.º 17.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana; - Remeter, a proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro da Cidade de Oliveira de Azeméis (ARU) e da respetiva Operação de Reabilitação Urbana (ORU), sistemática, concretizada no Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU), à Assembleia Municipal, para aprovação, em simultâneo, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro; (documentos que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas): a) Relatório de Ponderação dos Resultados da Discussão Pública do PERU; b) Delimitação da ARU do Centro da Cidade de Oliveira de Azeméis; c) Planta da ARU do Centro da Cidade; d) PERU, para a execução da ORU, sistemática, a realizar na ARU do Centro da Cidade de Oliveira de Azeméis.” =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== Em 2019, nós aprovamos uma nova delimitação da área de reabilitação urbana de Oliveira de Azeméis e se não for aprovada a operação de reabilitação urbana associada, no prazo de três anos, a ARU caduca. Em 27 de janeiro de 2022, aprovamos submeter a discussão pública o nosso PERU, que terminou em 17 de março de 2022. Esse programa estratégico, que inclui a operação de reabilitação urbana, foi aprovado pelo IRU. Assim, estamos em condições de apreciar o relatório de ponderação dos resultados da discussão do PERU de Oliveira de Azeméis e aprovar em simultâneo a delimitação da ARU e da respetiva ORU. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de António João Santos. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **António João Santos**, do PSD. =====*

===== *Senhor Presidente, efetivamente o documento cumpre todos os requisitos formais e espelha aquilo que são as propostas políticas que foram sufragadas pela população, não temos nada a obstar. Não poderia deixar de aproveitar esta oportunidade para desafiar o executivo para a elaboração de um plano de pormenor para a zona histórica da nossa cidade, como defesa do património arquitetónico e histórico. Ainda seria melhor se fosse um plano de pormenor de reabilitação urbana, mais um instrumento de gestão urbanística que achamos que faz sentido e temos que começar a tratar disso.*=====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número treze à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.*=====

=====**Ponto catorze: Proposta de desafetação de parte da Rua Duarte Alves da Costa, da Freguesia de S. Roque (I/25205/2022); - Aprovação.**=====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que houve lapso dos serviços na georreferenciação da Rua Duarte Alves da Costa da Freguesia de S. Roque, que deveria ter terminado no cul-de-sac, propõe-se a desafetação da parte da rua que ultrapassa o asfalto. Anexa-se ainda a ata do Grupo de Trabalho dos caminhos públicos/privados do Município de Oliveira de Azeméis realizada no passado dia 7 de Abril de 2022 (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas).*=====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.*=====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número catorze à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.*=====

=====**Ponto quinze: Renovação do Protocolo para a Igualdade e Não Discriminação (Nova Geração) celebrado com a CIG (I/24649/2022) - Autorização/ Ratificação.**=====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A assinatura do Protocolo de Cooperação entre a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e o Município de Oliveira de Azeméis, a 4 de junho de 2019; - O previsto na Cláusula Décima do articulado do mesmo quanto à sua vigência, que refere que o Protocolo tem a duração de três anos, podendo ser renovado por períodos iguais, mediante confirmação expressa das partes, manifestada por escrito; - Que recebemos da CIG o pedido dessa confirmação e que, em caso afirmativo, devolvêssemos assinado um protocolo remetido na mesma comunicação pela CIG, versão essa em que foram retiradas as datas dos planos cessantes na introdução (2018/2021) e alterada a cláusula décima (relativa à duração e condições de renovação), passando o*

Protocolo a ter uma duração de 4 anos e a ser automaticamente renovado por iguais e sucessivos períodos, salvo se alguma parte das partes outorgantes não pretender renová-lo, devendo, para o efeito, manifestar essa vontade, através de carta registada com aviso de receção; - Atento o inegável interesse do Município em manter este Protocolo - que se mostra fundamental para a atuação que vem desenvolvendo nesta área e que a própria lei determina, nomeadamente “Assegurar a integração da perspetiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais para a igualdade” (alínea q) do n.º 1 do art. 33º do Anexo I da lei n.º 75/2013, de 18 de setembro - e dado que as alterações então propostas e aqui apresentadas não modificam a essência do mesmo, focando-se meramente nos aspetos relativos ao tempo de duração e forma de renovação, como já anteriormente descrito, Proponho: A ratificação da Renovação do Protocolo para a Igualdade e Não Discriminação (Nova Geração) celebrado com a CIG, (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), e a sua remessa à Assembleia Municipal para a devida aprovação/ratificação.” =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de Diana Semblano. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à deputada **Diana Semblano**, do PSD. =====*

===== Boa tarde a todos e a todas. Sintam-se todos cumprimentados na pessoa do Presidente da Assembleia Municipal. No âmbito do Protocolo de Cooperação entre a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e o Município de Oliveira de Azeméis foi criado em 2014 o primeiro Plano Municipal para a Igualdade e Responsabilidade Social com o objetivo de combater as desigualdades sociais e abrir caminhos para uma efetiva integração da perspetiva de género e Responsabilidade Social em todos os domínios de ação do Município. O segundo plano (2017-2019) veio dar continuidade ao trabalho já iniciado, com o empenho, envolvimento dos/as trabalhadores e trabalhadoras do Município e mobilização das organizações na sua concretização, tendo-se materializado com a atribuição do Prémio Viver em Igualdade nos anos de 2016-2017; 2018-2019 e a menção honrosa em 2020-2021. Aguardamos com expectativa a apresentação do terceiro plano municipal para a Igualdade, a Não Discriminação e a Responsabilidade Social de Oliveira de Azeméis que está a ser elaborado com a colaboração da Faculdade de Psicologia da Universidade do Porto e que tem contado com a participação das entidades parceiras no seu desenvolvimento, pois sabemos que ainda há muito trabalho para fazer na construção do caminho pela igualdade. Por fim e para que se verifique o cumprimento das obrigações do Município que se encontram expressas no protocolo de cooperação é fundamental analisar as medidas de política local em função do seu impacto de género, designadamente a nível orçamental, um desafio que poderá impulsionar novas estratégias em matéria de Igualdade no Município de Oliveira de Azeméis. =====

=====
 O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, para dar resposta à intervenção anterior. =====

=====
 Boa noite a todos e a todas. Este protocolo passa a ser renovável. Está a ser definido e depois será apresentado. =====

=====
 O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número quinze à votação, tendo sido deliberado, por maioria, aprovar a proposta apresentada, com a seguinte votação: a **favor**: vinte e um (21) votos do PS, doze (12) votos do PSD, um (1) voto do CDS/PP, um (1) voto do BE, um (1) voto do Senhor Presidente de Junta da Freguesia de Cesar e um (1) voto da Senhora Presidente de Junta da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca; **abstenções**: um (1) voto do CH.=====

=====
Ponto dezasseis: Designação de representantes da Assembleia Municipal - Equipa para a Igualdade na Vida Local (EIVL) (I/24659/2022). =====

=====
 Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: A EIVL foi constituída por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de 13 de maio de 2020, dando cumprimento à Cláusula Quinta do Protocolo de Cooperação entre a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e o Município de Oliveira de Azeméis, assinado a 4 de junho de 2019 e recentemente renovado. No ponto 3 da referida cláusula, poderá integrar a Equipa até ao máximo de 4 pessoas a indicar pela Assembleia Municipal ao Presidente da Câmara Municipal, tendo sido então designados/as para a constituição da equipa os/as seguintes representantes: Maria Helena da Silva Moreira - Representante dos/as Presidentes de Juntas de Freguesia. Bruno Miguel da Silva Costa - Deputado da Assembleia Municipal. Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves - Deputada da Assembleia Municipal. As alterações ao nível da sua composição, ocorridas por força do ato eleitoral de 26 de setembro de 2021, impõem uma nova indicação de representantes da Assembleia Municipal. Proponho: - Remessa da presente informação à Assembleia Municipal para indicação de até 4 representantes daquele órgão para integrar a Equipa para a Igualdade na Vida Local, solicitando que pelo menos 1 dos indicados o seja na qualidade de Representante dos/as Presidentes de Juntas de Freguesia e pelo menos 1 seja na qualidade de Deputado/a Municipal.” =====

=====
 O Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou a lista única, designada pela letra A: representante das juntas de freguesia – Óscar Teixeira; representante do PSD – Rita Costa; representante do PS – Daniela Silva. =====

===== *Colocada à votação, por escrutínio secreto, foi deliberado por maioria, com vinte e nove (29) votos a favor, oito (8) votos nulos e um (1) voto em branco, designar os senhores Óscar Teixeira – representante das juntas de freguesia; Rita Costa – representante do PSD e Daniela Silva – representante do PS, para integrar a Equipa para a Igualdade na Vida Local. ==*

=====**Ponto dezassete: Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal de Oliveira de Azeméis (I/19020/2022) - Eleição de um autarca de Freguesia / União de Freguesia.**

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em consideração: - O Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto, com as alterações conferidas pelo Decreto-Lei n.º 02/2011, de 06 de janeiro, que estabelece o regime jurídico da conservação, fomento e exploração dos recursos cinegéticos, com vista à sua gestão sustentável, bem como os princípios reguladores da atividade cinegética; - A participação da sociedade civil na política cinegética efetiva-se no Conselho Nacional da Caça e da Conservação da Fauna e nos Conselhos Cinegéticos e da Conservação da Fauna (artigo 152º do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto, com as alterações conferidas pelo Decreto-Lei n.º 02/2011, de 06 de janeiro); - Os Conselhos Cinegéticos e da Conservação da Fauna, abreviadamente designados por Conselhos Cinegéticos Municipais, são órgãos consultivos que se constituem a nível municipal, sendo presididos pelo Presidente da Câmara Municipal (artigos 156.º e 157º do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto, com as alterações conferidas pelo Decreto-Lei n.º 02/2011, de 06 de janeiro); - São competências deste Conselho (Artigo 158.º do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto, com as alterações conferidas pelo Decreto-Lei n.º 02/2011, de 06 de janeiro): a) Propor à administração as medidas que considerem úteis à gestão e exploração dos recursos cinegéticos; b) Propiciar que o fomento cinegético e o exercício da caça, bem como a conservação da fauna, contribuam para o desenvolvimento local, nomeadamente para a melhoria da qualidade de vida das populações rurais; c) Apoiar a administração na fiscalização das normas legais sobre a caça e na definição de medidas tendentes a evitar danos causados pela caça à agricultura; d) Emitir parecer, no prazo de 15 dias, sobre a concessão de Zonas de Caça Associativa (ZCA) e Zonas de Caça Turística (ZCT), a criação e transferência de Zonas de Caça Nacionais (ZCN) e Zonas de Caça Municipais (ZCM), bem como sobre a anexação de prédios rústicos a zonas de caça e, ainda, sobre a transferência de gestão de terrenos cinegéticos não ordenados e suas renovações, findo o qual pode o procedimento prosseguir e vir a ser decidido sem o parecer; e) Emitir parecer sobre as prioridades e limitações dos diversos tipos de zona de caça; f) Facilitar e estimular a cooperação entre os organismos cujas ações interfiram com o ordenamento dos recursos cinegéticos. - Os Conselhos Cinegéticos Municipais são constituídos pelos seguintes vogais (artigo 157º, do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto, com as alterações conferidas pelo Decreto-Lei n.º 2/2011, de 6 de janeiro): a) Três representantes dos caçadores do concelho; b) Dois representantes dos agricultores do concelho; c) Um representante das Zonas de Caça Turísticas (ZCT) do concelho (não aplicável ao concelho de Oliveira de Azeméis*

- no concelho não existem Zonas de Caça Turística, somente Zonas de Caça Municipais e Zona de Caça Associativa); d) Um representante das associações de defesa do ambiente existentes no concelho; e) Um autarca de freguesia a eleger em assembleia municipal; f) Um representante da Autoridade Florestal Nacional sem direito a voto; g) Um representante do ICN, no caso de a área do município abranger áreas classificadas, sem direito a voto (não aplicável ao concelho de Oliveira de Azeméis - não existem áreas classificadas); - Conforme previsto no artigo 156º e 157º, do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto, com as alterações conferidas pelo Decreto-Lei n.º 2/2011, de 6 de janeiro, e pelo Despacho I/71257/2017, como representante do Município no Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal de Oliveira de Azeméis, foi designado o Sr. Vereador Rogério Miguel Marques Ribeiro; - A informação interna da Núcleo de Competências de Gestão do Espaço Florestal, I/18559/2022; Proponho: - Seja constituído o Conselho Cinegético Municipal de Oliveira de Azeméis; - Se remeta à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.”=====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou a lista única, designada pela letra A: representante das juntas de freguesia – Vítor Andrade. =====

===== Colocada à votação, por escrutínio secreto, foi deliberado por maioria, com vinte e nove (29) votos a favor, oito (8) votos nulos e um (1) voto em branco, designar o senhor Vítor Andrade como representante dos Presidentes de Junta no Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal de Oliveira de Azeméis. =====

===== **Ponto dezoito: Pedido de Reconhecimento Público Municipal do Projeto de investimento na modernização industrial e na melhoria das acessibilidades por parte da empresa INDULAC - Indústrias Lácteas, S.A. (I/24065/2022) – Aprovação.** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O pedido de reconhecimento público municipal do projeto de investimento na modernização industrial e na melhoria das acessibilidades à empresa, na freguesia de Ossela, por parte da empresa INDULAC - Indústrias Lácteas S.A., com vista à formalização de um pedido de classificação de solo junto da RAN (E/9610/2022); - A memória descritiva fundamentada do especial interesse social e económico do projeto de investimento apresentada pela empresa; - O parecer técnico registado sob o I/24062/2022 que enquadra e fundamenta o pedido de reconhecimento (Documento incluído em processo PI/3498/2014); Considerando, ainda: - Que, no âmbito das suas atribuições, compete à Câmara Municipal, no que respeita ao planeamento e desenvolvimento económico, promover e apoiar projetos de investimento com impacto positivo no e para o Município, reconhecendo-os, por isso, como Projetos de Interesse Municipal. Propõe-se: - Que seja aprovado pelo executivo municipal remeter à Assembleia Municipal para deliberação, o pedido de reconhecimento do

interesse público municipal do municipal do projeto de investimento na modernização industrial e na melhoria das acessibilidades à empresa, na freguesia de Ossela, por parte da empresa INDULAC - Indústrias Lácteas S.A.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *A empresa tem um projeto de ampliação que abrange uma Reserva Agrícola Nacional e para a instrução do processo de reconhecimento público é necessária esta declaração de interesse municipal, porque só assim conseguem a desafetação do solo.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número dezoito à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto dezanove: Moção de Recomendação Apresentada pelo Bloco de Esquerda “Tarifários do serviço de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais”;** =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Alcino Martins**, do BE, para prestar esclarecimentos relativamente a este ponto.* =====

===== *Boa noite, cumprimento todos os presentes nesta assembleia municipal na pessoa do Senhor Presidente Amaro Simões. Esta proposta de recomendação, pretende reverter uma penalização aos Oliveirenses que foi os aumentos tarifários em 2020, decidida pelo atual Presidente da Câmara, que, apesar de ter um saldo de gerência de 14 milhões de euros e uma dívida Municipal inferior as receitas em impostos diretos, decidiu aumentar em 9,4% os tarifários, depois de ter sido o único Executivo da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria que decidiu transferir para os consumidores, o brutal aumento dos tarifários do saneamento, que na soma dos dois primeiros escalões a média foi superior a 70%. Um aumento de 9,4 % nos tarifários, para pagar à Indaqua o investimento de 4,3 milhões de euros, para aumentar as redes de água e saneamento, e o resultado desse aumento vai obrigar os Consumidores Oliveirenses a pagar à Indaqua que agradece, provavelmente mais de 10 milhões de euros até 2044, fim do Contrato de Concessão, porque o Executivo não quis assumir o investimento, apesar de a Câmara Municipal ter capacidade financeira. Somos o 12º Concelho que mais paga em água e saneamento no País, apesar da suspensão dos tarifários do saneamento! Esses aumentos dos tarifários, sem qualquer justificação e de forma insensível, têm prejudicado gravemente as famílias Oliveirenses mais*

debilitadas com mais dificuldades económicas e sociais, o que envergonha todos os verdadeiros Socialistas, porque é totalmente contra a sua matriz de proteção social. Tenho dito. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de José Lourenço, António João Santos e João Rebelo Martins. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **José Lourenço**, do PS. =====*

===== Cumprimento novamente todos os presentes. Há assuntos sérios com os quais não fazemos política, não tratamos com facilitismos, não vacilamos sobre as nossas posições, não escondemos a realidade e, o mais importante, não tratamos com simplismos o que é bem complexo. Aliás, sobre esta matéria, a primeira e última vez que foi tratado com simplificação, foi de tal forma simplificado que acabou reduzido a uma única palavra: ...concessão. Gostando-se ou não, é esta a nossa realidade. Senão vejamos: 1. Em 2013 o executivo do PSD aprovou uma concessão de redes de água e saneamento. 2. Em 2013 a cobertura de redes de água era de 72%, as redes de saneamento de 42%, a rede de saneamento tratada cerca de 22,5%. 3. A concessão não implicava aumento de redes, apenas o diferencial entre a rede de saneamento e a rede tratada, mas previa aumentos substanciais dos tarifários. 4. Em 2017, esse diferencial nem tinha sido diminuído, mas os aumentos de preços já começavam a ser aplicados. 5. O Partido Socialista, na Assembleia de 2013, disse, conforme registo público da ata e cito: “O que nos propomos [...] aprovar é mais do que um erro grosseiro de gestão para Oliveira de Azeméis e para os oliveirenses, que não resolve praticamente nada e que, à semelhança do que comprovamos noutros concelhos pelo país fora, poderá significar um negócio, e [dizemos] sem qualquer problema, absolutamente ruinoso. Ninguém poderá alegar, em algum momento, que não sabia o que se estava a aprovar, que não votou em consciência e que não foi esta a sua opção.” Fim de citação. 6. Hoje ninguém tem dúvidas que foi ruinoso, que não trouxe rigorosamente nada de bom, que condicionou profundamente as nossas opções e a nossa capacidade de ação. 7. Ignorar esta condicionante, ignorar que as nossas opções estão profundamente limitadas, é tão simplista e errado como ter aprovado em 2013 aquela concessão. É, sem medo das palavras, como não o tivemos em 2013, desonesto. 8. Em 2017, nem rede de água e saneamento, nem fundos para a construir, nem investimentos da concessionária realizados. Em 2017, os mesmos 72% de rede água, os mesmos 42% de rede de saneamento, os mesmos 22,5% de rede tratada. Em 2017, a progressão dos aumentos sobre os custos do serviço a fazer-se sentir, tal como desde sempre previsto na concessão. 9. Dissemos sempre a verdade sobre o custo da concessão, da insuficiência de redes, do tempo que seria necessário para o resolver o problema, sem promessas tontas de fazer em 4 anos o que nem em 8 seria possível. 10. Em 2017 fizemos o que tínhamos a fazer: esforço de investimento. 11. Garantimos a ETAR de UL. Promovemos o aumento de rede em São

Roque, Nogueira do Cravo, Oliveira de Azeméis, Macieira de Sarnes ou Travanca. Fizemos chegar a água da rede pública a São Martinho da Gândara 12. Estão lançados já os procedimentos para a infraestruturização da rede em Macinhata da Seixa, Madail, Pinheiro da Bemposta, Ossela e Fajões 13. Este esforço significará um território coberto com 86,9% de cobertura da rede de água e 64,6% de cobertura de rede de saneamento. 14. Neste período de tempo, sem promessas de tudo, conseguimos fazer em seis anos mais do dobro dos últimos 40. 15. Neste período de tempo, reduzimos a taxa interna de retorno do concessionário, diminuindo a sua margem, em cerca de 4 milhões de euros. 16. Neste período lidamos com a decisão do anterior executivo referente ao tratamento do saneamento que, uma vez mais, significaria uma péssima decisão para Oliveira de Azeméis nos termos em que estava decidido. 17. E outros erros sérios que agravaram ainda mais a concessão e, a título de exemplo, refiro apenas o que aconteceu com a Lactogal e com o incumprimento do município. 18. Em 2020 fizemos um aditamento ao contrato de concessão, que assumimos com toda a seriedade, resolvendo problemas sérios dos primeiros anos e, pela primeira vez, permitindo alargar a rede existente. 19. Em 2020, perante o impacto pandémico, suspendemos parte do aumento do tarifário que resultou desse aditamento, que aliás ainda se mantém. 20. Sabemos muito bem o que significa tudo isto para o aumento da atratividade do território, da competitividade económica e da melhoria das condições de vida. 21. Sabemos muito bem da complexidade deste enorme problema. 22. Sabemos muito bem do esforço que ainda nos falta fazer. 23. Não nos peçam nunca para politizarmos este processo, para o tratarmos pela rama, para tomarmos decisões sem perceber o seu impacto. 24. Continuaremos a fazer as duas coisas que importam: investir para aumentar a rede e tomar as decisões que sejam, em consciência, as melhores para os oliveirenses, para todos - os que têm rede há anos, os que têm desde 2017 e aqueles que ainda não a tem. 25. Continuaremos como sempre... Sem simplismos.

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== Fazer algumas considerações sobre esta moção que aqui é apresentada. Basicamente, começar por referir ao sr. deputado Alcino Martins que a sua recomendação começa mal quando diz que os oliveirenses estão a ser iludidos. Esse é um tipo de linguagem que eu repudio. Era uma linguagem que era utilizada no passado, mas felizmente foi erradicada do discurso político atual e isso foi um salto qualitativo muito importante. O senhor tem a demonstração clara que os oliveirenses não se deixam iludir, basta olhar para aquilo que são os resultados eleitorais, quer a nível nacional, quer a nível local. Senhor deputado, todos nós queremos baixar impostos aos oliveirenses, o senhor não tem esse exclusivo, nós queremos conceder isenções, todos nós queremos reduzir taxas e tarifas, mas devemos fazê-lo de forma séria e responsável. Essa é que é a dificuldade. Porquê? Porque temos que evitar com a nossa prática comportamentos que sejam ambientalmente reprováveis por um lado, nomeadamente ao nível dos

desperdícios da água, que é um bem escasso, mas por outro lado não devemos colocar em risco as contas públicas e muito menos hipotecar o futuro das gerações vindouras. Portanto, conforme já foi dito, assuntos sérios não devem ser tratados com ligeireza e exigem naturalmente rigor intelectual que é fundamental para este processo. O senhor deputado está cá legitimamente há meio ano e apresentou duas propostas que traduzem encargos para o orçamento municipal de cerca de € 400mil euros/ ano. Já agora, aproveito e peço desculpa ao senhor deputado António João que perguntou-me quanto é que representava para o orçamento municipal a suspensão do aumento do saneamento, são € 270 mil euros/ano. Peço desculpa, esqueci-me de lhe dizer. Dizia eu que o senhor deputado fez um ensaio numa outra assembleia onde propôs a atribuição de mais sessenta bolsas e eu fiquei com dúvidas, porque tinha sido o número de alunos carenciados que não tinham sido contemplados, mas fiquei com dúvida se fossem seiscentos se não proponha exatamente a mesma coisa. Portanto, o que eu quero dizer com isto é que é muito importante que se comecem a trazer soluções para esta assembleia municipal para gerar receitas para financiar a despesa que vai sendo proposta ou então que se diga de forma clara aos oliveirenses aquilo que se deixa de fazer para acomodar a despesa que nós estamos a falar. Não basta dizer que teve lucros de não sei quantos, porque aqui já lhe foi explicado de forma muito simples onde é que se vai investir todo esse dinheiro e se quiser resumir basta as dificuldades que nós temos para suprir as deficientes taxas de cobertura de rede de água e saneamento para perceber que todos os recursos financeiros que temos e os que vamos gerar, espero eu, nos próximos anos, são insuficientes para resolver o problema. Fazendo algum enquadramento histórico, nós efetivamente em 2017 herdamos uma taxa de cobertura da rede de saneamento tratada de 22,5% e uma taxa de cobertura da rede de água de 72%, o que quer dizer que 1 em cada 5 oliveirenses não tem saneamento e que 3 em cada 5 tem água. Portanto, dizer que isto colocava Oliveira de Azeméis nos piores lugares em termos nacionais. Portanto, desde a primeira hora que este executivo, recorro mais uma vez aquilo que aqui já foi dito, que votou contra esta concessão, elegeu este problema como o rei dos problemas e, portanto, procurou desde a primeira hora exigir o cumprimento integral do plano de pagamentos que tinha sido suspenso por recomendações do executivo anterior e, portanto, trabalhamos no sentido de tentar procurar encontrar soluções para expandir a taxa de cobertura da rede de água e saneamento para taxas adequadas à dimensão e à importância deste concelho. Felizmente o plano de investimentos está cumprido, integralmente cumprido e a alternativa que o senhor deputado Alcino Martins diz não existir afinal existe, porque graças à estratégia que está a ser seguida, o concelho vai ter em apenas seis anos uma taxa de saneamento tratado de 65%, que na prática significa triplicar a taxa de saneamento tratado que tínhamos no nosso concelho. E, naturalmente, senhor deputado, o esforço financeiro que é necessário para fazer isto terá que ser repartido por todos: pela concessionária, que viu reduzida em mais de € 4 milhões de euros a sua rentabilidade; pelo Município de Oliveira de Azeméis, que está a fazer um investimento enorme em várias frentes, não é apenas na rede baixa, estamos a ser confrontados com enorme desafio ao nível do investimento que vamos ter que fazer

na rede de alta; e tem que ser, naturalmente, investido e suportado pelos consumidores já que são as recomendações do ERSAR, que dizem precisamente que as taxas a aplicar devem prever a cobertura integral dos custos que temos com a operação. Dizer-lhe também que aquilo que refere na sua recomendação e inclui na sua intervenção um conjunto de afirmações, algumas delas pouco rigorosas e outras são mesmo falsas, são inverdades. É falso que a câmara não tenha procurado que a alteração das taxas de financiamento da concessionária, que só aproveita os bancos, não aproveita rigorosamente mais ninguém, quem beneficia com as taxas são os bancos, não é rigorosamente mais ninguém. É evidente que procuramos que ela revertesse para os municípios sob a forma de redução de tarifário, mas isso foi liminarmente recusado pela ERSAR. Dizer também que é falso que tenha sido a ERSAR a travar qualquer benefício indevido à concessionária com a proposta de antecipação das rendas, pois essa proposta visava somente que o plano de investimentos de € 10 milhões de euros e não apenas de € 4 milhões de euros como veio a acontecer e nesse caso a proposta de alteração tarifária era necessariamente atualizada tendo por base o modelo financeiro da concessão. Dar esta nota aos senhores deputados, que é muito importante, e depois vamos ver o custo dos tarifários em Oliveira de Azeméis comparado com os concelhos nossos vizinhos. Nós temos uma taxa de acessibilidade económica, se quiserem, para as duas redes com a suspensão do aumento do saneamento de 0,94 e essa taxa de acessibilidade económica é algo que nos permite medir o peso do encargo anual com esses serviços que, face ao rendimento médio acessível dos agregados residentes no concelho de Oliveira de Azeméis, essa acessibilidade económica é de 0,94, é classificada no relatório da ERSAR como boa. Supondo que o aumento do saneamento deixa de estar suspenso efetiva se passa a fazer parte das contas a pagar mensalmente pelos oliveirenses, a taxa de acessibilidade económica passa para 1 e continua a ser classificada pelo ERSAR como boa. Dar também nota que a recuperação dos custos dos serviços prestados através da tarifa, é seguramente a forma mais correta de gestão e proteção dos recursos hídricos, que traduz um princípio básico que está consignado na lei, o princípio do utilizador pagador. Para além que, conforme eu já disse há pouco, incentiva comportamentos ambientalmente mais responsáveis e, por outro lado, facilmente outros compreendem que sob o ponto de vista intergeracional é a solução mais adequada, porque não transfere para o futuro a dívida que é criada pela exploração dos serviços no presente, aliás como sugere o BE. O BE sugere que nós transfiramos para o futuro a responsabilidade dos encargos que temos obrigação de assumir no presente. A proposta que faz de subsidiação à exploração, através do orçamento municipal, está prevista na lei que só deve ser utilizada em situações excecionais, aliás é proibido por lei fazer financiamento de tarifa. Portanto, a subsidiação só deve acontecer em situações excecionais que estão previstas na Lei e para isso é que existem os tarifários sociais, a possibilidade de atribuirmos um tarifário social aos agregados familiares mais carenciados, de menores rendimentos e, naturalmente, que esse tarifário social é suportado pela câmara municipal. Terminar dizendo que nós nunca escondemos que temos efetivamente um problema muito complexo, um problema de difícil resolução, um problema que

estamos a procurar atenuar e que temos ambição de vir a resolver, mas isso só se faz quando nós investimos mais como estamos a fazer nas redes de água e saneamento e depois entregarmos essa rede à concessionária para através dessa exploração baixarmos os tarifários aos munícipes. Aquilo que os senhores propõem, é a forma mais simplista, peço desculpa, de resolver o problema, que é colocar o orçamento municipal a suportar todos os custos. Aliás, é uma ideia peregrina achar que o orçamento municipal não é dos oliveirenses, violando, dizia eu, a lei mas aniquilando completamente a capacidade financeira que é necessária que a autarquia continue a ter para promover estas infraestruturas básicas, sobretudo às pessoas que ainda não as têm e que têm o mesmo direito de acesso do que aquelas que já têm. As pessoas que hoje têm saneamento, esse saneamento foi pago com os impostos daqueles que não as têm. E, portanto, nós temos também que garantir esse direito, esse acesso básico da população, a este serviço. Portanto, aquilo que nós gostaríamos, para que seja uma análise rigorosa e não uma análise baseada em soundbytes que muitas vezes apenas pretendem promover a agitação, eu pedia aos serviços que passassem um slide sobre os tarifários que estão em vigor no nosso concelho e que tivéssemos oportunidade de os comparar ou adequar à realidade envolvente através da análise objetiva de oito municípios que fazem fronteira com o concelho de Oliveira de Azeméis, para verificarmos que dois deles têm tarifas mais baixas, dois deles têm tarifas mais caras e os restantes têm tarifas iguais às da câmara municipal de Oliveira de Azeméis. Esta é a realidade clarificadora, que explica aquilo que se passa à nossa volta. E, portanto, dizer-lhe também que a alteração que sugere no ponto 3 da sua recomendação obriga a um aditamento ao contrato de concessão e como o BE diaboliza, mas de forma errada, os aditamentos, só explicar que é necessário fazê-lo caso este ponto 3 tivesse acolhimento por parte desta assembleia. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado **Alcino Martins**, do B.E. =====*

===== Só para esclarecer uma situação que o senhor presidente disse. Isto é o parecer da ERSAR sobre o aditamento, diz na página 32, “finalmente, nos termos do decreto-lei n.º 194/2009 de 20 de agosto, não é permitido a antecipação de valores anuais da atribuição.” O primeiro aditamento que o senhor presidente enviou foi travado porque não é possível fazer a antecipação total das retribuições. Está a dizer que não é por causa disso, mas foi. Diz também “pelo que este instrumento, a retribuição ao concedente não pode ser usada sob a forma de financiamento e da repercussão desses custos na tarifa de concessão a cobrar aos consumidores”. Relativamente ao gráfico que apresentou, quero-lhe dizer que a informação que eu tenho é da Deco Proteste de 2021, que diz “água, saneamento, resíduos sólidos urbanos, o saneamento está para suspensão, tem € 349,43 s/ IVA; Arouca está em oitavo lugar, tem € 416,17 s/ IVA, Oliveira de Azeméis está em décimo segundo lugar. Vocês podem fazer a habilidade que quiserem, mas o problema é que nós somos o concelho que mais paga pela água e essa foi uma decisão do PS, porque em 2019

nós estávamos em décimo sétimo lugar e quando aumentarem o saneamento, que vai mais tarde se repercutir nas mensalidades dos oliveirenses, vamos passar acima de Arouca. São os oliveirenses que estão a pagar a fatura, estamos a pagar a taxa de investimento e os juros, ao fim da concessão estamos a pagar mais de € 10 milhões de euros, enquanto se fosse a câmara a fazer não tínhamos que pagar taxa de investimento. Ou será que é mentira? =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **António João Santos**, do PSD. =====*

===== Vou ser muito rápido e é só mesmo um aparte que preciso fazer. Aquilo que se disse que efetivamente o PS já fez o dobro do saneamento do que já existia, foi isso que foi dito. Portanto, eu percebi que havia 20% de saneamento tratado e que 40% de saneamento não tratado. A minha questão é, destes 60%, quantos deles é que é saneamento que existia e que passou de não tratado para tratado. Ou seja, 22% da rede que o PS apresenta como saneamento tratado, que já existia. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====*

===== Não foi isso que foi dito, foi dito que em 2017 tínhamos uma taxa de tratamento de saneamento de 22% e aquilo que nós esperamos ter ao fim de seis anos é uma taxa de 65%. Senhor deputado Alcino Martins, deixe-me dizer-lhe o seguinte: nós vivemos num mundo onde é legítimo que os privados façam uma gestão onde visem o lucro. Deixe-me explicar-lhe que quando chegamos à Câmara Municipal em 2017, tínhamos € 18 milhões de euros de dívida para resolver, para além de um conjunto de fragilidades que eu me vou aqui dispensar de estar a elencar de novo. Nós tínhamos que tomar decisões porque este problema é um problema de saúde pública, é um problema que exige respostas e foi por isso que nós procuramos encontrar soluções, as que eram possíveis no momento e agora facilmente se percebe, se quisermos ser sérios e reconhecer esse percurso, que, entretanto, temos adotado outras soluções. Neste momento temos candidaturas a fundos comunitários, que obrigam a um esforço colossal por parte do orçamento municipal para metermos a rede de saneamento no Pinheiro da Bemposta, ou em Madail, ou em Macinhata da Seixa, ou em Ossela. Estamos a trabalhar, espero eu, para um dia o senhor presidente da junta de freguesia de Loureiro dizer assim “pelo menos para a área central da freguesia ou para uma zona importante da freguesia, foi construída uma resposta.” Esperamos ter a possibilidade de investir os € 3,2 milhões de euros em Fajões, cujo financiamento é metade do valor e o resto é financiamento municipal. Nós confrontados com o problema e confrontados com uma taxa de tratamento das águas residuais de 32%, sabendo que a colocação em funcionamento da ETAR de Ul permitia alavancar o tratamento, ou seja, todas as águas residuais passariam a ser tratadas,

era imperativo cumprir o plano de investimentos. E era também imperativo procurarmos fazer crescer a rede. A forma que nós encontramos para fazer crescer a rede, enquanto trabalhamos junto da tutela para que fossem abertos avisos que nos permitissem o financiamento de algumas freguesias como está hoje a acontecer, foi procurar antecipar as rendas que são devidas pela concessionária. Teríamos € 5,6 milhões de euros para procurar antecipar, para tentarmos fazer um investimento de € 10 milhões de euros. Foi sempre isso que esteve na base deste processo. Sabíamos que não era possível antecipar as rendas, há vários exemplos onde não foi autorizada a antecipação das rendas. Aquilo que nós queríamos fazer, era tentar e fizemos todos os esforços que estavam ao nosso alcance quer junto da ERSAR, quer junto do Senhor Ministro do Ambiente, no sentido de que aquilo que nós nos comprometíamos era antecipar as rendas e consignar essas rendas à execução de saneamento. É uma coisa bem diferente de nós anteciparmos rendas de concessões de estacionamento e de outras coisas e depois investir noutra coisa qualquer. O objetivo era antecipar as rendas que são devidas pela concessionária para resolver um problema urgente. Não foi aceite pela ERSAR, não foi aceite pela Tutela, lamentamos. É evidente que gostaríamos que isso acontecesse, sendo certo que obviamente a antecipação do dinheiro leva a que legitimamente a concessionária exija o custo do dinheiro. Como é óbvio, se antecipa cinco ou seis milhões de euros durante vinte e não sei quanto anos tem o direito de ser ressarcida pelo custo do dinheiro, isto é absolutamente legítimo e, portanto, por aqui não vem nenhum mal a mundo. Aquilo que é importante perceber, senhor deputado, é como é que nós achamos que o financiamento destas infraestruturas ditas básicas, que afetam repetidamente a nossa competitividade, a qualidade de vida das pessoas, a saúde pública, deve ser resolvido. O senhor tem uma visão de que isto deve ser resolvido exclusivamente pelo orçamento da câmara municipal. Mesmo que nós tivéssemos investimentos anuais semelhantes a estes que foram aqui explanados no relatório de contas que hoje foi aqui aprovado e não fizéssemos rigorosamente mais nada, fizéssemos zero, nós precisávamos de quatro, cinco anos para resolver o problema da água e do saneamento no nosso concelho. Se não fizéssemos rigorosamente mais nada, mas como sabe isto é completamente utópico e é completamente impossível. A Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis não tem capacidade para alocar € 4 ou € 5 milhões de euros por ano para a criação destas infraestruturas. Portanto, aquilo que vai procurar fazer, aliás foi um compromisso que nós assumimos neste mandato, é investir € 10 ou 12 milhões de euros ou aquilo que nos for possível investir para a expansão das redes de água e saneamento. Mas também se for necessário chamar a concessionária para nos ajudar neste esforço de investimento, nós podemos fazê-lo, mas isso significa alterar o prazo de concessão. É um subterfúgio que está a ser utilizado por muitos municípios e que funciona que é uma maravilha, ficam naturalmente os munícipes contentes porque veem o seu tarifário reduzir imediatamente mas em vez de ter uma concessão de 30 anos têm uma concessão de 45 anos. Andam a pagar durante mais 15 anos à concessionária a gestão e a exploração de rede. Não nos parece ser esse o nosso caminho, a não ser que os oliveirenses queiram. Se os oliveirenses disserem que a forma de financiar isto é pegar e dar mais 15 anos à

concessão e com isto baixarmos o tarifário, pois muito bem, é isso que nós faremos. Sobre este assunto, o que eu tenho para vos dizer é que está no topo das nossas prioridades, é o assunto que mais nos preocupa, estamos a alocar recursos financeiros substanciais, gostaríamos de alocar muitos mais, não seremos propriamente acusados de sermos um executivo camarário que não gere bem a coisa pública, que não é rigoroso e que desperdiça dinheiro por dá cá aquela palha, não o fazemos. Aquele que é o nosso compromisso é de procurar atenuar este problema. Como é que o estamos a fazer? De duas formas: uma delas, olhando para as oportunidades que surjam e esperamos venham a ser disponibilizadas agora com o Norte 20/30 onde estão previstos € 375 milhões de euros de apoio ao Ciclo Urbano da Água; e através do orçamento municipal sempre que isso for possível. Agora nós não perdemos do horizonte o investimento que vamos ter de suportar, porque é basicamente suportado pelos municípios de Oliveira de Azeméis e S. João da Madeira nas necessidades de requalificação da rede alta que não chegaram a avançar. Portanto, não é possível acomodar no orçamento municipal todas estas coisas, senão nunca mais vamos ter rede de água e saneamento no nosso concelho. O que é que se faz? Faz-se uma gestão que permita que dentro da medida do possível, sem comprometer aquilo que é também o orçamento familiar, fazer o investimento que é necessário. Acho que os oliveirenses já perceberam isso, acho que os senhores deputados já perceberam isso, temos muitas estradas no nosso concelho que acabaram de ser abertas e estão em péssimo estado, num estado absolutamente lastimável porque levaram saneamento. Fajões e Madail, não tiveram praticamente investimentos em termos de requalificação da rede viária porque alimentávamos a possibilidade de as dotar ainda este ano da rede de água e saneamento, não foi possível. Vamos procurar tornar mais apetecível o concurso e vamos procurar resolver nestas freguesias o problema da rede de água e saneamento. Mas nós não esquecemos S. Martinho da Gândara, Carregosa, Loureiro e outras freguesias que também têm estes problemas por resolver e que queremos resolver. Agora, sinceramente não podemos ter uma definição simplista disto e achar meta-se isto tudo no orçamento municipal porque o orçamento municipal é um poço sem fundo, tem recursos infinitos. Nós não vendemos essa imagem, nós não vendemos essa linguagem de que podemos dar tudo a todos, por um lado; e, por outro lado, os recursos financeiros são ilimitados e podemos no orçamento municipal acomodar um conjunto de respostas, que eu acho que faz sentido que continuemos a acomodar, reforçando inclusive os apoios sociais, nomeadamente aos estudantes carenciados que frequentam o ensino superior, reforçando o nosso programa de emergência social, os apoios ao arrendamento e outras medidas de apoio às nossas famílias. Agora obviamente que não podemos fazer tudo isso com propostas como esta que o BE aqui sugere. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado **Alcino Martins**, do B.E.. =====*

===== *Só uma questão senhor presidente, se o primeiro aditamento, a antecipação total das retribuições de € 6 milhões de euros, de facto não era um prémio à Indaqua, porque eramos nós que íamos pagar o aumento tarifário de 11,3%, onde estava incluída a taxa de investimento.*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar mais esclarecimentos.* =====

===== *Senhor deputado, se o senhor acha que utilizar uma antecipação de rendas e investir na criação de rede de saneamento que resolve os problemas a um conjunto de pessoas, ajudar a resolver aquilo que ouvimos falar aqui hoje sobre o Rio Antuã, aquilo que ouvimos falar constantemente sobre o Rio Ul ou sobre o Rio Caima, o senhor acha que é dar uma prenda à concessionária eu não posso contrariar. Não é dar uma prenda à concessionária, era uma forma de nós arranjar o financiamento através da antecipação das rendas e naturalmente que a concessionária tendo um prazo de 25 anos para nos devolver o dinheiro instantaneamente é natural que queira ser ressarcida por isso nas condições que são estabelecidas para o efeito, que são as condições do mercado obviamente. Portanto, não vejo por aí nenhuma vantagem para a concessionária, vejo sim uma desvantagem para o Município de Oliveira de Azeméis, uma desvantagem para os oliveirenses que ficaram com menos € 5 ou € 6 milhões de euros que poderiam estar ao serviço das pessoas. Eu também gostaria que as Águas de Portugal e as Águas do Douro e Paiva não aumentassem a água; gostaria que a EDP não aumentasse energia à câmara municipal; gostaria que os combustíveis não aumentassem; gostaria que o gás não aumentasse, mas infelizmente as coisas têm esta dimensão. A nossa obrigação é tornar, dentro da medida do possível, os tarifários socialmente comportáveis. E conforme eu vos expliquei, em termos de acessibilidade económica, que é o indicador que mede a capacidade de os municípios suportarem o tarifário ficou claro. Agora não nos esqueçamos que há pessoas carenciadas, que há pessoas que precisavam da nossa atenção e há pessoas que não têm capacidade para pagar a água e o saneamento. É para isso que cá estamos. As respostas públicas que existem são, em primeiro lugar, para atender a essas pessoas e não de fazermos de forma indiscriminada a acomodação dos tarifários no orçamento municipal, sendo certo que nessa acomodação estão pessoas que podem pagar e pessoas que não podem pagar.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número dezanove à votação tendo sido deliberado, por maioria, rejeitar a moção apresentada, com a seguinte votação: a **favor**: um (1) voto do BE; **contra**: vinte e dois (22) votos do PS, dois (2) votos do PSD, um (1) voto do Senhor Presidente de Junta da Freguesia de Cesar e um (1) voto da Senhora Presidente de Junta da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca; **abstenções**: nove (9) votos do PSD, um (1) voto do CDS/PP, um (1) voto do CH.* =====

=====
 O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **João Rebelo Martins**, do PSD, que apresentou a seguinte declaração de voto: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, exmos. Srs. Deputados, Ao Ponto 19 da Reunião Ordinária da Assembleia Municipal do dia 29 de Abril de 2022, a bancada do PSD absteve-se na votação. Muito embora concordando com o apresentado na proposta “A revogação do aumento do saneamento que atualmente está suspenso, e que acomode esse aumento no orçamento municipal”, mereça a nossa aprovação, os restantes pontos levaram-nos a votar de forma diferente. Em sede de Reunião de Câmara, os Srs. Vereadores do PSD propuseram que os aumentos referentes ao saneamento, fossem assumidos pelo município, tal como na presente proposta. Relativamente ao .2, não concordando o PSD com a fórmula usada pelo Executivo para aumentar a rede e colocar o munícipe a pagar, o contrato do qual resultou o aumento dos 9,4% está a ser executado e, até ao momento, nada nos leva a crer que não esteja a ser cumprido. Ou seja, duvidamos da viabilidade legal da proposta conforme foi apresentada. Contudo, estamos dispostos a lutar por um melhor serviço a um valor justo. Os Vereadores do PSD em Reunião de Câmara, propuseram que o aumento de rede deve ser realizado pelo município, com fundos próprios, não onerando os munícipes na sua fatura de água e saneamento. Dessa forma defendem-se os interesses dos oliveirenses e assegura-se uma melhor relação com o utilizador. A preocupação com as pessoas e famílias de rendimentos mais baixos é uma matriz do PSD; porque somos um partido social-democrata. Contudo, o número apresentado para o limiar de pobreza prevê-se desajustado porque face à taxa de inflação real ser bastante superior à indicada no Orçamento de Estado e superior ao aumento salarial, o limiar de pobreza, infelizmente, deverá subir além dos 540€. Ou seja, é necessário um novo cálculo para que a taxa de Tarifários Especiais seja justa.” =====

=====
Ponto vinte: Pedido de colocação de Sinalização Vertical no estacionamento frente ao condomínio Sr.ª da Graça, Rua Central de Cesar - freguesia de Cesar (I/66317/2021) – Aprovação. =====

=====
 Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que, bem assim, também lhe compete “Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos “, (art.º 33.º, n.º1, alínea rr); - O pedido do Condomínio Sr.ª da Graça, para organização da circulação do trânsito dentro do parque de estacionamento existente frente ao mesmo e com acesso a partir da Rua Central de Cesar, através do E/32017/2021, de modo a evitar possíveis acidentes no local. Proponho: 1. A colocação do sinal D1b - sentido obrigatório no acesso mais a Norte do parque de estacionamento; 2. A colocação do sinal C1 - sentido proibido no acesso mais a Sul do parque

de estacionamento. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março. Submeta-se à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.” =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de João Rebelo Martins.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **João Rebelo Martins**, do PSD.* =====

===== *Na reunião de Câmara onde foi apresentado o ponto 20, foi pedido o parecer da Junta de Freguesia de Cesar. O Senhor Presidente da Câmara disse na reunião que dava a palavra de honra dele que não tinha sido pedido o parecer. Nos documentos que nos foram enviados, continua a constar o parecer da Junta de Freguesia de Cesar. Eu pergunto: houve ou não esse parecer da Junta de Freguesia?* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *A informação que eu tinha é que a junta de freguesia tinha sido ouvida e é hábito a junta de freguesia ser ouvida. É importante que as pessoas percebam do que estamos a falar: é a colocação de sinal de sentido obrigatório e um sinal de sentido proibido para regular o estacionamento num condomínio.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto vinte e um: Alteração da postura de trânsito da Rua Comandante Carlos Carvalho, Rua José da Silva Pinto e Rua de Lações, Oliveira de Azeméis (I/9722/2022) – Aprovação.** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que bem assim, também lhe compete “Administrar o domínio público municipal “, (art.º 33.º, n.º1, alínea qq); - A requalificação desta área com o alargamento da Rua Comte. Carlos Carvalho e a breve prazo da Rua José Silva Pinto; - O parecer favorável da UFOAZ ao estudo de alteração à postura de trânsito para esta área e que se*

transcreve: “Encarrega-me o senhor presidente da UF prof Manuel Alberto informar que dá parecer favorável. No entanto, a implementação da postura deverá ocorrer após o alargamento da Rua José da Silva Pinto”; Propõe-se: 1. Sentido único sentido Poente - Nascente na Rua Comandante Carlos Carvalho, até ao entroncamento com a Rua José Silva Pinto; 2. Sentido único sentido Norte - Sul, na Rua José Silva Pinto; 3. Sentido único sentido Nascente Poente na Rua de Lações, a partir do entroncamento com a Rua José Silva Pinto até à Rua Frei Caetano Brandão; 4. A Sinalização vertical e horizontal necessária para a implementação de esta nova postura de trânsito. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março. Submeta-se à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e um à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto vinte e dois: - Aquisição de serviços de Fornecimento de refeições e Fornecimento de fruta para os alunos do concelho de Oliveira de Azeméis (Proc. n.º 35/22 - PI/2548/2022) - Repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico e compromisso plurianual (I/24689/2022) - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: ““Considerando: 1. Que se torna necessário proceder à contratação de serviços para fornecimento de refeições e fruta escolar, para o ano letivo 2022/2023, nos termos da solicitação apresentada no pedido de aquisição - RQI n.º 1659 (I/24063/2022). 2. Que o referido pedido de aquisição visa assegurar não só as necessidades dos jardins-de-infância e escolas do 1º ciclo, mas também as necessidades para as escolas do 2º, 3º ciclos e secundárias, dada a delegação de competências do Estado que transfere esta obrigação para o domínio da Camara Municipal, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 56/2020, de 12 de agosto (procede à última alteração do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro). 3. Que, nos termos do previsto no ponto 4 da Proposta de Deliberação n.º I/29430/2021, pretende-se englobar num único procedimento a contratação das refeições para todas as escolas (JI, EB1, 2º, 3º ciclos e secundária), e a sua confeção ocorrerá em unidades de produção, sitas nas sedes dos agrupamentos, em que as refeições a transportar para as escolas de cada agrupamento terão origem nas referidas unidades de produção de cada agrupamento. 4. Que, decorrente do atual contexto da pandemia Covid-19, irá manter-se, no presente procedimento, e no que respeita às refeições para o pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico, o modelo de fornecimento de refeições em regime normal e regime de take-away, tendo em conta o previsto nas Orientações da DGEstE e da DGS para o ano letivo 2020/2021 - “(...) 10. Definir procedimentos para utilização dos refeitórios, designadamente com as seguintes normas de funcionamento: a. (...) b. Prever a possibilidade de recurso a refeição

na modalidade de take-away; (...)” 5. As orientações definidas pela Direção-Geral da Educação (DGE) para os refeitórios escolares, designadamente as Orientações sobre Ementas e Refeitórios Escolares, de julho de 2018, ISBN 978-972-742-415-3 Propõe-se a abertura de procedimento para contratação dos seguintes lotes: - Lote 1- Serviços de confeção e distribuição/entrega de refeições, nos refeitórios escolares, devendo assegurar-se o estrito e rigoroso cumprimento da legislação aplicável em vigor, com vista a garantir uma alimentação completa, equilibrada e adequada às necessidades de toda a população escolar. - Lote 2- Fornecimento de fruta escolar, tendo por base a Estratégia Nacional do Regime de Fruta Escolar, com vista a promover hábitos de consumo de alimentos benéficos para a saúde das populações mais jovens e para a redução dos custos sociais e económicos associados a regimes alimentares menos saudáveis. Assim, e considerando: I. que o valor estimado (preço base apresentado pela unidade orgânica requisitante) para a celebração do referido contrato é de: I) 1.208.698,80€ (um milhão, duzentos e oito mil, seiscentos e noventa e oito euros e oitenta cêntimos) - para as refeições; 2. 26 755,20€ (vinte e seis mil, setecentos e cinquenta e cinco euros e vinte cêntimos), para a fruta Perfazendo o montante global de 1.235.454,00€ (um milhão, duzentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e quatro euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. II) que se prevê a distribuição do referido montante global do seguinte modo:

	Ano	Serviço de fornecimento de refeições	Nº de refeições	Preço unitário s/ IVA	Valor s/IVA	Total s/IVA
Pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico	2022	Regime normal	84 743	1,968€	166 774,224€	194 064,624€
		regime Take-away	8 300	3,288€	27 940,400€	
	2023	Regime “normal”	152 066	1,968€	299 265,888€	348 914,688€
		regime “take-away”	15 100	3,288€	49 648,800€	
2º e 3º ciclos e secundária	2022	Regime “normal”	136 784	1,764€	241 286,976€	
	2023	Regime “normal”	240 608	1,764€	424 432,512€	

1 208 698,80€

	Fornecimento de fruta escolar	N.º peças de fruta	Preço unitário (s/ IVA)	Valor (s/ IVA)
Ano 2022		61 314	0,16 €	9 810,240€

Pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico				
	Ano 2023	105 906	0,16 €	16 944,960€

167 220

26 755,20€

III. que, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 73º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro (LOE 2021), ainda em vigor, por força do disposto no artigo 12º-H da Lei de Enquadramento Orçamental (LEO) - Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 41/2014 de 10 de julho (normas mantidas em vigor, nos termos do n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro), verifica-se que os serviços a prestar (componente refeições) mostram-se equivalentes em termos de objeto de contrato vigente em 2021, sendo ultrapassados os preços unitários então praticados (1,64€ para refeição normal e 2,74€ para refeições take-away (Proc. 38/21 - PI/2954/2021), em resultado do contacto telefónico do Serviço Requisitante com o atual prestador de serviços, que indicou um acréscimo de 20% para fazer face ao aumento generalizado dos preços. O mesmo sucede para o contrato celebrado pela DGEstE - Direção Geral de Estabelecimentos Escolares e a Uniself - Sociedade de Restaurantes Públicos e Privados, S.A. (prestador de serviços do Lote 1 - Refeitórios da Direção de Serviços do Norte, onde se encontram inseridas as 7 escolas de Oliveira de Azeméis - 2º, 3º ciclo e secundário), que no corrente ano letivo assegura o fornecimento de refeições ao preço unitário de 1,45€. IV. que, no que se refere ao fornecimento de fruta, o valor da despesa estimada, tem em consideração o valor máximo de participação financeira. V. que o valor referente ao ano 2022 encontra-se cabimentado na rubrica 020105, pela Proposta de Cabimento n.º 735, possuindo o Registo de Enquadramento Financeiro n.º 1513; 1514 e 1515/2022; 46; 47 e 48/2023 VI. que se trata de um encargo orçamental em mais de um ano económico, que não resulta, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, de planos ou programas plurianuais aprovados, que não ultrapassa o prazo de execução de três anos, mas cujo valor excede o limite previsto na alínea b), do n.º 1 do artigo 22º, do referido diploma legal, de 99.759,58€ (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), no ano seguinte ao da sua contração. VII. que nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes na alínea b), do número 1, do artigo 20.º do CCP, propõe-se a adoção de um concurso público com publicidade internacional. Submete-se ao Órgão Executivo: 1) Que aprove o pedido de aquisição - RQI n.º 1659 (I/240632022), em anexo, para as quantidades e valores estimados apresentados pelo serviço requisitante; 2) Que, para efeitos do n.º 2, do artigo 46º-A, do CCP, autorize a não divisão em lotes, dado que, apesar do valor estimado para o lote 1 - serviço de refeições ser de montante superior a 135.000,00€ (cento e trinta e cinco mil euros), a sua separação causaria graves inconvenientes para a entidade adjudicante pelas razões abaixo descritas, e ainda porque se poderão perder os efeitos da economia

de escala. - grande probabilidade de gerar descontentamento entre a comunidade escolar, nomeadamente entre os encarregados de educação, que inevitavelmente procederiam a juízos comparativos, podendo alegar até eventuais desigualdades entre as refeições fornecidas aos alunos decorrente dos diferentes modos de preparação e confeção. - necessidade de afetação de um maior número de recursos para efeitos de gestão de mais do que um contrato, ou seja, em termos operacionais, de controlo e fiscalização, a necessidade de coordenar diferentes adjudicatários, exigiria um maior número de recursos no terreno para acompanhar e supervisionar a execução dos serviços, tornando-se, por isso, mais oneroso para o Município; 3) Que, em cumprimento do estipulado no n.º 1, do art.º 67.º do C.C.P., sejam nomeados os elementos constitutivos do júri, sendo proposto, para o efeito, as seguintes pessoas: Presidente - Técnico Superior, NUNO MIGUEL SILVA TAVARES 1ª Vogal - Técnica Superior, IRINA MARIA GOMES ALMEIDA 2ª Vogal - Técnica Superior, ELSA SUSANA DA COSTA FÉLIX 1º Suplente - Técnico Superior, SÉRGIO HENRIQUE OLIVEIRA BASTOS 2ª Suplente - Assistente Técnica, MARIA DE FÁTIMA SOARES PEREIRA HENRIQUES 3ª Suplente - Assistente Técnica, SANDRA RAQUEL GONÇALVES FERNANDES 4) Que autorize a delegação de competências para a realização de todas as formalidades procedimentais, no júri do concurso, em respeito pelo estipulado no art.º 109.º do CCP, com exceção, de acordo com o previsto no n.º 2 do art.º 69.º do C.C.P, da competência para a retificação das peças do procedimento, a decisão sobre erros ou omissões identificados pelos interessados e a decisão de adjudicação. 5) Que seja designado, nos termos previstos no n.º 1, do artigo 290.º-A do C.C.P., como gestor do contrato o Chefe de Divisão Municipal da Educação - Nuno Tavares e, nas suas ausências, assumirá as funções de gestora do contrato a Assistente Técnica - Fátima Henriques para a componente das refeições e a Assistente Técnica - Cristina Silva para a componente de fruta escolar. 6) Que determine que se proceda à dispensa da realização do leilão eletrónico; Nota: As peças procedimentais (Programa do Concurso e Caderno de Encargos) encontram-se em elaboração sendo remetidas a aprovação do órgão executivo assim que se encontrem finalizadas. Propõe-se ainda que o Órgão Executivo submeta à autorização do Órgão Deliberativo: 1. o compromisso plurianual, de acordo com os valores estimados acima indicados, nos termos e para os efeitos estatuídos no artigo 12º, do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e posteriores alterações. 2. a repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico, de acordo com os valores estimados acima indicados, nos termos do previsto no n.º 1, conjugado com o seu n.º 6, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Vice-Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Este ponto é usual todos os anos. Este ano a diferença é que nós até agora tínhamos as refeições escolares até ao pré-escolar e 1º ciclo e a partir de agora, com a descentralização de competências uniformizada a todo o território, vamos passar até ao 12º ano. Portanto, todos os

ciclos serão da nossa responsabilidade, o procedimento é igual, aumenta só o número de alunos envolvidos. Tem também a fruta escolar. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de Maria José Calix e António Filipe Ferreira. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à deputada **Maria José Calix**, do PSD. =====*

===== Nós vamos votar a favor, não tem problema absolutamente nenhum. Eu só pergunto: por que é que está no mesmo procedimento as refeições e a fruta escolar para o 1º ciclo? Se fizessemos dois procedimentos separados, não beneficiaríamos? Porque a fruta tem o preço base de € 26.755,20 € e um procedimento em separado podia ser mais fácil e rápido do que o procedimento das refeições que é a nível internacional. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **António Filipe Ferreira**, do PSD. =====*

===== Senhor Vereador, pode esclarecer a assembleia municipal sobre qual o foi problema da fruta este ano letivo, visto que não houve fruta durante 15 dias. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Vice-Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====*

===== Quanto aos procedimentos em separado, não percebo por que é que se tornaria mais rápido. Tínhamos que fazer dois procedimentos, das refeições e da fruta escolar, e assim só fazemos um. Se nós conseguirmos, no mesmo processo, os dois procedimentos estarem prontos no início do ano letivo, ótimo. Foi esse o entendimento dos serviços. Relativamente à fruta escolar, os serviços acabaram por notar que havia falta de entregas, ou seja, não seriam entregas suficientes. Houve um erro na contagem dessas entregas, o procedimento que existia ia terminar mais cedo do que o ano letivo e, portanto, desenvolveu-se outro procedimento, daí haver essa dificuldade. De salientar, são duas entregas que existem por semana, não tem nada a ver com a fruta que é entregue nas refeições. É um programa escolar que até foi incentivado pela União Europeia e tem como objetivo sensibilizar as crianças para este tipo de alimentação. Para colmatar a falha de entregas, podemos fazer mais entregas até ao final do ano e em determinada semana em vez de fazermos duas entregas fazemos três, o que acaba por compensar. =====

=====*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e dois à votação tendo sido, deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.*=====

== **2º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 23º DO REGIMENTO)** ==

=====*Aberto o pedido de inscrições, registou-se o pedido de Vítor Januário e Vítor Choupeiro.*=====

=====*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Vítor Januário, residente em Oliveira de Azeméis.*=====

=====*Eu creio que há uma proposta concreta, uma sugestão, de se criar um momento preparatório do ato eleitoral, não me parece de grande dificuldade. A outra, que se prende com a desagregação de freguesias e que se prende basicamente nisto: não nos deixarmos levar pelo risco do debate ser rapidamente substituído por uma verificação do cumprimento de requisitos inscritos na Lei. Esta é uma lei de “pescadinha de rabo na boca”, porque uma coisa é satisfazer as vontades expressas das populações e outra coisa é atender à vontade política inscrita na lei, que está submetida à inscrição por sua vez de uma proposta com requisitos da própria lei.*====

=====*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Vítor Choupeiro, residente em Pinheiro da Bemposta.*=====

=====*Boa noite a todos, sintam-se cumprimentados na pessoa do Presidente da Assembleia Amaro Simões. Eu sou representante de uma freguesia, que de facto não é uma freguesia, faz parte de uma união de freguesias. Depois de todo o vosso trabalho ao serviço da comunidade, não venho agradecer-vos porque é o vosso trabalho, dizer que em Travanca, o mês de maio é bastante forte. Amanhã vamos iniciar com os festejos da Senhora das Flores; dia 14, 50.º aniversário da Turma da Bola; dia 28, algo que me enaltece, sendo eu de uma outra cor clubística, mas dando a minha face por aquilo que se faz, “O Homem passa a obra fica”, a homenagem a Manuel Francisco de Almeida, que em paz descanse. Convido todos a estar presentes.*=====

=====*Antes de terminar, o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, propôs a aprovação por minuta da ata relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade.*=====

=====*E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a Sessão, eram 23 horas e 59 minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos da Mesa.*====